

# EDUCAÇÃO E DESIGUALDADE

REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO E EQUIDADE



**Maurício Aires Vieira**  
**Camila da Costa Lacerda Tolio Richardt**  
**Francisco Jorge Gondim**  
**Luciana Barbosa Corrêa**  
**Carlos Daniel Chaves Paiva**  
**Tyciana Vasconcelos Batalha**  
**Tamires Cristina Bonani Conti**  
**Yuri de Lima Ribeiro**  
**Organização**

**ARCO**  
EDITORES ● ● ●

# EDUCAÇÃO E DESIGUALDADE

REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO E EQUIDADE



**Maurício Aires Vieira**  
**Camila da Costa Lacerda Tolio Richardt**  
**Francisco Jorge Gondim**  
**Luciana Barbosa Corrêa**  
**Carlos Daniel Chaves Paiva**  
**Tyciana Vasconcelos Batalha**  
**Tamires Cristina Bonani Conti**  
**Yuri de Lima Ribeiro**  
Organização

**ARCO**  
EDITORES ● ● ●

## **Conselho editorial**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva - UNIDAVI  
Prof. Dr. Astor João Schönell Júnior - IFFAR  
Prof. Dr. Alan Ricardo Costa - UFRR  
Prof. Dr. Allan Diêgo Rodrigues Figueiredo - UESPI  
Profa. Dra. Andréia Bulaty - UNESPAR  
Profa. Dra. Carla da Conceição de Lima - UFVJM  
Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza - UNISC  
Profa. Dra. Clarice Caldeira Leite - UFRGS  
Profa. Dra. Cecilia Decarli - UFRGS  
Prof. Dr. Carlos Adriano Martins - UNICID  
Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira - UFCE  
Profa. Dra. Dayse Marinho Martins - UFMA  
Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos - UEL  
Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio - UFRGS  
Prof. Dr. Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos - FASESP  
Profa. Dra. Elane da Silva Barbosa - UERN  
Profa. Dra. Elen Gomes Pereira - IFBA  
Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch - UFN  
Prof. Dr. Francisco Odécio Sales - IFCE  
Prof. Dr. Francisco Ricardo Miranda Pinto - UFCAT  
Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo - UCB  
Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho - UFAL  
Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch - UFSM  
Profa. Dra. Liziany Müller Medeiros - UFSM  
Profa. Dra. Marcela Mary José da Silva - UFRB  
Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler - UFSM  
Prof. Dr. Michel Canuto de Sena - UFMS  
Profa. Dra. Mônica Aparecida Bortolotti - UNICENTRO  
Prof. Nilton David Vilchez Galarza - UPLA  
Prof. Dr. Olavo Barreto de Souza - UEPB  
Prof. Dr. Rafael Nogueira Furtado - UFABC  
Prof. Dr. Roberto Araújo da Silva Vasques Rabelo - UNISANTOS  
Prof. Dr. Rodrigo Toledo - USCS  
Prof. Dr. Rodolfo Rodrigues de Souza - UERJ  
Prof. Dr. Sidnei Renato Silveira - UFSM  
Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin - UFOB  
Prof. Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández - UCLV

**Editor Chefe:** Ivania Folmer

**Projeto gráfico e Diagramação:** Denise Meller Losekann

**Imagem capa:** www.canva.com

**Correções:** O/a(s) autor/a(es/as), organizador/a(es/as) e a editora

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Educação e desigualdade [livro eletrônico] :  
reflexões sobre inclusão e equidade. --  
Santa Maria, RS : Arco Editores, 2025.  
PDF

Vários autores.  
Vários organizadores.  
Bibliografia.  
ISBN 978-65-5417-447-3

1. Desigualdade 2. Educação - Finalidades e  
objetivos 3. Educação inclusiva 4. Educação -  
Pesquisa 5. Equidade.

25-260605

CDD-370

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Desigualdades sociais : Pesquisas : Educação 370

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380



**10.48209/978-65-5417-447-3**

**ISBN: 978-65-5417-447-3**

Esta obra é de acesso aberto.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e  
respeitando a Licença Creative Commons indicada.



# SUMÁRIO

## **CAPÍTULO 1.....8**

### **EDUCAÇÃO E DESIGUALDADE SOCIAL: UM PANORAMA HISTÓRICO E ATUAL.....8**

*Tamires Cristina Bonani Conti*

Doi: 10.48209/978-65-5417-447-0

## **CAPÍTULO 2 ..... 22**

### **DADOS E INDICADORES SOBRE DESIGUALDADE EDUCACIONAL NO BRASIL.....22**

*Camila França dos Santos, Yuri de Lima Ribeiro, Tamires Almeida Bezerra, Juliana Costa Silva*

Doi: 10.48209/978-65-5417-447-1

## **CAPÍTULO 3 .....34**

### **POLÍTICAS DE INCLUSÃO E UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO: AVANÇOS E OBSTÁCULOS.....34**

*Juliana Amâncio Pinheiro Távora, José Roberto dos Santos, Claudiana Maria da Costa, Evanaldo Gonçalves*

Doi: 10.48209/978-65-5417-447-2

## **CAPÍTULO 4 ..... 47**

### **EDUCAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.....47**

*Maurício Aires Vieira, Carlos Alberto da Silva Santos, Luciana Barbosa Corrêa, Elenivaldo Antonio da Silva*

Doi: 10.48209/978-65-5417-447-4

**CAPÍTULO 5 ..... 60**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIREITO À APRENDIZAGEM: GARANTIAS E  
BARREIRAS.....60**

*Wanderson Santana do Carmo, Luciana Barbosa Corrêa, Mickelle Sousa  
Santos, Giovanna Leite Gomes*

Doi: 10.48209/978-65-5417-447-5

**CAPÍTULO 6 .....74**

**ESTRATÉGIAS PARA DEMOCRATIZAR O USO DAS TECNOLOGIAS  
EDUCACIONAIS.....74**

*Tamires Cristina Bonani Conti*

Doi: 10.48209/978-65-5417-447-6

**CAPÍTULO 7 ..... 88**

**FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EQUIDADE E A INCLUSÃO.....88**

*Francisco Jorge Gondim, Virgínia da Paz Assunção, Evanginaldo Silva  
Saldanha, Rebeca Garcia Noronha Gonçalves*

Doi: 10.48209/978-65-5417-447-7

# APRESENTAÇÃO

A relação entre educação e desigualdade social tem sido amplamente debatida nas ciências sociais e na educação, evidenciando como o acesso ao conhecimento pode atuar tanto como fator de emancipação quanto de reprodução das desigualdades. No Brasil, as disparidades no acesso e na permanência na educação formal ainda são significativas, refletindo desigualdades econômicas, sociais, raciais e territoriais. Diante desse contexto, este e-book tem como objetivo discutir a interseção entre educação e desigualdade, problematizando os desafios e apontando possibilidades para a promoção de uma educação mais inclusiva e equitativa.

Ao longo dos sete capítulos, serão analisados aspectos históricos e contemporâneos da desigualdade educacional, a partir de dados e indicadores nacionais, bem como as políticas públicas voltadas para a inclusão e a universalização do ensino. Além disso, serão abordadas questões relativas à educação para pessoas com deficiência, aos desafios da educação inclusiva e ao direito à aprendizagem. O uso da tecnologia como ferramenta para democratizar o ensino e a formação docente para a equidade também serão explorados, trazendo reflexões fundamentadas em pesquisas acadêmicas e experiências práticas.

Ao articular teorias e dados concretos, a obra busca contribuir para o debate sobre a relação entre educação e desigualdade, apontando caminhos possíveis para a construção de um sistema educacional mais justo e inclusivo.

*Boa leitura!*

# CAPÍTULO 1

## EDUCAÇÃO E DESIGUALDADE SOCIAL: UM PANORAMA HISTÓRICO E ATUAL

Tamires Cristina Bonani Conti <sup>1</sup>

Doi: 10.48209/978-65-5417-447-0

### RESUMO

Este capítulo explora a relação entre educação e desigualdade social, analisando sua evolução histórica e as condições que perpetuam as disparidades educacionais no Brasil. Os dados do Censo Escolar (INEP, 2022) revelam que as taxas de evasão escolar são significativamente maiores em regiões de baixo IDH, enquanto o IDEB (2021) indica disparidades persistentes entre escolas públicas e privadas. Relatórios do IBGE (PNAD Contínua, 2023) destacam que fatores como raça e renda continuam a influenciar o acesso à educação de qualidade. Além disso, estudos do IPEA (2022) e da UNESCO (2023) reforçam a necessidade de políticas públicas que promovam a equidade educacional, especialmente após os impactos da pandemia de COVID-19, que exacerbou as desigualdades existentes. O objetivo é compreender como a escola pode reproduzir ou combater as desigualdades sociais. A metodologia envolve uma revisão bibliográfica baseada em autores clássicos como Bourdieu e Passeron (1992), que destacam o papel da escola na reprodução das desigualdades, e em análises contemporâneas como as de DUBET (2004) sobre justiça escolar. Os resultados revelam que fatores estruturais, como classe, raça e território, influenciam o acesso à educação de qualidade. A discussão enfatiza a necessidade de políticas públicas que promovam a equidade educacional. Conclui-se que superar a desigualdade requer uma abordagem sistêmica que articule educação, políticas sociais e a participação comunitária.

**Palavras-chave:** Educação. Desigualdade social. Reprodução. Políticas públicas.

### INTRODUÇÃO

A educação no Brasil tem sido historicamente marcada por profundas desigualdades sociais, econômicas e culturais. O acesso ao ensino de qualidade ainda é um privilégio restrito a determinados grupos, refletindo as disparidades estruturais do país. Segundo Alves (2021), "as políticas educacionais brasileiras, embora avancem em termos de universalização, ainda não conseguem romper com a lógica da reprodução das desigualdades". Esse cenário demanda uma análise crítica das políticas públicas, do currículo e das práticas pedagógicas que regem a formação educacional no país.

---

<sup>1</sup> Doutora em Linguística. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). [tamy\\_bonani@hotmail.com](mailto:tamy_bonani@hotmail.com).

Bourdieu e Passeron (1992) destacam que o sistema de ensino tende a reproduzir as desigualdades sociais, funcionando como um mecanismo de manutenção da ordem estabelecida. Para os autores, "a escola legitima a cultura dominante e penaliza aqueles que não possuem o capital cultural exigido pelo sistema". Essa perspectiva evidencia como a educação pode perpetuar privilégios, em vez de atuar como instrumento de transformação social.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), promulgada em 2018, visa estabelecer diretrizes para um ensino equitativo em todo o território nacional. No entanto, críticos argumentam que a padronização curricular pode ignorar as especificidades regionais e as necessidades de grupos historicamente marginalizados (Brasil, 2018). Dessa forma, a inclusão educacional ainda é um desafio significativo, principalmente para populações indígenas, quilombolas e estudantes com deficiência.

A cidadania no Brasil, como aponta Carvalho (2020), sempre foi construída de forma excludente, limitando o acesso a direitos fundamentais, incluindo a educação. O autor argumenta que a educação sempre foi tratada como um privilégio de poucos, e a universalização do ensino não significou, necessariamente, equidade na aprendizagem. Essa realidade reforça a necessidade de políticas públicas que garantam não apenas o acesso à escola, mas também a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes.

Cury (2021) analisa as contradições da educação brasileira, ressaltando que a expansão do ensino fundamental não foi acompanhada por melhorias efetivas na qualidade da aprendizagem. Para ele, a escola pública sofre com a precarização dos recursos, a desvalorização dos docentes e a falta de infraestrutura adequada, fatores que comprometem a equidade educacional. Esse contexto evidencia a necessidade de investimentos que priorizem a qualidade do ensino.

A justiça escolar, conforme Dubet (2004), deve ser analisada a partir de três dimensões: igualdade de acesso, igualdade de condições e igualdade de resultados. No Brasil, as desigualdades entre escolas públicas e privadas refletem uma distribuição desigual de oportunidades. "O mérito individual não pode ser avaliado de forma isolada, pois ele está condicionado pelas desigualdades estruturais que permeiam o sistema educacional" (Dubet, 2004, p. 17).

Freire (2019) enfatiza a importância da educação libertadora, que possibilita a emancipação dos indivíduos por meio da consciência crítica. Para o autor, ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua construção. Essa abordagem

contrasta com modelos pedagógicos tradicionais, que muitas vezes negligenciam a realidade dos estudantes e sua participação ativa no processo educativo.

A diversidade étnico-racial no Brasil impõe desafios adicionais ao sistema educacional. Gomes (2022) discute a necessidade de uma educação antirracista, que valorize as identidades culturais e promova a equidade racial. "As desigualdades educacionais afetam de forma mais intensa a população negra, indígena e periférica, perpetuando a exclusão e limitando as oportunidades futuras" (Gomes, 2022, p. 52). A implementação de políticas afirmativas e currículos mais inclusivos são essenciais para enfrentar essa realidade.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2023 mostram que a evasão escolar ainda é um problema significativo no Brasil, especialmente entre jovens de baixa renda (IBGE, 2023). Esses números refletem as dificuldades socioeconômicas enfrentadas por muitas famílias, que veem na inserção precoce no mercado de trabalho uma necessidade para a sobrevivência.

O Censo Escolar 2022 aponta que há uma grande disparidade na distribuição de recursos entre escolas urbanas e rurais (Inep, 2022). Enquanto instituições localizadas em grandes centros urbanos contam com melhor infraestrutura, muitas escolas em regiões periféricas e rurais enfrentam dificuldades básicas, como falta de água potável e ausência de professores qualificados. Esse cenário reforça a necessidade de políticas que reduzam tais desigualdades.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), "o enfrentamento das desigualdades educacionais no Brasil exige medidas que vão além do ambiente escolar, incluindo ações intersetoriais que combatam a pobreza e promovam o bem-estar social" (Ipea, 2022, p. 19). Esse posicionamento destaca a importância de estratégias integradas para garantir uma educação mais equitativa e justa.

Ribeiro (2021) argumenta que o fracasso do sistema educacional brasileiro não é acidental, mas resultado de um projeto de exclusão social. Para o autor, "se os governantes tivessem interesse em uma educação pública de qualidade, o Brasil já teria erradicado o analfabetismo há décadas". Essa análise reforça a necessidade de uma mobilização social em prol da melhoria da educação.

As teorias do currículo também desempenham um papel fundamental na compreensão das desigualdades educacionais. Silva (2020) ressalta que os currículos não são neutros; eles refletem relações de poder e influenciam diretamente as oportunidades educacionais dos estudantes. Dessa forma, a estruturação curricular deve ser repensada para garantir maior equidade e representatividade.

Souza (2022) destaca que as políticas educacionais precisam considerar as especificidades regionais para serem eficazes. "O modelo homogêneo de ensino não atende às necessidades de um país tão diverso quanto o Brasil. É essencial adotar abordagens flexíveis e contextualizadas" (Souza, 2022, p. 33). Essa perspectiva reforça a importância de estratégias pedagógicas adaptáveis.

O Relatório de Monitoramento Global da Educação da UNESCO (2023) aponta que a inclusão educacional ainda é um desafio global, mas, no Brasil, a situação é agravada pelas desigualdades socioeconômicas. "A construção de uma educação verdadeiramente inclusiva exige o compromisso de governos, educadores e da sociedade civil" (Unesco, 2023, p. 45). Dessa forma, políticas públicas eficazes são fundamentais para garantir uma aprendizagem equitativa para todos.

Diante desse panorama, torna-se evidente que a educação brasileira enfrenta desafios estruturais que perpetuam desigualdades. O presente capítulo tem por objetivo analisar de forma crítica os mecanismos que reproduzem as desigualdades educacionais no Brasil, destacando os fatores históricos, sociais e econômicos que contribuem para esse cenário. Além disso, busca-se discutir as políticas públicas e as práticas pedagógicas que podem promover a equidade e a justiça social no sistema educacional. A partir de uma revisão bibliográfica e da análise de dados recentes, o capítulo propõe reflexões sobre como a educação pode se tornar um instrumento de transformação social, capaz de romper com os ciclos de exclusão e promover a inclusão de todos os grupos sociais, especialmente aqueles historicamente marginalizados.

## **CONTEXTUALIZAÇÃO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS NO BRASIL**

As desigualdades educacionais no Brasil são fruto de um longo processo histórico de exclusão e restrição do acesso ao ensino. Desde o período colonial, a educação foi um privilégio restrito às elites, enquanto a população indígena, escravizada e as classes trabalhadoras permaneceram à margem do sistema formal de ensino. Esse cenário consolidou uma estrutura educacional que, ao longo dos séculos, perpetuou a desigualdade, tornando-se um reflexo das disparidades socioeconômicas do país.

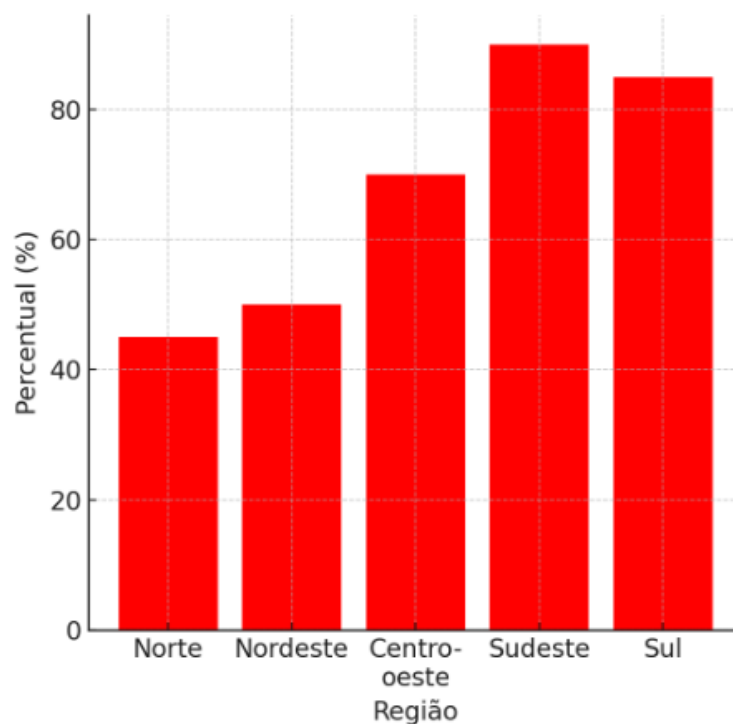
Com a Constituição de 1988, a educação passou a ser reconhecida como um direito de todos e dever do Estado. No entanto, a universalização do ensino fundamental não significou uma democratização plena da educação. Problemas como a precarização da infraestrutura escolar, a desigualdade no financiamento da educação e a formação insuficiente dos docentes

continuam impactando negativamente a qualidade do ensino, principalmente nas regiões periféricas e rurais.

Os dados do Censo Escolar de 2022 revelam disparidades significativas na oferta de ensino entre as diferentes regiões do Brasil. Enquanto estados do Sul e Sudeste apresentam maior número de escolas equipadas com laboratórios, bibliotecas e acesso à internet, regiões do Norte e Nordeste ainda enfrentam dificuldades básicas, como falta de água potável, saneamento e material didático adequado (Inep, 2022). Essas desigualdades estruturais comprometem as oportunidades de aprendizagem e aprofundam as disparidades sociais.

Segundo o Inep (2022), enquanto as regiões Sudeste e Sul apresentam os melhores índices, com 90% e 85% das escolas possuindo infraestrutura adequada, as regiões Norte e Nordeste registram os menores percentuais, 45% e 50%, respectivamente. Essa disparidade reflete a distribuição desigual dos investimentos na educação e tem impacto direto na qualidade da aprendizagem.

**Gráfico 1** - Infraestrutura escolar por região

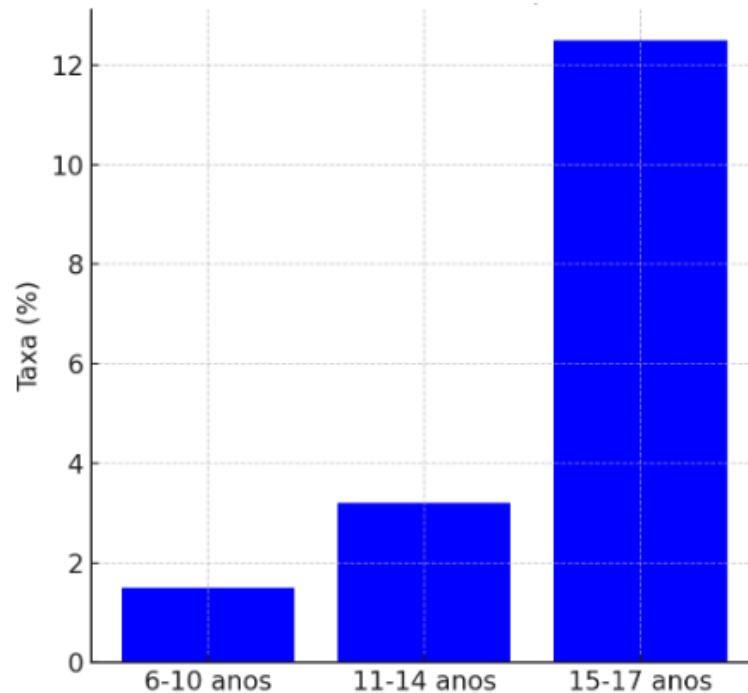


Fonte: Elaborado com base em IBGE (2023).

A evasão escolar é um dos reflexos mais evidentes da desigualdade educacional no Brasil. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2023, aproximadamente 2,5 milhões de jovens entre 15 e 17 anos estavam fora da escola (IBGE, 2023). Entre as principais razões para o abandono escolar, destacam-se a necessidade

de ingresso precoce no mercado de trabalho, a gravidez na adolescência e a falta de interesse causada por um ensino pouco atrativo e descontextualizado da realidade dos estudantes.

**Gráfico 2 - Taxa de evasão escolar por faixa etária**



Fonte: Elaborado com base em IBGE (2023).

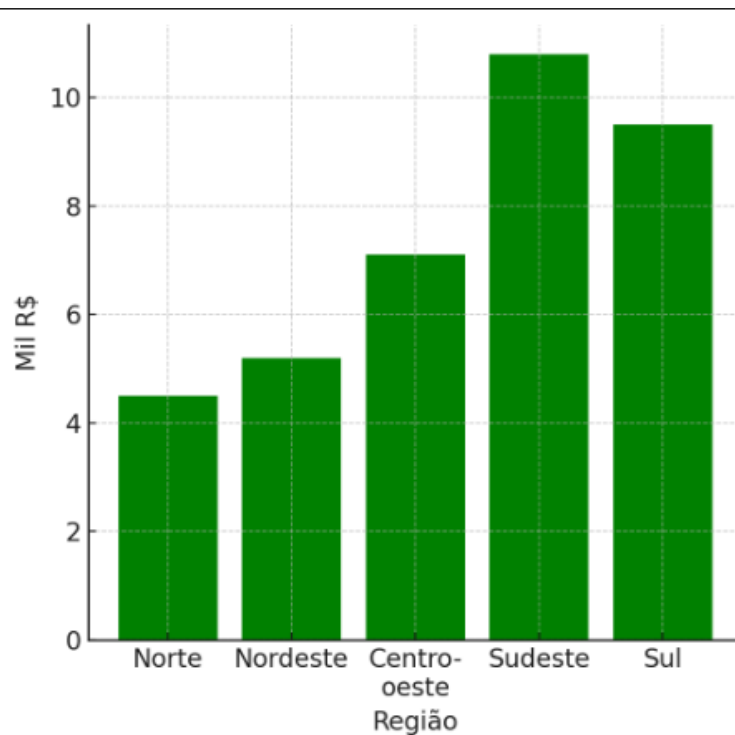
Além das desigualdades regionais e socioeconômicas, a questão racial também desempenha um papel fundamental no acesso e na permanência dos estudantes na escola. Gomes (2022) ressalta que a população negra e indígena enfrenta barreiras adicionais, como discriminação racial dentro do ambiente escolar e menor acesso a programas de incentivo educacional. Dados do IPEA (2022) indicam que a taxa de analfabetismo entre a população negra é quase o dobro da registrada entre a população branca, evidenciando as desigualdades raciais no sistema educacional.

Outro agravante das desigualdades educacionais é a baixa remuneração e a precarização do trabalho docente. Conforme destaca Cury (2021), muitos professores da rede pública enfrentam condições adversas de trabalho, como turmas superlotadas, escassez de material didático e infraestrutura inadequada. Essas condições impactam diretamente a qualidade do ensino e dificultam a implementação de metodologias inovadoras que poderiam tornar o aprendizado mais eficiente e inclusivo.

A distribuição desigual dos investimentos na educação também contribui para a perpetuação das desigualdades. Municípios com menor arrecadação de impostos,

especialmente em regiões mais pobres, possuem menos recursos para investir na melhoria das escolas e na valorização dos professores. O financiamento da educação, embora previsto na Constituição, ainda enfrenta desafios na sua aplicação, uma vez que o repasse de verbas federais nem sempre atende às necessidades reais de cada localidade.

**Gráfico 3** - Distribuição de investimentos na educação por região



Fonte: Elaborado com base em Inep (2022).

Os dados do Inep sobre o investimento médio por aluno por região, apresentados no terceiro gráfico, evidenciam a disparidade na alocação de recursos educacionais no Brasil. Enquanto as regiões Sudeste e Sul registram os maiores investimentos, com valores próximos a 10,8 mil reais e 9,5 mil reais por aluno, respectivamente, o Norte e o Nordeste apresentam os menores investimentos, 4,5 mil e 5,2 mil reais, respectivamente. Essa desigualdade impacta diretamente a qualidade do ensino, pois regiões com menor financiamento tendem a enfrentar maiores dificuldades para oferecer infraestrutura adequada, contratar professores qualificados e implementar metodologias inovadoras.

Segundo Cury (2021), a desigualdade na distribuição dos recursos educacionais é um dos fatores que perpetuam a exclusão e a baixa qualidade do ensino público em algumas localidades. Além disso, essas diferenças contribuem para a manutenção do ciclo de desigualdade social, já que estudantes de escolas com menos investimentos possuem menos oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento.

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2018 trouxe diretrizes para uniformizar o ensino em todo o país. No entanto, críticos apontam que a padronização curricular pode não atender às especificidades regionais e culturais, resultando em um ensino que desconsidera a diversidade dos estudantes (Brasil, 2018). Para garantir uma educação mais equitativa, é fundamental que as escolas tenham autonomia para adaptar o currículo às realidades locais.

A pandemia de COVID-19 exacerbou as desigualdades educacionais no Brasil, principalmente em relação ao acesso às tecnologias digitais. Durante o período de ensino remoto, milhões de estudantes ficaram sem acesso às aulas devido à falta de internet e equipamentos adequados. Segundo a Unesco (2023), essa lacuna tecnológica aumentou a defasagem escolar e afetou principalmente os alunos mais pobres, que dependem da estrutura física das escolas para sua aprendizagem.

A formação docente é outro aspecto essencial na luta contra as desigualdades educacionais. Segundo Paulo Freire (2019), o professor deve atuar como mediador do conhecimento e estimular o pensamento crítico dos alunos. No entanto, a realidade mostra que muitos educadores não recebem capacitação contínua e não são preparados para lidar com as diversidades culturais e sociais presentes nas escolas brasileiras, o que dificulta a construção de um ensino verdadeiramente inclusivo.

As desigualdades na educação também impactam diretamente a mobilidade social dos indivíduos. Como aponta Ribeiro (2021), a escola deveria ser um espaço de ascensão social, mas, no Brasil, a qualidade do ensino está fortemente associada à renda familiar. Isso significa que estudantes de famílias mais ricas têm mais chances de acessar universidades e melhores oportunidades de emprego, enquanto aqueles de origem mais humilde enfrentam dificuldades para romper o ciclo da pobreza.

Diante desse cenário, torna-se evidente que as desigualdades educacionais no Brasil não são apenas um reflexo da realidade social do país, mas também um fator determinante na perpetuação das desigualdades estruturais. Para superar esses desafios, é necessário um conjunto de ações articuladas que envolvam políticas públicas eficazes, maior investimento na educação básica e a valorização da diversidade dentro do ambiente escolar.

## **TEORIAS SOBRE A REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES NA EDUCAÇÃO**

A reprodução das desigualdades na educação tem sido amplamente debatida por diferentes teóricos. Bourdieu e Passeron (1992) argumentam que o sistema educacional

reforça a estrutura social ao legitimar a cultura dominante e dificultar o acesso de grupos historicamente marginalizados ao conhecimento. Para os autores, a escola, longe de ser um espaço neutro, funciona como um mecanismo de manutenção das hierarquias sociais, garantindo que as classes dominantes perpetuem seus privilégios.

Um dos conceitos fundamentais de Bourdieu é o capital cultural, que se refere ao conjunto de conhecimentos, habilidades e comportamentos valorizados pelo sistema escolar. Alunos provenientes de famílias de alta renda chegam à escola já familiarizados com esse repertório, o que facilita sua adaptação e sucesso acadêmico. Por outro lado, estudantes de classes populares enfrentam dificuldades, pois muitas vezes suas experiências culturais não correspondem às expectativas da escola. Como resultado, há uma desvalorização de saberes periféricos e uma exclusão implícita dentro do espaço educacional.

**Gráfico 4 - Comparativo Ensino Médio e Ensino Superior**



Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul (2023) e IBGE (2023).

Os gráficos destacam a profunda desigualdade educacional no Brasil, mostrando como fatores socioeconômicos e raciais afetam o acesso, a permanência e o sucesso escolar. Dados do *Jornal Cruzeiro do Sul* (2023) revelam que apenas 36,8% dos jovens mais pobres concluem o ensino médio, contra 84,9% dos mais ricos, evidenciando o impacto da vulnerabilidade financeira. A PNAD (IBGE, 2023) aponta que 29,5% dos jovens brancos de 18 a 24 anos estão no ensino superior, comparado a 16,4% dos pretos ou pardos, indicando barreiras sociais e estruturais. Além disso, apenas 2,9% dos jovens pretos ou pardos concluem o ensino superior, contra 6,5% dos brancos, reforçando a persistência das desigualdades. Esses dados corroboram a teoria de Bourdieu (1992) sobre a reprodução das hierarquias sociais no sistema educacional, que, em vez de promover mobilidade social, muitas vezes as reforça.

Outro conceito importante é o *habitus*, definido por Bourdieu como um conjunto de disposições socialmente construídas que orientam as ações e percepções dos indivíduos. Na

escola, o *habitus* das classes privilegiadas se alinha às exigências do sistema de ensino, enquanto os estudantes de classes populares encontram barreiras para se adequar a essa lógica. Esse fenômeno gera uma sensação de inadequação e pode levar ao fracasso escolar, não por falta de capacidade, mas por um desalinhamento entre as expectativas institucionais e as vivências dos alunos.

A teoria da reprodução social também encontra respaldo nos estudos de François Dubet (2004), que propõe a noção de justiça escolar como um critério para avaliar as desigualdades educacionais. Segundo Dubet, a justiça escolar deve considerar três aspectos: igualdade de acesso, igualdade de condições e igualdade de resultados. No Brasil, embora a expansão da educação tenha garantido o acesso à escola para a maioria da população, as diferenças nas condições de ensino e nos resultados acadêmicos revelam que a equidade ainda não foi alcançada.

Freire (2019), por sua vez, critica o modelo educacional tradicional, argumentando que ele reforça a desigualdade ao adotar uma abordagem bancária do ensino, na qual os alunos são tratados como receptáculos passivos do conhecimento. Em contraposição, Freire propõe uma educação libertadora, que valorize o diálogo, a troca de experiências e a construção coletiva do saber. Essa abordagem se distancia da lógica de reprodução das desigualdades, pois reconhece a importância dos saberes populares e incentiva uma participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem.

Além da dimensão cultural e pedagógica, as desigualdades educacionais também estão relacionadas a fatores estruturais, como o financiamento da educação. Segundo Cury (2021), a alocação desigual de recursos entre as redes pública e privada aprofunda a distância entre os diferentes perfis de estudantes. Enquanto as escolas privadas contam com infraestrutura moderna, professores bem remunerados e menor número de alunos por turma, muitas escolas públicas enfrentam a falta de materiais básicos e a sobrecarga de trabalho docente, dificultando o aprendizado.

Outro aspecto fundamental para a reprodução das desigualdades é o currículo escolar. Para Silva (2020), o currículo não é neutro, mas sim um instrumento de poder que seleciona quais conhecimentos são considerados legítimos e quais são marginalizados. Dessa forma, o currículo tradicional muitas vezes desconsidera a diversidade cultural brasileira, reforçando uma visão eurocêntrica e elitista do conhecimento. Para promover uma educação mais equitativa, é necessário repensar o currículo a partir de uma perspectiva inclusiva e plural.

A influência das condições socioeconômicas na aprendizagem também pode ser analisada à luz dos estudos de Carvalho (2020) sobre cidadania e direitos sociais. O autor

argumenta que o acesso à educação de qualidade é um direito fundamental, mas, na prática, esse direito é frequentemente negado às camadas mais pobres da população. A precarização da escola pública reflete uma cidadania incompleta, em que apenas uma parcela da população tem acesso pleno aos benefícios da educação.

A pandemia de COVID-19 intensificou ainda mais as desigualdades educacionais, evidenciando o impacto da exclusão digital no acesso ao ensino. Segundo a Unesco (2023), milhões de estudantes em países em desenvolvimento ficaram sem acesso a aulas remotas devido à falta de internet e equipamentos adequados. No Brasil, essa desigualdade afetou principalmente estudantes das escolas públicas, ampliando a lacuna entre os que puderam continuar seus estudos e os que enfrentaram interrupções prolongadas no aprendizado.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS EFEITOS**

As políticas públicas educacionais têm um papel fundamental na redução das desigualdades sociais e na promoção da equidade no ensino. No Brasil, diversas iniciativas foram implementadas ao longo das últimas décadas com o objetivo de garantir o acesso à educação e melhorar a qualidade do ensino. No entanto, apesar dos avanços, muitos desafios permanecem, especialmente no que diz respeito à efetividade dessas políticas em reduzir as disparidades regionais, socioeconômicas e raciais.

Um dos marcos mais importantes da educação brasileira foi a universalização do ensino fundamental, garantida pela Constituição de 1988. Desde então, houve um aumento expressivo na taxa de matrícula, permitindo que milhões de crianças e adolescentes tivessem acesso à escola. No entanto, como destaca José Murilo de Carvalho (2020), a ampliação do acesso não foi acompanhada por políticas eficazes de permanência e qualidade, o que resultou em altas taxas de evasão e desigualdade no aprendizado, principalmente entre os estudantes mais vulneráveis.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implementada em 2018, buscou estabelecer diretrizes para a padronização do ensino no Brasil, garantindo um currículo mínimo para todas as escolas do país. Segundo o Ministério da Educação (2018), a BNCC tem o objetivo de reduzir as desigualdades educacionais ao definir aprendizagens essenciais para todos os estudantes. No entanto, críticos argumentam que a padronização pode ignorar as especificidades regionais e culturais, dificultando a adaptação do ensino às realidades locais.

Outro avanço importante foi a criação de programas de transferência de renda vinculados à educação, como o Bolsa Família, substituído pelo Auxílio Brasil. Estudos do

IPEA (2022) indicam que esses programas reduziram significativamente a evasão escolar, pois condicionam o recebimento do benefício à frequência mínima dos estudantes. No entanto, a simples presença na escola não garante aprendizagem de qualidade, sendo necessário investir também na infraestrutura e formação docente para que esses alunos tenham reais oportunidades de sucesso acadêmico.

A desigualdade educacional também se reflete na distribuição de recursos financeiros entre as redes de ensino. O Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), renovado em 2020, é um dos principais mecanismos de financiamento da educação pública no Brasil. De acordo com Cury (2021), o Fundeb tem um papel crucial na redistribuição de recursos para estados e municípios com menor arrecadação. No entanto, o subfinanciamento da educação continua sendo um problema grave, resultando em escolas precárias, baixos salários para professores e falta de material didático adequado.

Além das políticas de financiamento, há iniciativas voltadas à inclusão educacional, como a Educação Especial e a Política Nacional de Educação Inclusiva. Segundo a Unesco (2023), o Brasil avançou na inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino, garantindo-lhes o direito de estudar em ambientes inclusivos. No entanto, a falta de professores capacitados e de infraestrutura adaptada ainda são desafios que dificultam a efetiva participação desses estudantes, reforçando a necessidade de políticas mais abrangentes.

A expansão do ensino técnico e profissionalizante também foi uma estratégia adotada para melhorar a inserção dos jovens no mercado de trabalho. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado em 2011, teve um impacto positivo na qualificação profissional, principalmente para alunos de baixa renda. No entanto, o programa sofreu cortes orçamentários nos últimos anos, limitando seu alcance. De acordo com dados do Inep (2022), a oferta de cursos técnicos ainda é insuficiente para atender à demanda do mercado e das populações mais vulneráveis.

A pandemia de COVID-19 escancarou a fragilidade das políticas educacionais no Brasil, evidenciando a falta de infraestrutura para o ensino remoto. Segundo a PNAD Contínua do IBGE (2023), milhões de estudantes ficaram sem acesso às aulas devido à ausência de equipamentos e conexão à internet. Esse cenário agravou a desigualdade educacional, já que alunos de escolas privadas continuaram seus estudos sem grandes interrupções, enquanto estudantes da rede pública sofreram perdas irreparáveis no aprendizado.

As políticas de formação docente também são determinantes para a qualidade da educação. O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), por exemplo, tem sido uma iniciativa importante para qualificar professores da rede pública. No entanto, conforme apontado por Freire (2019), a formação dos docentes deve ir além do treinamento técnico, incentivando uma prática pedagógica crítica e libertadora. Sem um corpo docente bem preparado, as políticas educacionais tendem a perder sua efetividade.

Apesar dos desafios, a implementação de políticas públicas voltadas à educação continua sendo essencial para reduzir as desigualdades e garantir um ensino de qualidade para todos. O sucesso dessas políticas depende não apenas de investimentos financeiros, mas também da articulação entre governos, escolas e sociedade civil. Como enfatiza Bourdieu (1992), a educação tem um papel central na reprodução das estruturas sociais, mas também pode ser um instrumento de transformação quando acompanhada de políticas comprometidas com a equidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As desigualdades educacionais no Brasil são um reflexo das disparidades socioeconômicas e estruturais que historicamente moldam a sociedade. Embora políticas públicas tenham avançado na garantia do acesso à educação, a permanência e a qualidade do ensino ainda são desafios significativos. A precarização da infraestrutura escolar, a desvalorização dos professores e a disparidade no financiamento entre regiões demonstram a necessidade de um compromisso contínuo com a equidade educacional. Sem investimentos adequados, a escola corre o risco de perpetuar desigualdades, em vez de ser um instrumento de transformação social.

A busca por um sistema educacional mais justo exige um olhar atento para a formação docente, a reformulação curricular e a adoção de práticas pedagógicas mais inclusivas. Além disso, é essencial fortalecer políticas que garantam a permanência dos estudantes na escola, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade. Iniciativas que promovam a adaptação da infraestrutura, o acesso à tecnologia e o apoio psicopedagógico são fundamentais para reduzir a evasão e ampliar as oportunidades de aprendizado para todos.

Construir uma educação equitativa depende não apenas de ações governamentais, mas também do envolvimento ativo da sociedade. A defesa da educação pública de qualidade precisa ser um compromisso coletivo, garantindo que cada estudante tenha condições reais de desenvolvimento e aprendizado. O fortalecimento do ensino como direito fundamental deve

ser prioridade, para que ele cumpra seu papel na construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e com maiores oportunidades para todos.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Fátima. **Desigualdades educacionais no Brasil: uma análise das políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2021.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Tradução de Reynaldo Bairão. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradições no Brasil**. Campinas: Papirus, 2021.  
DUBET, François. O que é justiça escolar? Tradução de Ione Ribeiro Valle. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 11-32, maio/ago. 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.  
GOMES, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial e educação no Brasil: desafios e perspectivas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>. Acesso em: 04 fev. 2025.

INEP. **Censo Escolar 2022**. Brasília: INEP, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em: 04 fev. 2025.

IPEA. **Desigualdades educacionais no Brasil: desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em: 04 fev. 2025.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.  
SOUZA, Paulo Renato. **Educação e Desigualdade no Brasil: desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2022.

UNESCO. **Relatório de Monitoramento Global da Educação 2023: inclusão e educação**. Brasília: UNESCO, 2023. Disponível em: <https://pt.unesco.org/gem-report/>. Acesso em: 05 fev. 2025.

# CAPÍTULO 2

## DADOS E INDICADORES SOBRE DESIGUALDADE EDUCACIONAL NO BRASIL

Camila França dos Santos <sup>2</sup>

Yuri de Lima Ribeiro <sup>3</sup>

Tamires Almeida Bezerra <sup>4</sup>

Juliana Costa Silva <sup>5</sup>

Doi: 10.48209/978-65-5417-447-1

### RESUMO

O presente capítulo analisa dados e indicadores que evidenciam a persistência da desigualdade educacional no Brasil, com enfoque em sua relação com aspectos socioeconômicos. O objetivo é demonstrar como as desigualdades se manifestam em diferentes etapas da trajetória escolar, impactando o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes no sistema educacional. A metodologia adotada compreende a análise documental a partir de fontes institucionais, como o Censo Escolar (INEP, 2023), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB, 2021) e o Relatório de Monitoramento da Educação Global (UNESCO, 2022). Além disso, a abordagem dialoga com teóricos como Amartya Sen (2000), que discute a capacidade de acesso como fator essencial para a liberdade e o desenvolvimento humano, e François Dubet (2011), que analisa as desigualdades educacionais sob a ótica da justiça social e da necessidade de um sistema mais equitativo. Os dados do Censo Escolar (INEP, 2023) revelam que as taxas de evasão escolar são significativamente maiores em regiões de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), especialmente no ensino médio. O IDEB (2021) expõe disparidades persistentes entre escolas públicas e privadas, refletindo desigualdades estruturais no financiamento e na qualidade do ensino. A UNESCO (2022) aponta que fatores como renda, raça e gênero ainda determinam o acesso a uma educação de qualidade. Estudos recentes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2023) e do Todos Pela Educação (2023) enfatizam a urgência de políticas públicas baseadas em evidências para mitigar desigualdades, especialmente após os impactos da pandemia de COVID-19, que ampliaram as disparidades existentes. Assim, a coleta, análise e divulgação de indicadores são essenciais para promover uma educação mais equitativa e inclusiva.

**Palavras-chave:** Desigualdade educacional. Indicadores. Acesso à educação, Políticas públicas.

---

<sup>2</sup> Graduada em Matemática. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). camila.santos3@prof.ce.gov.br.

<sup>3</sup> Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). yurilr@gmail.com.

<sup>4</sup> Especialista em Serviço Social. Universidade Anhanguera. tamialmeida10@gmail.com.

<sup>5</sup> Acadêmica do 10º período do curso de Letras-Português. Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). julianaowf@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

A desigualdade educacional no Brasil é histórica e estrutural, ligada às disparidades socioeconômicas do país. Desde o período colonial, a educação foi usada para manter privilégios, perpetuando desigualdades que persistem até hoje. Como destaca Carvalho (2021, p. 45), "a educação brasileira foi moldada por um sistema excludente, que beneficiava as elites e marginalizava os mais pobres, especialmente negros, indígenas e mulheres". Essa herança histórica reflete-se nos indicadores atuais, que mostram disparidades no acesso, permanência e qualidade da educação entre diferentes grupos sociais.

Os dados do Censo Escolar (Inep, 2023) revelam que as taxas de evasão escolar são significativamente maiores em regiões de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), como o Norte e o Nordeste do país. Nessas regiões, fatores como a falta de infraestrutura escolar, a carência de professores qualificados e a necessidade de trabalho precoce contribuem para o abandono dos estudos. Além disso, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2021 (Brasil, 2021) mostra que as escolas públicas, especialmente as localizadas em áreas periféricas, apresentam desempenho inferior em comparação às instituições privadas, evidenciando a reprodução das desigualdades sociais no ambiente escolar.

A relação entre educação e desigualdade social é amplamente discutida por teóricos como Bourdieu e Passeron (1992), que argumentam que a escola atua como um mecanismo de reprodução das estruturas sociais. Segundo os autores, "o sistema educacional não é neutro; ele reflete e reforça as hierarquias sociais existentes, privilegiando os grupos que já detêm capital cultural e econômico" (Bourdieu; Passeron, 1992, p. 78). Essa perspectiva é corroborada por estudos recentes, como os de Alves e Soares (2023), que demonstram como fatores como renda, raça e gênero influenciam o desempenho escolar e as oportunidades educacionais.

Com o fechamento das escolas e a adoção do ensino remoto, por conta da pandemia de COVID-19, muitos alunos de famílias de baixa renda enfrentaram dificuldades para acessar dispositivos eletrônicos e conexão à internet, o que comprometeu seu aprendizado. Conforme destaca o Relatório de Monitoramento Global da Educação da UNESCO (2022, p. 34), "a crise sanitária aprofundou as desigualdades educacionais, especialmente em países com sistemas educacionais frágeis e altos níveis de pobreza, como o Brasil". Esse cenário reforça a necessidade de políticas públicas que garantam o acesso universal à educação de qualidade.

A desigualdade educacional também está intrinsecamente ligada às questões raciais e de gênero. Gomes (2022, p. 89) ressalta que "negros e indígenas enfrentam barreiras

históricas no acesso à educação, desde a falta de escolas em áreas rurais e quilombolas até o racismo institucional presente nas instituições de ensino”. Da mesma forma, as mulheres, especialmente as negras e pobres, são afetadas por estereótipos de gênero que limitam suas oportunidades educacionais e profissionais. Essas desigualdades são agravadas pela falta de políticas públicas que promovam a equidade e a inclusão no sistema educacional.

A importância da educação como fator de desenvolvimento social e econômico é amplamente reconhecida. Sen (2000, p. 112) argumenta que "a educação não é apenas um direito fundamental, mas também um instrumento essencial para a expansão das liberdades individuais e coletivas". No entanto, no Brasil, a garantia desse direito ainda é um desafio, especialmente para os grupos mais vulneráveis. A falta de investimentos em educação pública, a má gestão dos recursos e a ausência de políticas efetivas para reduzir as desigualdades são alguns dos obstáculos que precisam ser superados.

A análise dos indicadores educacionais, como o IDEB e os dados do Censo Escolar, revela que as desigualdades educacionais são multifacetadas e complexas. Ferraro (2022, p.15) destaca que "as disparidades educacionais não se limitam ao acesso à escola, mas envolvem também a qualidade do ensino, a infraestrutura das instituições e as condições de trabalho dos professores". Esses fatores estão interligados e refletem as desigualdades estruturais da sociedade brasileira, que precisam ser enfrentadas de forma sistêmica e integrada.

A educação é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, mas sua efetivação ainda está longe de ser alcançada. Para Cury (2021), a legislação brasileira avançou no reconhecimento do direito à educação, mas a conta com um processo de implementação das políticas públicas ainda insuficiente para garantir a equidade e a qualidade do ensino. Essa lacuna entre o discurso legal e a realidade prática é um dos principais desafios para a superação das desigualdades educacionais no país.

As políticas públicas voltadas para a educação precisam ser baseadas em dados precisos e atualizados, que permitam identificar as principais lacunas e desafios do sistema educacional. O IPEA (2023, p. 23) ressalta que "a coleta e a análise de indicadores educacionais são fundamentais para a formulação de políticas públicas eficazes e para o monitoramento dos avanços alcançados". No entanto, a falta de investimentos em pesquisas e a descontinuidade das políticas educacionais têm limitado a capacidade do Estado de enfrentar as desigualdades de forma consistente.

A participação da sociedade civil também é essencial para a promoção da equidade educacional. Organizações como o Todos Pela Educação (2023) têm desempenhado um papel

importante na defesa de políticas públicas baseadas em evidências e no monitoramento dos indicadores educacionais. Conforme destacam, a educação de qualidade é um direito de todos e um dever do Estado, mas também uma responsabilidade compartilhada por toda a sociedade. Essa perspectiva reforça a necessidade de uma abordagem colaborativa e participativa para a superação das desigualdades educacionais.

A desigualdade educacional não é um problema isolado, mas está intrinsecamente ligada a outras formas de desigualdade social, como a pobreza, a exclusão racial e a discriminação de gênero. Para enfrentar esse desafio, é necessário adotar uma abordagem intersetorial, que articule políticas educacionais com ações nas áreas de saúde, assistência social e geração de emprego. Conforme argumenta Freire (2019, p. 56), "a educação é um ato político e, como tal, deve estar comprometida com a transformação social e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária".

A superação das desigualdades educacionais requer, portanto, um esforço conjunto de governos, sociedade civil, educadores e comunidades. É preciso investir na formação de professores, na melhoria da infraestrutura escolar e na garantia de condições dignas de trabalho para os profissionais da educação. Além disso, é essencial promover políticas afirmativas que garantam o acesso e a permanência de grupos historicamente excluídos, como negros, indígenas e pessoas com deficiência.

A análise de dados e indicadores educacionais é crucial para entender as dimensões da desigualdade e orientar políticas públicas eficazes. Segundo o Relatório da UNESCO (2022, p. 45), "a educação é um direito humano fundamental e um dos principais mecanismos para reduzir desigualdades e promover a inclusão social". No entanto, para que esse direito seja garantido, é preciso superar os desafios estruturais que limitam o acesso à educação de qualidade no Brasil.

A desigualdade educacional é, portanto, um problema complexo e multifacetado, que exige soluções integradas e de longo prazo. Conforme argumenta Sen (2000, p.120), "a expansão das oportunidades educacionais é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual todos os indivíduos tenham a possibilidade de desenvolver suas capacidades e potencialidades". No Brasil, essa expansão ainda é um desafio, mas também uma oportunidade para transformar a realidade social e promover o desenvolvimento humano.

A educação é um direito de todos e um dever do Estado, mas sua efetivação depende de um compromisso coletivo com a justiça social e a equidade. Como destacam os estudos do IPEA (2023, p. 29), "a redução das desigualdades educacionais é um dos principais desafios

para a construção de um país mais justo e inclusivo". Para superar esse desafio, é necessário investir em políticas públicas baseadas em evidências, promover a participação da sociedade civil e garantir o acesso universal à educação de qualidade.

A análise dos dados educacionais revela desigualdades profundas e persistentes no Brasil, mas também aponta caminhos para superá-las. Segundo Freire (2019, p. 78), "a educação é um ato de coragem e esperança, que nos convida a sonhar com um mundo melhor e a lutar por sua realização". No contexto brasileiro, essa luta envolve garantir o direito à educação para todos, independentemente de origem social, raça ou gênero.

A superação das desigualdades educacionais é urgente e exige o envolvimento de todos os setores da sociedade. Como apontam os estudos do Todos Pela Educação (202, p. 15), "a educação é a chave para a transformação social e a construção de um futuro mais justo e igualitário". Para isso, é essencial investir em políticas públicas eficazes, incentivar a participação da sociedade civil e garantir acesso universal a uma educação de qualidade. No Brasil, essa expansão é um desafio, mas também uma oportunidade para transformar a realidade social e promover o desenvolvimento humano.

A desigualdade educacional é um problema complexo e multifacetado, que exige soluções integradas e de longo prazo, centradas na garantia do direito à educação para todos, independentemente de origem social, raça ou gênero.

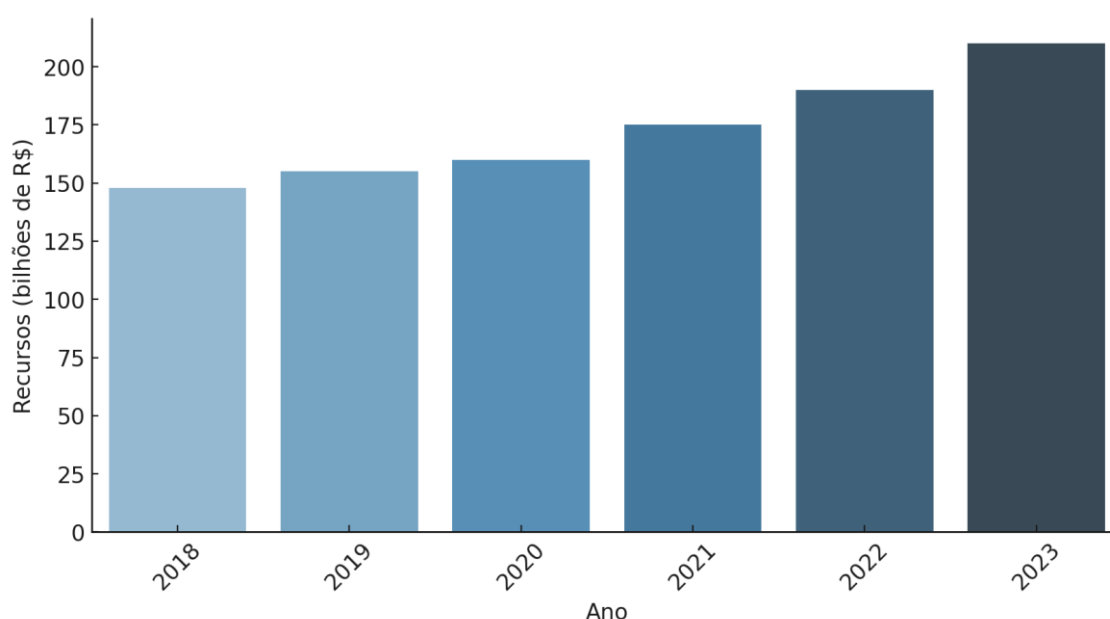
## **O PAPEL DO FUNDEB E DO PNE NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS**

As políticas públicas têm desempenhado um papel central na tentativa de mitigar as desigualdades educacionais no Brasil. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o Plano Nacional de Educação (PNE) e programas estaduais e municipais têm sido implementados para melhorar o acesso, a permanência e a qualidade da educação. No entanto, os desafios ainda são significativos, e uma análise detalhada dos indicadores pode revelar os impactos reais dessas iniciativas.

O Fundeb é uma das principais políticas de financiamento da educação básica no Brasil. Criado em 2007 e renovado em 2020, ele ampliou a participação da União no financiamento educacional. O aumento nos investimentos tem permitido melhorias na infraestrutura escolar e na remuneração dos professores, contribuindo para a redução da desigualdade entre as regiões.

O Gráfico 1, a seguir, apresenta a evolução dos recursos do Fundeb entre os anos de 2018 e 2023, evidenciando um aumento progressivo no financiamento da educação básica no Brasil. Em 2018, os recursos destinados ao Fundeb somavam aproximadamente R\$ 148 bilhões, crescendo de forma constante até R\$ 210 bilhões em 2023. Esse crescimento reflete a ampliação da participação da União no financiamento da educação pública, especialmente após a renovação do Fundeb em 2020, tornando-o permanente e com aumento progressivo da complementação federal.

**Gráfico 1** - Evolução dos recursos do Fundeb de 2018 a 2023



Fonte: Elaborado com base em INEP (2023), MEC (2023).

Os impactos desse financiamento podem ser observados na melhoria dos índices educacionais em estados historicamente mais vulneráveis. Segundo o INEP (2023), estados do Nordeste tiveram aumento significativo no IDEB após a ampliação dos recursos federais, o que sugere que o financiamento adequado pode ser um fator decisivo para a redução das desigualdades regionais.

**Tabela 1** – Variação do IDEB entre regiões

| Região   | IDEB 2013 | IDEB 2023 |
|----------|-----------|-----------|
| Nordeste | 3.8       | 4.5       |
| Sudeste  | 5.0       | 5.4       |
| Norte    | 3.5       | 4.1       |

Fonte: Elaborado com base no Relatório Todos Pela Educação (2023).

O PNE, instituído em 2014, estabeleceu metas para a melhoria da educação brasileira até 2024, abrangendo desde a educação infantil até o ensino superior. Algumas dessas metas incluem a universalização do ensino fundamental, a ampliação da educação integral e a valorização dos professores. A tabela 2, abaixo, apresenta uma comparação entre as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) para 2024 e o status em 2023, evidenciando avanços e desafios na implementação das políticas educacionais no Brasil.

**Tabela 2 - Status das metas do PNE (2023)**

| Meta                                                       | Meta para 2024                                  | Status em 2023                                |
|------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------|-----------------------------------------------|
| <b>Universalizar o ensino fundamental de 9 anos</b>        | 100% das crianças matriculadas                  | 92% atingido                                  |
| <b>Expandir a oferta de educação infantil</b>              | 50% das crianças de 0-3 anos e 100% de 4-5 anos | 36% de crianças de 0-3 anos e 94% de 4-5 anos |
| <b>Ampliar a escolaridade média da população</b>           | Média de 12 anos de escolaridade                | Média de 10,4 anos de escolaridade            |
| <b>Elevar a taxa de alfabetização de jovens e adultos</b>  | Erradicação do analfabetismo                    | Analfabetismo em 6,1% da população adulta     |
| <b>Garantir formação de professores da educação básica</b> | 100% dos professores com formação adequada      | 82% dos professores com formação adequada     |

Fonte: Elaborado com base em Brasil (2023).

Observa-se que a universalização do ensino fundamental de 9 anos está próxima de ser atingida, com 92% das crianças matriculadas. No entanto, a educação infantil ainda apresenta desafios, com apenas 36% das crianças de 0 a 3 anos frequentando creches, abaixo da meta de 50%. Em relação à escolaridade média da população, a meta de 12 anos ainda não foi alcançada, sendo a média atual de 10,4 anos. A alfabetização de jovens e adultos também apresenta dificuldades, com 6,1% da população adulta ainda analfabeta, contrariando a meta de erradicação. Por fim, a formação de professores da educação básica avançou, mas ainda 18% dos docentes não possuem a formação adequada, demonstrando a necessidade de maiores investimentos na capacitação profissional.

A educação integral é uma estratégia importante para a equidade educacional, pois proporciona mais tempo de aprendizagem e atividades extracurriculares, reduzindo as desigualdades de acesso ao conhecimento. O Quadro 1, abaixo, apresenta a evolução dos programas de educação integral no Brasil ao longo dos últimos anos, destacando períodos de expansão e retração das políticas públicas voltadas para essa modalidade de ensino.

**Quadro 1 - Expansão e Retração de Programas de Educação Integral**

| <b>Período</b>   | <b>Expansão dos Programas</b>                                               | <b>Retração dos Programas</b>                                  |
|------------------|-----------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|
| <b>2007-2016</b> | Expansão do programa Mais Educação, ampliação das escolas de tempo integral | Nenhuma grande retração                                        |
| <b>2017-2018</b> | Criação de programas estaduais de educação integral                         | Redução de investimentos no Mais Educação                      |
| <b>2019-2020</b> | Expansão da Política Nacional de Educação Integral                          | Descontinuação do Mais Educação em nível federal               |
| <b>2021-2023</b> | Ampliação de programas estaduais e municipais                               | Falta de uma política federal estruturada de educação integral |

Fonte: Elaborado com base em Brasil (2023).

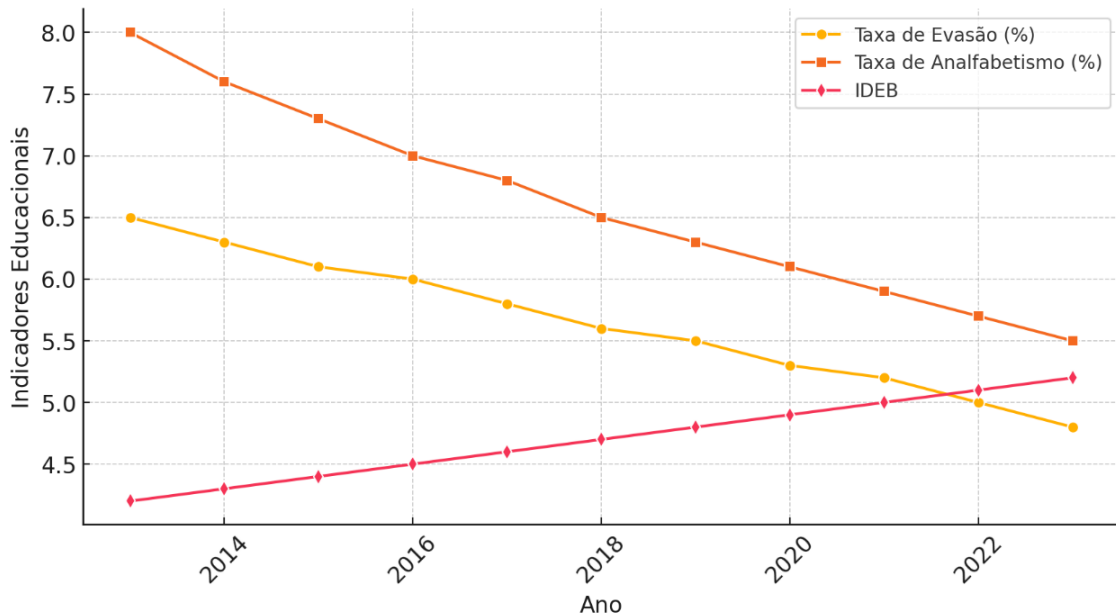
Entre 2007 e 2016, o programa Mais Educação impulsionou a expansão das escolas de tempo integral. A partir de 2017, cortes nos investimentos federais levaram à retração do programa, embora iniciativas estaduais tenham surgido para mitigar o impacto. Entre 2019 e 2020, a descontinuação federal do Mais Educação reduziu as oportunidades de ampliação da jornada escolar, deixando a cargo de políticas estaduais e municipais a manutenção desse modelo. De 2021 a 2023, a falta de uma política nacional estruturada limitou a expansão da educação integral, que passou a depender de ações descentralizadas. A descontinuidade das políticas públicas comprometeu avanços e dificultou a construção de um sistema educacional mais equitativo.

Estados e municípios têm criado iniciativas para reduzir a desigualdade educacional. Em Pernambuco, por exemplo, a política de escolas de tempo integral aumentou significativamente o IDEB das escolas estaduais, mostrando que investimentos consistentes geram resultados positivos. Políticas públicas na educação têm potencial para diminuir desigualdades, mas enfrentam desafios, como garantir continuidade e financiamento adequado. O Fundeb e o PNE são exemplos de avanços, mas precisam de aprimoramento e monitoramento constante para atingir seus objetivos. A análise de dados e a transparência são essenciais para que essas políticas promovam a equidade educacional no Brasil.

O gráfico 2, a seguir, apresenta a evolução de três indicadores-chave da educação no Brasil entre 2013 e 2023: taxa de evasão escolar, taxa de analfabetismo e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Observa-se uma tendência de queda na taxa de evasão escolar, que passou de 6,5% em 2013 para 4,8% em 2023, refletindo avanços nas políticas de permanência escolar, apesar dos desafios persistentes. A taxa de analfabetismo também reduziu, passando de 8,0% para 5,5% no mesmo período, demonstrando progressos

nas iniciativas de alfabetização de jovens e adultos. Já o IDEB mostra um crescimento contínuo, saindo de 4,2 em 2013 para 5,2 em 2023, indicando uma melhora gradual na qualidade do ensino.

**Gráfico 2 - Evolução dos Indicadores Educacionais no Brasil (2013-2023)**



Fonte: Elaborado com base em Inep (2023).

Os dados presente no gráfico evidenciam que, embora tenham ocorrido avanços significativos, ainda há desigualdades regionais e estruturais que precisam ser enfrentadas para garantir uma educação mais equitativa e de qualidade para todos.

## PROPOSTAS PARA A SUPERAÇÃO DA DESIGUALDADE EDUCACIONAL

A superação da desigualdade educacional no Brasil exige um conjunto de estratégias integradas que envolvam financiamento adequado, políticas de inclusão, formação docente e inovação pedagógica. O fortalecimento de políticas públicas voltadas para a equidade deve estar no centro das ações, garantindo que estudantes de diferentes contextos socioeconômicos tenham acesso a uma educação de qualidade e oportunidades iguais de aprendizado (Cury, 2021).

Uma das principais estratégias para reduzir as desigualdades educacionais é o aumento do financiamento público para a educação básica, especialmente para regiões mais vulneráveis. A ampliação dos investimentos deve garantir infraestrutura escolar adequada, formação contínua para professores e acesso equitativo a recursos didáticos e tecnológicos. O Fundeb tem sido um instrumento essencial nesse processo, mas é necessário monitorar

continuamente a distribuição dos recursos para evitar disparidades entre estados e municípios (Ipea, 2023).

A valorização e formação dos professores também são aspectos fundamentais para a redução da desigualdade educacional. Programas de capacitação continuada devem ser fortalecidos, garantindo que os docentes estejam preparados para lidar com a diversidade em sala de aula, promover práticas pedagógicas inclusivas e utilizar tecnologias educacionais de forma eficaz. Além disso, a melhoria das condições de trabalho e a remuneração justa dos professores são medidas essenciais para a qualidade do ensino (Todos Pela Educação, 2023).

A inclusão de grupos historicamente marginalizados na educação, como indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e comunidades em situação de vulnerabilidade social, deve ser uma prioridade nas políticas públicas. A criação de currículos mais representativos, que respeitem as especificidades culturais e sociais desses grupos, pode contribuir para um ensino mais inclusivo e significativo. Programas de permanência escolar, como bolsas e incentivos financeiros, também são fundamentais para evitar a evasão escolar desses estudantes (Gomes, 2022).

A tecnologia educacional tem um papel crucial na superação da desigualdade educacional, mas seu acesso ainda é desigual. A ampliação do acesso à internet e a dispositivos tecnológicos para alunos de escolas públicas deve ser uma prioridade, permitindo que todos tenham as mesmas oportunidades de aprendizado. Além disso, a implementação de metodologias ativas e plataformas digitais de ensino pode ajudar a tornar a aprendizagem mais dinâmica e personalizada, favorecendo o desenvolvimento das competências dos alunos (Unesco, 2022).

Outra estratégia importante é a ampliação da oferta de educação em tempo integral. Modelos de ensino que proporcionam mais tempo de aprendizado e atividades extracurriculares podem reduzir as desigualdades ao oferecer oportunidades de desenvolvimento integral para os estudantes. Estados como Pernambuco e São Paulo já implementaram iniciativas bem-sucedidas nesse sentido, demonstrando que investimentos nesse modelo podem trazer impactos positivos nos indicadores educacionais (Ferraro, 2022).

O monitoramento e a avaliação das políticas educacionais são essenciais para garantir a eficácia das ações implementadas. Indicadores como o Ideb, as taxas de evasão escolar e o desempenho acadêmico devem ser acompanhados regularmente, permitindo ajustes estratégicos e a implementação de medidas corretivas sempre que necessário. A transparência nos dados educacionais também possibilita maior participação da sociedade civil na construção de soluções para os desafios educacionais (Inep, 2023).

Assim, a superação da desigualdade educacional depende de um compromisso coletivo que envolva governos, escolas, famílias e a sociedade como um todo. É fundamental fortalecer o diálogo entre esses agentes, promovendo uma educação mais inclusiva, equitativa e de qualidade para todos. Somente por meio de políticas públicas bem estruturadas, investimentos adequados e o engajamento de toda a sociedade será possível reduzir as disparidades educacionais e garantir um futuro mais promissor para as novas gerações (Freire, 2019; Sen, 2000).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação é um dos principais fatores de transformação social, pois possibilita o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. No entanto, superar os desafios educacionais exige uma atuação conjunta entre governo, instituições de ensino e sociedade civil. Apenas com investimentos adequados, políticas públicas bem estruturadas e um compromisso coletivo será possível garantir que todos tenham acesso a uma educação de qualidade.

Além do investimento estrutural, é fundamental considerar o papel da inovação pedagógica na formação dos estudantes. A implementação de metodologias ativas, o uso de tecnologia e a valorização da diversidade no ambiente escolar são aspectos indispensáveis para tornar o ensino mais inclusivo e eficaz. Uma educação significativa deve ir além da transmissão de conteúdos, promovendo o pensamento crítico, a autonomia e a formação cidadã dos alunos.

Por fim, é necessário reconhecer que a educação não é um processo isolado, mas interligado a diferentes dimensões sociais e econômicas. O fortalecimento do sistema educacional depende da colaboração entre diferentes setores e da conscientização sobre a importância do ensino para o progresso coletivo. Somente por meio de esforços contínuos e comprometidos será possível construir um futuro onde a educação seja verdadeiramente acessível e transformadora para todos.

## **REFERÊNCIAS**

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco. Efeito das desigualdades sociais no desempenho escolar: uma análise do IDEB 2021. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 43, n. 1, p. 1-20, 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Plano Nacional de Educação (PNE) – Metas para 2024 e Status Atual. Brasília: MEC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/>. Acesso em: 05 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Indicadores Educacionais: IDEB 2021**. Brasília: MEC, 2021. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/ideb>. Acesso em: 07 fev. 2025.

CARVALHO, Marília Pinto de. **Desigualdades de gênero e raça na educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 2021.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e desigualdades sociais no Brasil**. Campinas: Papirus, 2021.

FERRARO, Alceu Ravanello. Escolarização no Brasil: dados e indicadores das desigualdades. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 1-18, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GOMES, Nilma Lino. **Desigualdades raciais e educação: desafios para as políticas públicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>. Acesso em: 06 fev. 2025.

INEP. **Censo Escolar 2023**. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em: 07 fev. 2025.

IPEA. **Desigualdades educacionais no Brasil: desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em: 08 fev. 2025.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão. Desigualdades educacionais no Brasil: uma análise a partir do IDEB. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 1-25, 2022.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2023**. São Paulo: Todos Pela Educação, 2023. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/>. Acesso em: 08 fev. 2025.

UNESCO. **Relatório de Monitoramento Global da Educação 2022: inclusão e educação**. Brasília: UNESCO, 2022. Disponível em: <https://pt.unesco.org/gem-report/>. Acesso em: 08 fev. 2025.

## CAPÍTULO 3

### POLÍTICAS DE INCLUSÃO E UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO: AVANÇOS E OBSTÁCULOS

Juliana Amâncio Pinheiro Távora <sup>6</sup>

José Roberto dos Santos <sup>7</sup>

Claudiana Maria da Costa <sup>8</sup>

Evanaldo Gonçalves da Silva <sup>9</sup>

Doi: 10.48209/978-65-5417-447-2

#### RESUMO

O capítulo investiga as políticas públicas voltadas para a inclusão e a universalização do ensino, com ênfase em seus avanços e limites no Brasil. O objetivo é analisar como tais políticas têm respondido às demandas por equidade educacional, considerando tanto os marcos legais quanto os desafios práticos de implementação. A metodologia consiste em uma análise documental de legislações fundamentais, como a Constituição Federal (1988), que estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado, e o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024), que define diretrizes para a expansão do acesso e da qualidade do ensino. A pesquisa dialoga com teóricos como Dermeval Saviani (2008) e Carlos Roberto Jamil Cury (2002), que discutem a relação entre direito à educação e democratização do ensino, além de Boaventura de Sousa Santos (2010), que enfatiza a necessidade de uma educação emancipatória e inclusiva. Os resultados indicam avanços no acesso à educação básica, mas evidenciam dificuldades na garantia da qualidade, na permanência escolar e na superação de desigualdades regionais e socioeconômicas. A discussão destaca a necessidade de articular políticas intersetoriais, ampliar investimentos e fortalecer a formação docente para consolidar uma inclusão efetiva. Diante desse cenário, torna-se fundamental superar barreiras estruturais, reforçar o compromisso estatal e implementar políticas que promovam a equidade, garantindo não apenas acesso, mas também oportunidades reais de aprendizagem para todos.

**Palavras-chave:** inclusão educacional, universalização do ensino, políticas públicas, equidade.

#### INTRODUÇÃO

A universalização e a inclusão no ensino são temas centrais no debate sobre políticas públicas educacionais no Brasil. Desde a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu a

---

<sup>6</sup> Especialista em Gestão Escolar. Universidade Federal do Ceará (UFC). [julianaamanciotavora@gmail.com](mailto:julianaamanciotavora@gmail.com).

<sup>7</sup> Pós-graduado em Docência em Educação Inclusiva. Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG). [jrobsantos.ufc@gmail.com](mailto:jrobsantos.ufc@gmail.com).

<sup>8</sup> Mestra em Filosofia. Universidade Federal do Piauí (UFPI). [claudinha.neuri30@gmail.com](mailto:claudinha.neuri30@gmail.com).

<sup>9</sup> Especialista em Educação Especial e Inclusiva. Instituto Federal do Piauí (IFPI). [evanaldogsilva@gmail.com](mailto:evanaldogsilva@gmail.com).

educação como um direito fundamental, o país tem buscado garantir o acesso à educação para todos, independentemente de origem social, raça, gênero ou condição física. No entanto, a efetivação desse direito tem enfrentado desafios históricos, como a desigualdade social e a falta de investimentos adequados.

O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, representa um marco importante nessa trajetória, ao estabelecer metas claras para a universalização do ensino e a redução das desigualdades educacionais. Entre suas diretrizes, destacam-se a ampliação do acesso à educação infantil, a erradicação do analfabetismo e a garantia de condições adequadas para a permanência e o sucesso escolar. Todavia, como aponta Saviani (2008), democratizar o ensino não se resume à ampliação do acesso, mas envolve também a garantia de uma educação de qualidade reforçando a necessidade de políticas que vão além da simples expansão de vagas.

A inclusão educacional, por sua vez, tem ganhado destaque nas últimas décadas, especialmente com a crescente conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência e outros grupos historicamente marginalizados. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) são exemplos de iniciativas que buscam promover a integração desses grupos no sistema regular de ensino. No entanto, como observa Kassar (2011), a inclusão escolar exige não apenas adaptações físicas, mas também mudanças profundas na cultura e nas práticas pedagógicas.

Apesar dos avanços legislativos, a implementação dessas políticas enfrenta obstáculos significativos. Um deles é a falta de infraestrutura adequada nas escolas, que muitas vezes não estão preparadas para receber alunos com necessidades específicas. Além disso, a formação dos professores tem sido apontada como um dos principais desafios para a efetivação da inclusão. Para Silva (2015), a formação docente precisa ser repensada para que os educadores estejam preparados para lidar com a diversidade em sala de aula promovendo a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os alunos.

Outro aspecto relevante é a desigualdade regional, que impacta diretamente a qualidade da educação oferecida. Enquanto algumas regiões do país contam com escolas bem equipadas e profissionais qualificados, outras enfrentam carências crônicas de recursos e infraestrutura. Essa disparidade reflete as profundas desigualdades sociais e econômicas do Brasil. Para Gentili (2009), a exclusão escolar é, antes de tudo, um reflexo da exclusão social, e sua superação exige políticas intersetoriais que abordem as múltiplas dimensões da desigualdade.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2018, representa um esforço recente para promover a equidade educacional, ao estabelecer diretrizes comuns para o currículo escolar em todo o país. Contudo, sua implementação tem gerado debates sobre a adequação dessas diretrizes às realidades locais e às necessidades específicas dos alunos. Segundo Freitas (2014), a padronização curricular pode, paradoxalmente, reforçar as desigualdades se não for acompanhada de investimentos adequados e de um diálogo constante com as comunidades escolares.

A permanência escolar é outro desafio crucial para a universalização do ensino. Embora o acesso à educação básica tenha se expandido significativamente nas últimas décadas, muitos alunos ainda abandonam a escola antes de concluir seus estudos. Esse fenômeno está relacionado a fatores como a pobreza, a necessidade de trabalhar e a falta de atratividade do currículo escolar. Cury (2002) ressalta que o direito à educação não se limita ao acesso, mas inclui também a garantia de condições para a permanência e o sucesso escolar.

A intersetorialidade das políticas públicas é apontada como uma estratégia fundamental para superar esses desafios. A articulação entre educação, saúde, assistência social e outras áreas pode contribuir para a criação de um ambiente mais favorável à aprendizagem e ao desenvolvimento integral dos alunos. No entanto, como destaca Gomes (2012), a intersetorialidade exige não apenas a coordenação entre diferentes setores, mas também a participação ativa das comunidades locais no planejamento e na execução das políticas.

A questão do financiamento da educação também é central para a efetivação das políticas de inclusão e universalização. Apesar dos avanços trazidos pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), muitos municípios ainda enfrentam dificuldades para garantir recursos suficientes para a manutenção e a melhoria das escolas.

A avaliação das políticas educacionais também é essencial para identificar avanços e desafios. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), por exemplo, tem sido utilizado como um indicador importante da qualidade do ensino no Brasil. No entanto, como destacam Alves e Soares (2013), os indicadores quantitativos precisam ser complementados por análises qualitativas que considerem as particularidades de cada contexto escolar contribuindo com uma avaliação mais justa e precisa das políticas educacionais.

A participação da sociedade civil no debate sobre educação também é fundamental para a construção de políticas mais democráticas e inclusivas. Movimentos sociais, organizações não governamentais e outras entidades têm desempenhado um papel importante

na defesa do direito à educação. Como observa Gentili (2009), a luta por uma educação pública de qualidade é, antes de tudo, uma luta por justiça social e por um projeto de sociedade mais igualitário.

Por fim, é importante destacar que a universalização e a inclusão no ensino não são apenas desafios técnicos, mas também políticos e éticos. Envolvem a construção de um projeto de sociedade que valorize a diversidade e promova a equidade. Como afirma Saviani (2008), a educação é um direito de todos e um dever do Estado, mas também uma responsabilidade de toda a sociedade.

Em síntese, as políticas de inclusão e universalização do ensino no Brasil têm avançado em muitos aspectos, mas ainda enfrentam desafios significativos. A superação desses obstáculos exige não apenas investimentos financeiros, mas também mudanças culturais e políticas que promovam a equidade e a justiça social. Assim, a efetivação do direito à educação é um processo contínuo, que exige compromisso, diálogo e ação coletiva (Cury, 2002).

## **HISTÓRICO DAS POLÍTICAS DE UNIVERSALIZAÇÃO E INCLUSÃO NO BRASIL**

A trajetória das políticas de universalização e inclusão no ensino no Brasil remonta à Constituição Federal de 1988, que estabeleceu a educação como um direito fundamental e dever do Estado. Segundo a Carta Magna, é obrigação do poder público garantir o acesso à educação básica, da pré-escola ao ensino médio, a todos os cidadãos (Brasil, 1988). Esse marco legal representou um avanço significativo, ao reconhecer a educação como um pilar para a construção de uma sociedade democrática e igualitária.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, consolidou os princípios estabelecidos pela Constituição e definiu as diretrizes para a organização do sistema educacional brasileiro. A LDB enfatizou a importância da gestão democrática, da valorização dos profissionais da educação e da garantia de padrões mínimos de qualidade (Brasil, 1996).

Um dos marcos mais recentes na política educacional brasileira foi a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2014, que estabeleceu metas para a universalização do ensino e a redução das desigualdades educacionais até 2024. Entre as diretrizes do PNE, destacam-se a ampliação do acesso à educação infantil, a erradicação do analfabetismo e a garantia de condições adequadas para a permanência e o sucesso escolar (Brasil, 2014).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2018, representou outro avanço importante ao definir diretrizes comuns para o currículo escolar em todo o país. A BNCC busca garantir que todos os estudantes, independentemente de sua origem ou condição, tenham acesso a um conjunto de aprendizagens essenciais (Brasil, 2018). No entanto, como observa Freitas (2014), a implementação da BNCC enfrenta desafios, como a falta de formação docente adequada e a necessidade de adaptação às realidades locais.

A política de inclusão educacional ganhou força com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, instituída em 2008. Essa política visa garantir o acesso e a permanência de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades no sistema regular de ensino (Brasil, 2008).

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), criado em 2007, tem sido um instrumento crucial para o financiamento da educação básica. O Fundeb redistribui recursos entre estados e municípios, buscando reduzir as desigualdades regionais (Brasil, 2007).

A expansão do acesso à educação infantil tem sido uma das prioridades das políticas educacionais recentes. Dados do Censo Escolar mostram que, entre 2007 e 2020, o número de matrículas em creches e pré-escolas aumentou significativamente (Brasil, 2020). Não obstante, como observa Silva (2015), a qualidade do atendimento ainda é um desafio, com muitas unidades enfrentando problemas de infraestrutura e falta de profissionais qualificados.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem sido foco de políticas como o Programa Brasil Alfabetizado, que visa reduzir o analfabetismo no país. No entanto, a formação docente permanece um grande desafio para a inclusão e universalização do ensino. De acordo com Silva (2015), é essencial repensar a formação inicial e continuada dos professores para que estejam preparados para a diversidade em sala de aula. Iniciativas como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) contribuem para a qualificação docente, mas ainda há avanços necessários para fortalecer o processo de formação.

O histórico das políticas de universalização e inclusão no Brasil reflete avanços significativos, mas ainda enfrenta desafios persistentes. O Quadro 1, a seguir, sintetiza os principais marcos legais e políticas de universalização e inclusão no Brasil, destacando suas diretrizes e impacto.

**Quadro 1 - Histórico das Políticas de Universalização e Inclusão no Brasil**

| Ano                             | Marco Legal                   | Diretrizes e Impactos                                                                                                                                                                |
|---------------------------------|-------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1988                            | CF                            | Estabelece a educação como direito fundamental e dever do Estado.<br>Garante o acesso à educação básica para todos os cidadãos.                                                      |
| 1996                            | LDB                           | Consolida os princípios da Constituição.<br>Define diretrizes para organização do sistema educacional.<br>Enfatiza a gestão democrática e valorização dos profissionais da educação. |
| 2007                            | Fundeb                        | Financiamento para a educação básica.<br>Redistribui recursos para reduzir desigualdades regionais.                                                                                  |
| 2008                            | PNEEPEI                       | Garante acesso e permanência de estudantes com deficiência no ensino regular.<br>Promove educação inclusiva.                                                                         |
| 2014                            | PNE                           | Define metas para universalização do ensino até 2024.<br>Prioriza a erradicação do analfabetismo.<br>Busca a permanência e sucesso escolar.                                          |
| 2018                            | BNCC                          | Define diretrizes comuns para o currículo escolar.<br>Visa garantir aprendizado essencial para todos.                                                                                |
| 2007-2020                       | Expansão da Educação Infantil | Aumento das matrículas em creches e pré-escolas.<br>Persistem desafios como infraestrutura e qualificação profissional.                                                              |
| Programa Contínuo               | EJA                           | Políticas como o Programa Brasil Alfabetizado.<br>Formar docentes para atender a diversidade é um desafio constante.                                                                 |
| Fonte: Elaborado pelos autores. |                               |                                                                                                                                                                                      |

Saviani (2008) ressalta que a efetivação do direito à educação exige não apenas a ampliação do acesso, mas também a garantia de condições adequadas para a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os alunos. Essa perspectiva é fundamental para compreender os progressos e as dificuldades das políticas educacionais no país.

## **DESAFIOS E AVANÇOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: ACESSO, QUALIDADE E PERMANÊNCIA**

A expansão do acesso à educação básica no Brasil nas últimas décadas é um dos principais avanços das políticas educacionais. Dados do Censo Escolar <sup>10</sup> mostram que, entre 2000 e 2020, o número de matrículas na educação infantil aumentou de 6,4 milhões para 8,7 milhões, enquanto no ensino fundamental houve um crescimento de 35,8 milhões para 38,5 milhões de

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>.

matrículas. No ensino médio, o avanço foi de 8,1 milhões para 10,1 milhões de matrículas no mesmo período (BRASIL, 2020). Esse crescimento reflete o esforço do Estado em cumprir as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê a universalização do acesso à educação básica até 2024 (BRASIL, 2014).

Nos últimos anos, a educação infantil tem recebido atenção especial, com a ampliação de vagas em creches e pré-escolas. Segundo o Censo Escolar, as matrículas em creches cresceram 50% entre 2007 e 2020, evidenciando o compromisso com a universalização do atendimento para crianças de 4 a 5 anos (BRASIL, 2020). No entanto, conforme aponta Silva (2015), persistem desafios relacionados à qualidade desse atendimento, com muitas instituições enfrentando precariedade na infraestrutura, escassez de materiais pedagógicos e déficit de profissionais capacitados. Essas limitações comprometem o potencial da educação infantil como etapa essencial para o desenvolvimento integral das crianças.

**Quadro 2 - Educação Básica: avanços e desafios**

| Etapa                     | Avanços                                                                                                | Desafios                                                                                              |
|---------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Educação Infantil</b>  | Ampliação de vagas em creches e pré-escolas; Crescimento de 50% nas matrículas entre 2007 e 2020       | Problemas de infraestrutura, falta de materiais pedagógicos e déficit de profissionais qualificados   |
| <b>Ensino Fundamental</b> | Universalização do acesso com taxa de matrícula de 98%; Recursos do Fundeb fortaleceram a rede pública | Desigualdade regional, com maiores dificuldades no Norte e Nordeste                                   |
| <b>Ensino Médio</b>       | Expansão do número de matrículas ao longo das décadas; Políticas voltadas para permanência estudantil  | Taxa elevada de evasão, especialmente entre jovens de baixa renda; Falta de atratividade do currículo |

Fonte: Elaborado pelos autores.

No ensino fundamental, a universalização do acesso já foi praticamente alcançada, com taxas de matrícula próximas a 98% (BRASIL, 2020). Esse avanço se deve a políticas como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que garantiu recursos para a expansão da rede pública. Entretanto, Alves e Soares (2013) ressaltam que as disparidades regionais ainda representam um grande entrave, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde as escolas enfrentam maiores dificuldades para assegurar um ensino de qualidade.

O ensino médio, por sua vez, continua sendo o maior desafio em termos de acesso e permanência. Embora as matrículas tenham aumentado ao longo das últimas décadas, a taxa

de evasão ainda é elevada, sobretudo entre jovens de baixa renda. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que, em 2020, aproximadamente 10% dos adolescentes entre 15 e 17 anos estavam fora da escola (IBGE, 2020). Como discute Gentili (2009), o abandono escolar está diretamente associado a fatores como pobreza, necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho e a pouca atratividade do currículo, que muitas vezes não dialoga com as expectativas dos estudantes.

Outro desafio central para a consolidação das políticas educacionais é a qualidade do ensino. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), principal parâmetro de avaliação da educação no Brasil, evidencia desigualdades expressivas entre regiões e redes de ensino. Enquanto algumas escolas do Sudeste e Sul apresentam desempenhos acima da média nacional, muitas instituições no Norte e Nordeste lutam para alcançar os índices mínimos estabelecidos (BRASIL, 2021).

A precariedade da infraestrutura escolar impacta diretamente a qualidade do ensino. O Censo Escolar aponta que muitas instituições públicas ainda carecem de bibliotecas, laboratórios de ciências, quadras esportivas e acesso à internet (BRASIL, 2020). Essa escassez de recursos dificulta a oferta de uma formação integral e contextualizada, essencial para preparar os estudantes para os desafios contemporâneos.

A formação e a valorização dos professores também são aspectos cruciais para a qualificação da educação. Muitos docentes enfrentam condições precárias de trabalho, incluindo remuneração insuficiente, turmas superlotadas e escasso suporte pedagógico. Silva (2015) argumenta que a formação inicial e continuada dos educadores precisa ser reformulada para capacitá-los a lidar com a diversidade em sala de aula e com as demandas da sociedade atual. Embora programas como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) tenham buscado aprimorar a qualificação docente, ainda há um longo caminho a percorrer.

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representa uma tentativa recente de promover equidade e excelência na educação. Essa diretriz estabelece parâmetros comuns para o currículo escolar, visando garantir que todos os estudantes tenham acesso a um conjunto essencial de aprendizagens (BRASIL, 2018). No entanto, Freitas (2014) aponta que sua adoção enfrenta desafios, como a insuficiência na formação docente e a necessidade de adaptação às particularidades locais, o que limita seu potencial para tornar a educação mais inclusiva e equitativa.

A avaliação das políticas educacionais é essencial para mensurar avanços e identificar dificuldades. O IDEB, por exemplo, tem sido um importante instrumento para monitorar a qualidade do ensino no país. No entanto, Alves e Soares (2013) defendem que os indicadores

quantitativos precisam ser complementados por análises qualitativas, que levem em conta as especificidades de cada contexto escolar. Essa abordagem possibilitaria uma avaliação mais precisa e justa, permitindo ajustes e aprimoramentos contínuos.

A intersetorialidade das políticas públicas é frequentemente mencionada como uma estratégia fundamental para melhorar a qualidade da educação. A integração entre áreas como saúde, assistência social e educação pode contribuir para a criação de um ambiente mais propício à aprendizagem e ao desenvolvimento dos alunos.

Assim, os avanços na ampliação do acesso à educação básica no Brasil são inegáveis, mas a garantia da qualidade do ensino ainda enfrenta desafios consideráveis. Essa reflexão evidencia a necessidade de políticas públicas que articulem acesso, permanência e excelência, assegurando o direito à educação de maneira efetiva para toda a população.

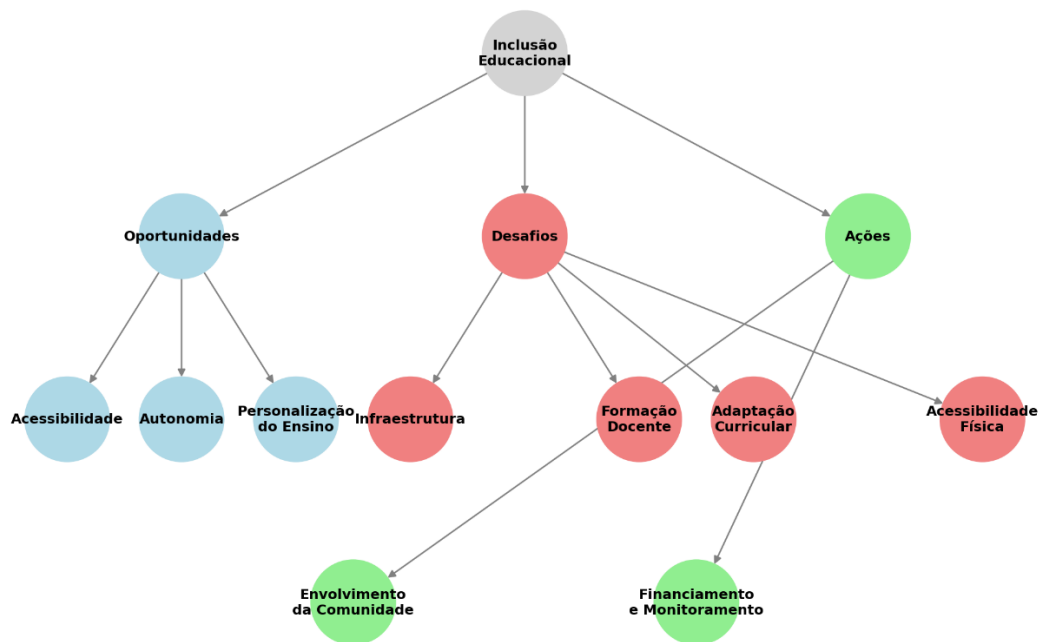
## **INCLUSÃO EDUCACIONAL: AVANÇOS E LIMITES**

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, instituída em 2008, representou um avanço significativo para garantir o acesso e a permanência de pessoas com deficiência no ensino regular (BRASIL, 2008). Essa diretriz marcou uma mudança de paradigma, substituindo o modelo segregacionista por uma abordagem inclusiva, que busca integrar todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou sociais.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), instituída em 2008, representou um marco significativo na promoção do acesso e permanência de estudantes com deficiência no ensino regular brasileiro (BRASIL, 2008). Essa política substituiu modelos segregacionistas por uma abordagem inclusiva, buscando integrar todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou sociais.

Contudo, a implementação efetiva da PNEEPEI enfrenta desafios persistentes. A insuficiência de investimentos em infraestrutura adequada, a escassez de materiais adaptados e a carência de profissionais capacitados são obstáculos que comprometem a inclusão plena no ambiente escolar (Silva; Lacerda, 2020). Esses fatores evidenciam a necessidade de políticas públicas mais robustas e direcionadas para a educação inclusiva.

**Figura 1** - Inclusão Educacional: Oportunidades, Desafios e Ações



Fonte: Elaborado pelos autores.

A formação docente emerge como elemento central nesse contexto. Embora a legislação enfatize a importância de preparar os educadores para lidar com a diversidade em sala de aula, muitos cursos de licenciatura ainda não incorporam, de maneira adequada, conteúdos relacionados à educação inclusiva. Essa lacuna formativa resulta em professores despreparados para atender às demandas específicas de alunos com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades (Xavier, 2020).

A adaptação curricular é outra dimensão crucial para a efetivação da inclusão. Flexibilizar metodologias de ensino, diversificar recursos didáticos e personalizar o processo educativo são estratégias que visam atender às necessidades individuais dos estudantes. Entretanto, a implementação dessas práticas enfrenta resistências e desafios, especialmente em contextos escolares tradicionais que ainda valorizam modelos pedagógicos padronizados (Franco; Schutz, 2019).

A acessibilidade física e comunicacional nas instituições de ensino também desempenha papel fundamental na promoção da inclusão. A ausência de estruturas físicas adequadas, como rampas e banheiros adaptados, bem como a falta de intérpretes de Libras e outros recursos de comunicação, constituem barreiras significativas para estudantes com deficiência. Superar essas limitações requer investimentos contínuos e comprometimento das gestões escolares e governamentais (Pletsch, 2020).

O envolvimento ativo da comunidade escolar e das famílias é essencial para o sucesso da educação inclusiva. A promoção de uma cultura escolar que valorize a diversidade e combata preconceitos depende da conscientização e formação de todos os atores envolvidos no processo educativo. Práticas que fomentem a empatia e o respeito às diferenças são fundamentais para a construção de um ambiente acolhedor e inclusivo (Mendes, 2020).

A relação entre políticas públicas e financiamento da educação especial é um aspecto que merece atenção. Embora haja avanços legislativos, a efetivação das diretrizes inclusivas demanda recursos financeiros adequados para formação de profissionais, aquisição de tecnologias assistivas e adaptação dos espaços escolares. A alocação insuficiente de recursos compromete a qualidade e a abrangência das ações inclusivas (Arelaro, 2020).

Por fim, o monitoramento e a avaliação contínua das políticas de inclusão são imprescindíveis para identificar lacunas e promover melhorias. A criação de indicadores específicos e a realização de pesquisas acadêmicas sobre o tema contribuem para o aprimoramento das práticas educativas e para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva (Figueira, 2023).

## **CONCLUSÃO**

A análise das políticas de inclusão e universalização do ensino no Brasil revela avanços significativos, mas também evidencia desafios estruturais que ainda precisam ser superados. A expansão do acesso à educação básica demonstra o compromisso do Estado em garantir o direito à educação para todos, especialmente após marcos legislativos como a Constituição de 1988, a LDB e o PNE. No entanto, a garantia de uma educação de qualidade e equitativa permanece um grande obstáculo, uma vez que desigualdades regionais, falta de infraestrutura adequada e a precarização da formação docente comprometem a efetividade dessas políticas. A inclusão educacional, em especial, exige não apenas mudanças legislativas, mas também uma transformação cultural e pedagógica que valorize a diversidade como um princípio fundamental do ensino.

A permanência dos estudantes na escola, aliada à oferta de uma educação que dialogue com as necessidades da sociedade contemporânea, deve ser um foco central das políticas públicas. A evasão escolar, particularmente no ensino médio, indica que muitos alunos não encontram na escola um ambiente acolhedor e relevante para suas trajetórias de vida. A intersetorialidade das políticas educacionais, envolvendo saúde, assistência social e cultura, pode ser uma estratégia eficaz para fortalecer o vínculo dos estudantes com a escola e garantir

condições adequadas de aprendizagem. Além disso, a valorização dos profissionais da educação, por meio de formação continuada e melhores condições de trabalho, é essencial para que os professores estejam preparados para atender à diversidade em sala de aula e promover um ensino significativo.

Por fim, a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e universalizada requer um esforço coletivo, envolvendo Estado, sociedade civil e comunidade escolar. O financiamento adequado da educação, o fortalecimento da gestão democrática e a ampliação de recursos para programas de inclusão são medidas imprescindíveis para consolidar os avanços conquistados. O direito à educação não pode se limitar ao acesso formal à escola, mas deve garantir que todos os estudantes tenham condições reais de aprender e se desenvolver plenamente.

## REFERÊNCIAS

ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F. Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 127-146, jan./mar. 2013.

ARELARO, Lisete. Políticas atuais, transformação social e a perseguição a Paulo Freire. **Revista de Estudos Culturais da EACH-USP**, São Paulo, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 25 fev. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**: 2020. Brasília, DF: IBGE, 2020. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 09 fev. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Relatório do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**: 2021. Brasília, DF: INEP, 2021. Disponível em: <http://www.gov.br/inep>. Acesso em: 09 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://www.basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Censo Escolar da Educação Básica**: 2020. Brasília, DF: INEP, 2020. Disponível em: <http://www.gov.br/inep>. Acesso em: 13 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008.

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 245-262, jul. 2002.

FIGUEIRA, Emílio. **Introdução à Psicologia e Pessoas com Deficiência**. São Paulo: Editora Conquista, 2023.

FRANCO, Renata Maria da Silva; SCHUTZ, Ricardo Eduardo. Educação especial na perspectiva inclusiva: uma revisão pautada no direito de todos. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 40, e85133, 2024.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out./dez. 2014.

GENTILI, P. **Educação e exclusão na América Latina**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOMES, C. A. Políticas públicas de inclusão escolar: avanços e desafios. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, p. 387-406, maio/ago. 2012.

KASSAR, M. C. M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 41, p. 61-79, 2011.

MENDES, Rodrigo Hübner. **Educação Inclusiva na Prática**. São Paulo: Editora Moderna, 2020.

PLETSCH, Márcia Denise. Educação especial na perspectiva inclusiva: uma revisão pautada no direito de todos. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 40, e85133, 2024.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, João M.; LACERDA, Lucelmo. **Autismo: compreensão e práticas baseadas em evidências**. São Paulo: Capricha na Inclusão, 2020.

SILVA, M. O. S. Políticas de inclusão escolar e os desafios da formação docente. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 63, p. 893-916, out./dez. 2015.

XAVIER, Renato. **Inclusão escolar e práticas pedagógicas: reflexões e desafios**. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.

# CAPÍTULO 4

## EDUCAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Maurício Aires Vieira <sup>11</sup>

Carlos Alberto da Silva Santos <sup>12</sup>

Luciana Barbosa Corrêa <sup>13</sup>

Elenivaldo Antonio da Silva <sup>14</sup>

Doi: 10.48209/978-65-5417-447-4

### RESUMO

Este capítulo analisa os principais desafios e as possibilidades no campo da educação para pessoas com deficiência, considerando o marco legal e as práticas pedagógicas inclusivas. O objetivo é compreender os avanços obtidos e as barreiras ainda existentes para a inclusão efetiva. A metodologia envolve revisão de literatura e análise de documentos legais, como a Lei Brasileira de Inclusão (2015) e a Política Nacional de Educação Especial (2008), dialogando com autores como Mantoan (2003) e Booth e Ainscow (2011), que defendem uma perspectiva inclusiva sistêmica. Os dados do Censo Escolar (INEP, 2022) revelam que, embora o número de matrículas de alunos com deficiência em escolas regulares tenha aumentado, persistem lacunas na infraestrutura e na formação docente. A Lei Brasileira de Inclusão (2015) e a Política Nacional de Educação Especial (2008) estabelecem diretrizes para a inclusão, mas segundo o Instituto Rodrigo Mendes (2023), apenas 26% das escolas públicas possuem infraestrutura acessível. Além disso, relatórios da UNESCO (2023) apontam que a pandemia de COVID-19 exacerbou as desigualdades, com muitos alunos com deficiência enfrentando dificuldades no acesso ao ensino remoto. A discussão sugere que a formação continuada de professores e a implementação de práticas pedagógicas adaptadas são essenciais para superar esses desafios. Conclui-se que a construção de uma escola inclusiva requer políticas consistentes e mudanças culturais profundas.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva. Deficiência. Acessibilidade. Políticas educacionais.

### INTRODUÇÃO

A educação para pessoas com deficiência tem sido um tema central no debate sobre políticas públicas e práticas pedagógicas no Brasil e no mundo. A partir da década de 1990,

---

<sup>11</sup> Doutor em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). mauriciovieira@unipampa.edu.br.

<sup>12</sup> Graduando do Curso de Letras Português - Linguística, Letras e Artes. Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). carlosalbertosantos.aluno@unipampa.edu.br.

<sup>13</sup> Mestra em Química Analítica. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). luciana.bc@ufma.br.

<sup>14</sup> Licenciando em Pedagogia. Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). elenivaldosilva90@gmail.com.

com a Declaração de Salamanca, a educação inclusiva ganhou força como um paradigma que visa garantir o direito à educação para todos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou sensoriais. No Brasil, a Política Nacional de Educação Especial (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015) representam marcos legais importantes que buscam assegurar a inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional. No entanto, a inclusão escolar não se resume à matrícula de alunos com deficiência em classes comuns, mas exige a transformação da escola em um espaço que acolha a diversidade (Mantoan, 2003).

Apesar dos avanços legais, os desafios para a efetivação da educação inclusiva ainda são significativos. Dados do Censo Escolar (INEP, 2022) mostram que, embora o número de matrículas de alunos com deficiência em escolas regulares tenha aumentado, persistem lacunas críticas, especialmente em relação à infraestrutura e à formação docente.

De acordo com Censo Escolar 2022, o número de matrículas de alunos com deficiência em escolas regulares no Brasil tem apresentado crescimento significativo. Em 2022, foram registradas 1.527.794 matrículas na educação especial, representando um aumento de 29,3% em relação a 2018. Além disso, o percentual de alunos de 4 a 17 anos incluídos em classes comuns aumentou de 92,0% em 2018 para 94,2% em 2022.

Entretanto, persistem desafios relacionados à infraestrutura escolar e à formação docente. No mesmo ano, apenas 14,9% das escolas de ensino fundamental possuíam lousa digital, 63,1% tinham projetor multimídia e 51,4% dispunham de computadores de mesa para uso dos alunos. Quanto à formação dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental, 84,9% possuíam licenciatura completa, enquanto 8,5% tinham formação de nível médio com habilitação em magistério

Segundo o Instituto Rodrigo Mendes, em 2023, apenas 26% das escolas públicas brasileiras possuíam infraestrutura acessível, o que limita a participação plena desses estudantes. Ademais, a pandemia de COVID-19 exacerbou as desigualdades, como destacado pela UNESCO (2023), pois a crise sanitária evidenciou as fragilidades dos sistemas educacionais, especialmente para alunos com deficiência, que enfrentaram dificuldades adicionais no acesso ao ensino remoto.

Gomes e Oliveira (2024) argumentam que o ensino remoto evidenciou a importância de adaptar as metodologias de ensino para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência, mas também revelou a falta de preparo das escolas para lidar com essas demandas. A crise sanitária reforçou a urgência de políticas públicas que garantam a equidade no acesso à educação, especialmente para os grupos mais vulneráveis.

A formação de professores é um dos pilares fundamentais para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva. Ainda assim, muitos docentes ainda não recebem formação adequada para lidar com a diversidade em sala de aula, o que impacta diretamente a qualidade do ensino oferecido. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) propõe diretrizes para a inclusão, mas sua implementação ainda enfrenta resistências e desafios estruturais.

A acessibilidade, tanto física quanto pedagógica, é outro aspecto crucial para a inclusão. Para Sassaki (2010), a acessibilidade não se limita à eliminação de barreiras arquitetônicas, mas engloba também a comunicação, o acesso à informação e a participação social. Nesse sentido, Carvalho (2004) ressalta que a inclusão não é uma tarefa exclusiva dos professores, mas um compromisso coletivo que deve envolver gestores, familiares e a sociedade como um todo. Essa perspectiva sistêmica é essencial para superar as barreiras atitudinais, que muitas vezes são mais difíceis de transpor do que as barreiras físicas ou materiais.

Nesse contexto, a formação continuada de professores emerge como uma estratégia fundamental para promover a inclusão. Lima e Ribeiro (2023) destacam que a formação docente deve ser permanente e contextualizada, abordando não apenas as técnicas pedagógicas, mas também as dimensões éticas e políticas da inclusão. Programas de capacitação que integrem teoria e prática têm se mostrado mais eficazes para preparar os educadores para os desafios da sala de aula inclusiva.

Além da formação docente, a participação das famílias e da comunidade é essencial. Silva e Almeida (2021) afirmam que a colaboração entre escola e família fortalece o processo de inclusão, criando uma rede de apoio que beneficia o desenvolvimento integral do aluno com deficiência. Essa parceria pode ajudar a superar desafios como a falta de recursos e a resistência à inclusão, promovendo uma cultura de acolhimento e respeito à diversidade.

A avaliação das políticas públicas de educação inclusiva também é um aspecto que merece atenção. Mittler (2003) alerta que a inclusão não pode ser medida apenas pelo número de matrículas, mas deve considerar a qualidade da experiência educativa oferecida aos alunos com deficiência. Nesse sentido, é fundamental que os indicadores de inclusão sejam ampliados, incorporando dimensões como a satisfação dos estudantes, a participação das famílias e a adaptação das práticas pedagógicas.

Por fim, a construção de uma escola inclusiva requer o engajamento de todos os atores envolvidos no processo educacional. Como destacam Stainback e Stainback (1999), a inclusão é um caminho que exige persistência, colaboração e compromisso com a equidade. A superação dos desafios atuais depende não apenas de políticas públicas eficazes, mas também

de uma mudança de mentalidade que valorize a diversidade como um elemento enriquecedor da experiência educativa.

Em síntese, como afirma Glat e Fernandes (2007), a inclusão não é um ponto de chegada, mas um processo contínuo de construção coletiva, que exige reflexão, diálogo e ação. A superação das barreiras atuais é essencial para garantir que todos os estudantes, independentemente de suas condições, tenham acesso a uma educação de qualidade e ao pleno exercício de seus direitos.

## **ESTUDOS DE CASO E EXPERIÊNCIAS BEM-SUCEDIDAS NO BRASIL**

A educação inclusiva tem avançado significativamente por meio de diversas iniciativas. Programas como o "Educação Inclusiva: Direito à Diversidade" destacam-se por promover a formação de educadores e gestores para a implementação de práticas inclusivas nas escolas, capacitando profissionais para lidar com a diversidade em sala de aula e garantindo que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade.

Estudos de caso em escolas brasileiras evidenciam metodologias inclusivas eficazes. Por exemplo, a rede pública de ensino de Florianópolis implementou, desde 2001, uma política de educação especial nas perspectivas da educação inclusiva em todas as escolas de educação infantil, resultando no reconhecimento nacional com o prêmio "Experiências Educacionais Inclusivas: a Escola Aprendendo com as Diferenças".

Um exemplo é a Escola Municipal Donícia Maria da Costa, que se destaca por práticas inclusivas eficazes<sup>15</sup>. A escola investe no envolvimento da comunidade e conta com uma dedicada equipe de Atendimento Educacional Especializado (AEE), Figura 1, para garantir que todos os estudantes tenham acesso pleno ao currículo escolar. Desafios como o combate ao *bullying* e o maior engajamento das famílias são enfrentados com estratégias colaborativas, reforçando o compromisso da instituição com uma educação inclusiva e de qualidade.

---

<sup>15</sup> Disponível em: <https://diversa.org.br/estudos-de-caso/o-caso-da-escola-donicia-maria-da-costa-florianopolis-santa-catarina-brasil/>.

**Figura 1** - Equipe de Atendimento Educacional Especializado (AEE) em atuação



Fonte: ONG Diversa (2016).

Outra experiência que merece ser citada é a da Escola Vera Cruz, em São Paulo. A instituição investe continuamente na formação de educadores para acolher as diferenças, adaptando a equipe pedagógica conforme as necessidades dos estudantes. Desenvolveu um modelo próprio de Atendimento Educacional Especializado (AEE), personalizado para cada aluno, sem padrões fixos de carga horária ou espaço físico. Um exemplo significativo é o caso de Aurora <sup>16</sup>, aluna com déficit de processamento auditivo central, que, apesar de inicialmente resistir ao apoio oferecido, beneficiou-se das estratégias inclusivas da escola, como atividades flexibilizadas e acompanhamento individualizado, demonstrando o compromisso da instituição com uma educação inclusiva e de qualidade.

**Figura 2** - Formação de Educadores



Fonte: ONG Diversa (2020).

---

<sup>16</sup> Disponível em: <https://diversa.org.br/estudos-de-caso/caso-da-escola-vera-cruz%e2%80%af/>.

A formação continuada de professores é crucial para o sucesso da educação inclusiva. Programas que oferecem capacitação específica em metodologias inclusivas têm mostrado resultados positivos na prática docente. Por exemplo, iniciativas que promovem a formação de educadores para o uso de tecnologias assistivas ampliam as possibilidades de aprendizagem para alunos com deficiência, tornando o ensino mais acessível e eficaz.

O professor Maurício Soares de Almeida, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) em Juazeiro do Norte, desenvolveu o projeto "Explorando o Espaço: Desbravando o Sistema Solar com Experiências Táteis"<sup>17</sup> para ensinar astronomia de forma inclusiva. A iniciativa surgiu em 2019, quando ele recebeu uma estudante com deficiência visual em sua turma e percebeu a necessidade de adaptar o ensino de física para torná-lo acessível a todos. O projeto envolveu a construção de maquetes táteis que permitiram a compreensão dos conceitos astronômicos por todos os alunos, independentemente de suas condições visuais. Essa abordagem inovadora rendeu a Maurício o reconhecimento como um dos nove finalistas da 26ª edição do Prêmio Educador Nota 10 em 2024, alcançando o 2º lugar no eixo de Inovação e Tecnologia.

**Figura 3** - Apresentação de maquetes de estudantes



Fonte: ONG Diversa (2025).

---

<sup>17</sup> Disponível em: <https://diversa.org.br/relatos-de-experiencias/professor-do-ceara-ensina-astronomia-com-experiencias-tateis/>.

Em 2023, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Cecília Meireles, localizada em Lucas do Rio Verde (MT), implementou o projeto "Superando Limites"<sup>18</sup> com uma turma do 3º ano do ensino fundamental. A iniciativa teve como objetivo ensinar as características dos animais e desenvolver nos alunos a habilidade de pesquisa, essencial para a autonomia acadêmica. A turma, composta por 27 estudantes, incluindo Adrian, um menino com Transtorno do Espectro Autista (TEA), demonstrou grande interesse pelo tema, especialmente Adrian, que tinha uma predileção por corujas. As educadoras aproveitaram esse entusiasmo para promover atividades que incentivassem a interação e a participação ativa de todos. O projeto não apenas ampliou o conhecimento sobre a fauna, mas também fortaleceu competências de pesquisa e colaboração entre os alunos, evidenciando a eficácia de práticas pedagógicas inclusivas.

**Figura 4 - Realização de registro coletivo**



Fonte: ONG Diversa (2023).

Diante do exposto fica evidente a importância da colaboração entre escolas e comunidades também para o desenvolvimento de práticas inclusivas. Projetos que envolvem familiares, profissionais de saúde e organizações locais criam uma rede de apoio que fortalece a inclusão escolar, proporcionando recursos e suporte necessários para atender às diversas necessidades dos alunos.

---

<sup>18</sup> Disponível em: <https://diversa.org.br/relatos-de-experiencias/alunos-de-mt-aprendem-a-pesquisar-com-proposta-inclusiva/>.

No Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão (2015) estabelece diretrizes para garantir o acesso e a permanência de alunos com deficiência em escolas regulares, promovendo a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade no ambiente educacional.

Assim é possível afirmar que programas e políticas públicas que promovem a formação de educadores, a adaptação das práticas pedagógicas e a colaboração comunitária são essenciais para a implementação eficaz da educação inclusiva. Os exemplos apresentados fornecem modelos inspiradores que podem ser adaptados e aplicados em diferentes contextos, contribuindo para uma educação mais equitativa e inclusiva.

## **ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE E COLABORAÇÃO INTERSETORIAL**

A educação inclusiva no Brasil enfrenta desafios significativos que requerem a colaboração entre diferentes setores da sociedade. A intersetorialidade, entendida como a articulação entre áreas como educação, saúde e assistência social, é fundamental para atender às necessidades de alunos com deficiência. Essa abordagem integrada busca promover o desenvolvimento pleno desses estudantes, garantindo-lhes acesso a recursos e serviços essenciais (Mantoan, 2003).

No entanto, a implementação de práticas intersetoriais enfrenta obstáculos, como a falta de comunicação eficaz entre os setores e a ausência de políticas públicas que incentivem essa integração. Profissionais da educação relatam dificuldades na articulação com outras áreas, o que compromete a oferta de um atendimento adequado aos alunos com deficiência. Superar essas barreiras exige um esforço conjunto e a criação de mecanismos que facilitem o diálogo e a cooperação entre os diferentes setores envolvidos (Carvalho, 2004).

A participação ativa da comunidade escolar e das famílias é igualmente crucial para o sucesso da educação inclusiva. Quando escolas, famílias e comunidades trabalham em parceria, criam-se redes de apoio que fortalecem o processo educativo e promovem a inclusão. Essa colaboração pode ocorrer por meio de conselhos escolares, reuniões periódicas e projetos comunitários que envolvam todos os atores no desenvolvimento de estratégias inclusivas (Silva; Almeida, 2021).

A escola inclusiva não deve apenas garantir o acesso dos alunos com deficiência ao espaço escolar, mas também assegurar a sua participação efetiva em todas as atividades, o que exige adaptações e uma abordagem pedagógica que reconheça as necessidades individuais de cada estudante. Nesse sentido, iniciativas que envolvem a comunidade, como campanhas de

conscientização e eventos educativos sobre inclusão, contribuem para reduzir o preconceito e ampliar a aceitação da diversidade no ambiente escolar (Sassaki, 2010).

Outro aspecto relevante é a importância da atuação de organizações da sociedade civil e entidades do terceiro setor no fortalecimento das políticas de inclusão escolar. Instituições como o Instituto Rodrigo Mendes e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) desempenham um papel fundamental na capacitação de educadores, na formulação de materiais acessíveis e no apoio às famílias. Para o Instituto Rodrigo Mendes (2023), a parceria entre essas organizações e as redes de ensino pode ampliar o alcance de políticas públicas e garantir um suporte mais efetivo aos estudantes com deficiência.

A implementação de práticas inclusivas bem-sucedidas depende, também, do compromisso dos gestores educacionais na construção de uma cultura escolar que valorize a diversidade. A presença de lideranças comprometidas com a inclusão facilita a articulação entre professores, profissionais da saúde e assistentes sociais, criando um ambiente favorável à aprendizagem de todos os alunos. Assim, programas de formação para gestores e coordenadores pedagógicos, que enfatizem a importância da intersetorialidade e da inclusão, são fundamentais para consolidar essa transformação (Booth; Ainscow, 2011).

Além disso, a formação continuada de professores e gestores escolares em práticas inclusivas é essencial para consolidar a intersetorialidade. Capacitar os profissionais da educação para lidar com a diversidade em sala de aula e para articular-se com outros setores potencializa as ações inclusivas. Programas de formação que abordem a educação inclusiva de forma transversal e integrada contribuem para a construção de uma cultura escolar mais acolhedora e equitativa (Lima; Ribeiro, 2023).

## **DESAFIOS ATUAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS**

A educação inclusiva no Brasil tem avançado nas últimas décadas, especialmente após a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que assegura direitos fundamentais às pessoas com deficiência. Entretanto, persistem desafios significativos, como a inadequação da infraestrutura escolar e a formação insuficiente de professores para lidar com a diversidade em sala de aula. Esses obstáculos comprometem a efetividade das políticas inclusivas e demandam ações concretas para serem superados (Brasil, 2015).

Dados do Censo Escolar (Inep, 2022) indicam que, embora tenha havido um aumento no número de matrículas de alunos com deficiência em escolas regulares, muitas instituições ainda carecem de recursos adequados para atender a esse público. A falta de materiais

pedagógicos adaptados e de tecnologias assistivas limita o processo de aprendizagem desses estudantes, evidenciando a necessidade de investimentos direcionados para suprir essas carências. Segundo o Instituto Rodrigo Mendes (2023), apenas 26% das escolas públicas brasileiras possuem infraestrutura acessível, o que reforça a necessidade de políticas públicas mais eficazes.

Além da infraestrutura física, é essencial considerar a acessibilidade pedagógica, que envolve a adaptação de conteúdos e metodologias de ensino para atender às diferentes necessidades dos alunos com deficiência. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implementada em 2018, estabelece diretrizes para a inclusão, mas sua aplicação ainda enfrenta desafios, principalmente no que diz respeito à formação de professores e ao desenvolvimento de materiais didáticos acessíveis (Brasil, 2018). Para que a inclusão seja efetiva, é fundamental que as escolas invistam em práticas pedagógicas diversificadas, como o uso de tecnologias assistivas e metodologias ativas que favoreçam a participação de todos os estudantes (Costa; Santos, 2022).

A formação docente também se apresenta como um desafio premente. Muitos educadores não se sentem preparados para trabalhar com alunos que possuem necessidades educacionais especiais, o que pode gerar insegurança e práticas excludentes. Investir em programas de capacitação que abordem metodologias inclusivas e promovam a reflexão sobre a prática pedagógica é fundamental para transformar esse cenário (Booth; Ainscow, 2011). A carência de disciplinas específicas sobre educação inclusiva nos cursos de licenciatura compromete a qualificação dos futuros professores. Dessa forma, iniciativas de formação continuada, promovidas por universidades e centros de pesquisa, podem contribuir para a construção de um ambiente escolar mais preparado para acolher a diversidade (Lima; Ribeiro, 2023).

Outro ponto relevante a ser considerado é o impacto da pandemia de COVID-19 na educação inclusiva. Relatórios da UNESCO (2023) indicam que a crise sanitária ampliou as desigualdades educacionais, especialmente para alunos com deficiência, que enfrentaram dificuldades adicionais no acesso ao ensino remoto. A falta de dispositivos tecnológicos adaptados, aliada à ausência de suporte adequado para esses estudantes em casa, resultou em um aumento nas taxas de evasão e na defasagem no aprendizado. Diante desse cenário, políticas públicas voltadas para a recuperação da aprendizagem e a ampliação do acesso a tecnologias inclusivas tornam-se essenciais para minimizar os impactos desse período (Gomes; Oliveira, 2024).

Para o futuro, é imperativo que as políticas públicas de educação inclusiva sejam fortalecidas e que haja um compromisso efetivo de gestores, educadores e da sociedade em geral. Para Glat e Fernandes (2007), a promoção de uma cultura inclusiva depende da implementação de ações que vão além do âmbito escolar, envolvendo toda a comunidade na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Somente por meio de esforços conjuntos será possível garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições, tenham acesso a uma educação de qualidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A construção de uma educação inclusiva exige um compromisso contínuo e coletivo, que vá além da formulação de políticas e diretrizes legais. Embora avanços importantes tenham sido alcançados, como a ampliação do número de matrículas de alunos com deficiência em escolas regulares, a efetivação da inclusão ainda enfrenta desafios estruturais e culturais. A superação dessas barreiras requer um olhar atento para a realidade das escolas, garantindo que a acessibilidade não seja apenas física, mas também pedagógica e atitudinal.

Além das adaptações no espaço escolar e no currículo, é fundamental investir na formação docente para que os professores se sintam preparados para atender à diversidade em sala de aula. A educação inclusiva não deve ser percebida como um desafio isolado, mas como uma oportunidade para repensar as práticas pedagógicas e promover um ensino mais equitativo para todos os estudantes. Criar um ambiente verdadeiramente inclusivo implica em transformar a cultura escolar, valorizando as diferenças como parte essencial do processo educativo.

Por fim, a inclusão não se limita ao espaço da escola, mas deve envolver toda a sociedade em um movimento de conscientização e respeito à diversidade. A participação ativa das famílias, da comunidade e das instituições públicas e privadas pode fortalecer esse processo, garantindo que nenhum aluno seja excluído ou tenha seus direitos negados. Somente com um esforço coletivo e políticas educacionais consistentes será possível avançar para uma educação mais justa, acessível e verdadeiramente inclusiva.

## **REFERÊNCIAS**

BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. **Index para a Inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola**. 3. ed. Tradução: Mônica Pereira dos Santos. Bristol: CSIE, 2011.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 26 fev. 2025.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 14 fev. 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2025. CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

COSTA, Marília; SANTOS, João. **Tecnologias Assistivas e Educação Inclusiva: desafios contemporâneos**. Curitiba: Editora Prismas, 2022.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga; PANTOJA, Luísa de Marillac P. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: desafios e possibilidades**. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Ediclêa Mascarenhas. **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

GOMES, Patrícia; OLIVEIRA, Ricardo. **Inclusão Escolar Pós-Pandemia: novos caminhos e desafios**. Rio de Janeiro: Editora Conecta, 2024.

INEP. **Censo Escolar 2022: Notas Estatísticas**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em: 16 fev. 2025.

INSTITUTO RODRIGO MENDES. **Relatório Anual 2023: Acessibilidade nas Escolas Públicas Brasileiras**. São Paulo: Instituto Rodrigo Mendes, 2023. Disponível em: <https://www.institutorodrigomendes.org.br>. Acesso em: 15 fev. 2025.

LIMA, Fernanda; RIBEIRO, Marcelo. **Formação Docente para a Inclusão: reflexões e práticas**. Belo Horizonte: Editora Incluir, 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003. SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SILVA, Ana Beatriz; ALMEIDA, Carla. **Educação Inclusiva na Prática: relatos de experiências em escolas públicas**. São Paulo: Editora Inclusiva, 2021.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

UNESCO. **Relatório Global sobre Educação Inclusiva 2023: Impactos da Pandemia de COVID-19**. Paris: UNESCO, 2023. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org>. Acesso em: 16 fev. 2025.

## CAPÍTULO 5

### EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIREITO À APRENDIZAGEM: GARANTIAS E BARREIRAS

Wanderson Santana do Carmo<sup>19</sup>

Luciana Barbosa Corrêa<sup>20</sup>

Mickelle Sousa Santos<sup>21</sup>

Giovanna Leite Gomes<sup>22</sup>

Doi: 10.48209/978-65-5417-447-5

#### RESUMO

O presente capítulo discute o direito à aprendizagem no contexto da educação inclusiva, analisando as garantias legais e as barreiras à sua efetivação no âmbito brasileiro. O objetivo é examinar em que medida o arcabouço jurídico nacional assegura a inclusão de todos os estudantes considerando, para isso, desafios estruturais e práticas pedagógicas que possam reforçar ou atenuar as desigualdades no ambiente escolar. A metodologia abrange a análise de marcos normativos nacionais e internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), que estabelece a educação inclusiva como princípio fundamental, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), que orienta práticas pedagógicas voltadas à diversidade, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), que define a inclusão como princípio estruturante da educação, e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que assegura o direito ao atendimento educacional especializado. A pesquisa dialoga com teóricos como Paulo Freire (1996) e Carlos Skliar (2003), que defendem uma educação emancipatória e plural, além de David Mitchell (2014), que propõe estratégias inclusivas baseadas em evidências para garantir o aprendizado de todos os estudantes. Os resultados indicam que, apesar dos avanços legais, persistem desafios como a falta de recursos pedagógicos, o capacitismo institucional e a formação docente insuficiente para lidar com a diversidade em sala de aula. A discussão reforça a necessidade de políticas públicas comprometidas com a diversidade e a equidade educacional. Diante desse cenário, é essencial ampliar investimentos em acessibilidade, formação continuada e desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas para garantir, de fato, o direito à aprendizagem de todos os estudantes.

**Palavras-chave:** Direito à aprendizagem. Inclusão. Barreiras educacionais. Equidade.

---

<sup>19</sup> Especialista em Segurança Pública. Instituto de Ensino de Segurança Pública do Pará (IESP). w.carmo1993@gmail.com.

<sup>20</sup> Mestra em Química Analítica. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). luciana.bc@ufma.br.

<sup>21</sup> Mestra em Psicologia Educacional. Centro Universitário Fieo (UNIFIEO). mickellesantos@hotmail.com.

<sup>22</sup> Graduanda em Psicologia. Centro Universitário Paraíso (UNIFAP). giovannaleitegomes@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem sido um tema central nas discussões sobre políticas públicas e práticas pedagógicas no Brasil, especialmente após a ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) e a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017). Esses marcos normativos reforçam o direito à aprendizagem como um princípio fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa (Brasil, 2017).

A educação inclusiva não se limita à inserção de estudantes com deficiência nas escolas regulares, mas abrange a garantia de que todos os alunos tenham acesso a uma aprendizagem significativa e contextualizada. A efetivação desse direito ainda enfrenta inúmeros desafios, como a falta de recursos pedagógicos adequados e a persistência de práticas capacitistas<sup>23</sup> no ambiente escolar. Essas barreiras dificultam a plena inclusão de estudantes com deficiência e outros grupos marginalizados, evidenciando a necessidade de uma reflexão crítica sobre as políticas educacionais vigentes (Glat; Pletsch, 2019).

Nesse sentido, autores como Freire (1996) e Skliar (2003) defendem uma educação emancipatória, que valorize a diversidade e promova a autonomia dos sujeitos. A BNCC (2017) representa um avanço significativo ao estabelecer competências e habilidades essenciais para a formação integral dos estudantes, incluindo a valorização da diversidade e o respeito aos direitos humanos. No entanto, sua implementação ainda esbarra em desafios estruturais, como a falta de formação continuada para os professores e a insuficiência de recursos financeiros (Silva; Góes, 2021).

A formação docente é um dos pilares para a consolidação da educação inclusiva. Para Oliveira e Prieto (2020), é necessário investir em programas de capacitação que preparem os educadores para lidar com a diversidade em sala de aula, superando visões estereotipadas e práticas excludentes. Além disso, a inclusão escolar exige a adoção de práticas pedagógicas que considerem as singularidades de cada estudante. Mantoan (2020) argumenta que a escola deve ser um espaço de acolhimento e valorização das diferenças, onde todos possam aprender e se desenvolver de acordo com suas potencialidades.

A Declaração de Salamanca (UNESCO, 2019) reforça a importância de políticas públicas que garantam o acesso e a permanência de todos os estudantes na escola,

---

<sup>23</sup> O capacitismo, entendido como a discriminação baseada na ideia de que pessoas com deficiência são inferiores, também se manifesta no ambiente escolar. Esse preconceito pode levar à exclusão e à negação de oportunidades, reforçando a necessidade de uma mudança cultural nas instituições de ensino (Ferreira; Mendes, 2019).

independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou sociais. Esse documento é um marco internacional que inspira ações em prol da educação inclusiva em diversos países, incluindo o Brasil. No contexto brasileiro, a legislação tem avançado no sentido de garantir o direito à educação inclusiva. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI, 2015) e o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014) são exemplos de iniciativas que buscam assegurar a igualdade de oportunidades no sistema educacional (Carvalho, 2020).

Contudo, a distância entre o que está previsto na legislação e a realidade das escolas ainda é significativa. Zerbato e Mendes (2020) apontam que muitos estabelecimentos de ensino não possuem infraestrutura adequada, como rampas, banheiros acessíveis e materiais didáticos adaptados, o que compromete a inclusão efetiva.

A educação inclusiva também deve considerar as interseccionalidades, ou seja, as múltiplas dimensões da identidade que podem gerar opressões combinadas, como gênero, raça e classe social. Viegas e Angelucci (2022) destacam que as políticas públicas precisam ser sensíveis a essas questões para promover uma inclusão verdadeiramente abrangente. A participação da família e da comunidade no processo educacional é outro aspecto fundamental para a consolidação da educação inclusiva. Mendes e Almeida (2018) ressaltam que a colaboração entre escola, família e sociedade civil pode fortalecer as práticas inclusivas e garantir o sucesso dos estudantes.

Apesar dos avanços, ainda há um longo caminho a percorrer para que a educação inclusiva se torne uma realidade em todas as escolas brasileiras. Sasaki (2019) defende que a inclusão não é um favor, mas um direito, e que sua efetivação exige compromisso político e investimento contínuo. Nesse sentido, o presente capítulo busca analisar as garantias legais e as barreiras à efetivação do direito à aprendizagem no contexto da educação inclusiva.

A partir de uma revisão bibliográfica e da análise de marcos normativos, pretende-se discutir os avanços e os desafios enfrentados no cenário educacional brasileiro. Por fim, espera-se contribuir para o debate sobre a importância de políticas públicas comprometidas com a diversidade e a equidade, destacando a necessidade de investimentos em acessibilidade, formação docente e práticas pedagógicas inclusivas. A garantia do direito à aprendizagem para todos os estudantes é um imperativo ético e social que não pode ser negligenciado.

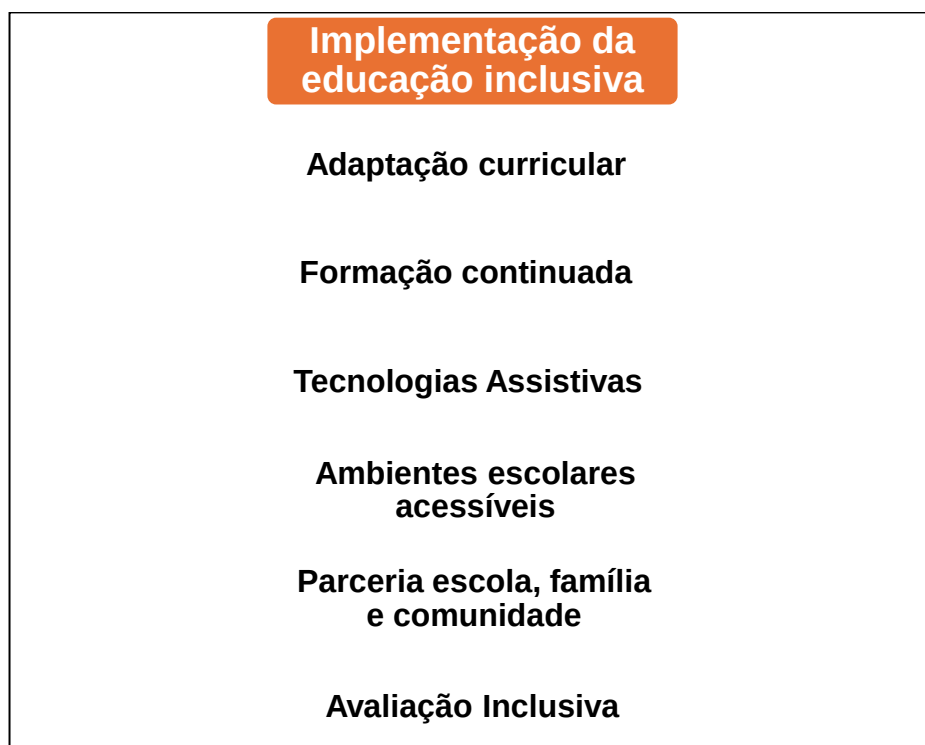
## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O DIREITO À APRENDIZAGEM: FUNDAMENTOS E CONTEXTUALIZAÇÃO**

Conforme já evidenciado, a educação inclusiva visa assegurar que todos os alunos, independentemente de suas particularidades, tenham acesso a uma aprendizagem significativa e contextualizada. Para alcançar esse objetivo, é fundamental implementar estratégias como a adaptação curricular, a formação continuada de professores, o uso de tecnologias assistivas e a criação de ambientes escolares acessíveis.

A adaptação curricular destaca-se como uma estratégia central na implementação da educação inclusiva, pois assegura que o conteúdo seja acessível a todos os estudantes, independentemente de suas necessidades específicas. Glat e Pletsch (2019) enfatizam que a flexibilização do currículo é vital para permitir que alunos com deficiência ou outras particularidades participem ativamente do processo de aprendizagem. Isso abrange o uso de materiais pedagógicos em formatos acessíveis, como braile, áudio ou recursos visuais, atendendo às diversas formas de comunicação e expressão.

É crucial entender que a adaptação curricular não implica na redução de expectativas, mas sim na reestruturação que valoriza as potencialidades individuais de cada aluno. Mantoan (2020) ressalta que um currículo inclusivo deve ser elaborado de maneira colaborativa, envolvendo professores, alunos e suas famílias, garantindo práticas pedagógicas verdadeiramente significativas e contextualizadas.

**Figura 1** - Fluxograma: Estratégias para Implementação da Educação Inclusiva



Fonte: Elaborado pelos autores.

Oliveira e Prieto (2020) afirmam que um currículo inclusivo não se restringe à disponibilização de recursos, mas exige a criação de práticas pedagógicas dinâmicas e interativas que estimulem a autonomia dos alunos. Dessa forma, a adaptação curricular deve ser vista como um processo contínuo, que demanda planejamento, acompanhamento e constante reflexão por parte dos educadores, assegurando que todos os estudantes tenham oportunidades reais de desenvolvimento acadêmico e social. O Quadro 1, a seguir, apresenta os benefícios das estratégias, mas também aponta alguns dos principais obstáculos enfrentados em seu processo de implementação.

**Quadro 1 - Estratégias para a Educação Inclusiva: Benefícios e Desafios**

| <b>Estratégia</b>                 | <b>Benefícios</b>                                                                       | <b>Desafios</b>                                                                         |
|-----------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Adaptação Curricular</b>       | Torna o conteúdo acessível para todos os alunos, respeitando suas particularidades.     | Resistência de educadores à flexibilização do currículo e falta de formação específica. |
| <b>Formação Continuada</b>        | Prepara os docentes para lidar com a diversidade em sala de aula.                       | Falta de programas contínuos de capacitação e carga horária elevada dos professores.    |
| <b>Tecnologias Assistivas</b>     | Ampliam as possibilidades de aprendizagem para alunos com deficiência.                  | Alto custo de implementação e pouca capacitação dos professores para seu uso.           |
| <b>Ambiente Escolar Acessível</b> | Garante que todos os estudantes possam circular e participar plenamente das atividades. | Infraestrutura inadequada e falta de investimentos governamentais.                      |
| <b>Avaliação Inclusiva</b>        | Valoriza o desenvolvimento individual e não apenas o desempenho padronizado.            | Dificuldade em adaptar instrumentos avaliativos sem comprometer critérios de qualidade. |

Fonte: Elaborado pelos autores.

A formação continuada dos professores constitui outro pilar fundamental para a efetivação da educação inclusiva. Oliveira e Prieto (2020) apontam que os educadores necessitam de capacitação para lidar com a diversidade em sala de aula, empregando técnicas de ensino inclusivas e tecnologias assistivas. Essa formação deve ser permanente, uma vez que a educação inclusiva requer constante atualização e reflexão sobre as práticas pedagógicas.

Além disso, a formação docente deve abordar questões como o combate ao capacitismo e a promoção de uma cultura escolar que valorize a diversidade. Ferreira e Mendes (2019) observam que muitos professores ainda perpetuam visões estereotipadas sobre

estudantes com deficiência, evidenciando a necessidade de uma formação crítica e transformadora.

O uso de tecnologias assistivas tem ganhado destaque no contexto da educação inclusiva. Ferramentas como softwares de leitura de tela, lupas eletrônicas e dispositivos de comunicação alternativa ampliam as possibilidades de aprendizagem para alunos com diferentes necessidades. Silva e Góes (2021) destacam que a integração dessas tecnologias no cotidiano escolar é essencial para promover a autonomia e a participação dos estudantes.

Entretanto, a implementação de tecnologias assistivas enfrenta desafios, como a escassez de recursos financeiros e a falta de formação adequada dos professores para utilizá-las de forma eficaz. Zerbato e Mendes (2020) ressaltam a necessidade de investir em políticas públicas que garantam o acesso a essas ferramentas e em programas de capacitação para os educadores.

A criação de um ambiente escolar acessível é igualmente crucial para a educação inclusiva. A infraestrutura escolar deve ser adaptada para acolher todos os alunos, incluindo rampas de acesso, banheiros adaptados e sinalização adequada. Sassaki (2019) destaca que a acessibilidade física é um direito básico, assegurando que os estudantes possam circular e participar das atividades escolares com segurança e autonomia.

Além da acessibilidade física, é fundamental considerar a acessibilidade comunicacional e atitudinal. Medidas como sinalização em braile, disponibilidade de intérpretes de Libras e a promoção de uma cultura de respeito às diferenças contribuem para uma inclusão efetiva. Mendes e Almeida (2018) enfatizam que a acessibilidade deve ser compreendida de forma ampla, abrangendo todas as dimensões do ambiente escolar.

A colaboração entre escola, família e comunidade emerge como outra estratégia essencial na implementação da educação inclusiva. A participação ativa das famílias no processo educacional fortalece práticas inclusivas e assegura que os estudantes recebam o apoio necessário em diferentes contextos. Viegas e Angelucci (2022) destacam que a educação inclusiva deve ser um compromisso compartilhado, envolvendo todos os atores sociais.

As escolas também podem estabelecer parcerias com instituições especializadas e organizações da sociedade civil para ampliar suas práticas inclusivas. Tais parcerias podem fornecer recursos, formação e apoio técnico, auxiliando na superação de desafios como a falta de materiais pedagógicos adaptados e a escassez de profissionais especializados (Carvalho, 2020).

A avaliação inclusiva é outro aspecto que merece atenção no contexto da educação inclusiva. Esta deve ser adaptada às necessidades dos estudantes, priorizando o desenvolvimento de competências e habilidades em vez de padrões rígidos de desempenho. Glat e Pletsch (2019) apontam que a avaliação inclusiva deve ser processual e formativa, considerando o progresso individual de cada aluno.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2017) reforça a importância de uma avaliação que valorize a diversidade e promova a equidade. No entanto, sua implementação ainda enfrenta resistências, como a cultura da meritocracia e a pressão por resultados padronizados. Oliveira e Prieto (2020) defendem que a avaliação inclusiva deve ser entendida como uma ferramenta de apoio ao aprendizado, e não como um mecanismo de exclusão.

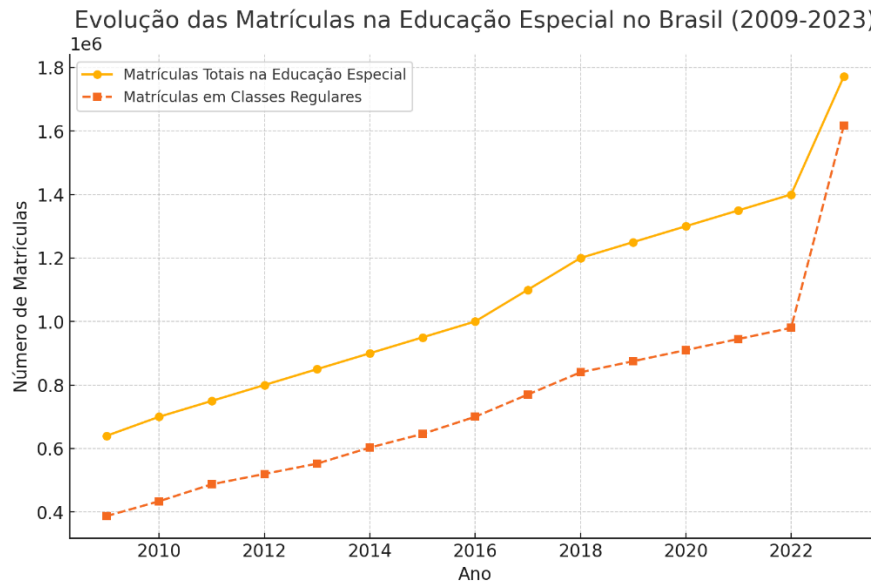
A promoção de uma cultura escolar inclusiva é fundamental para que todas as estratégias mencionadas sejam efetivas. Isso envolve a construção de um ambiente acolhedor, onde as diferenças sejam valorizadas e os conflitos resolvidos de forma democrática. Skliar (2020) argumenta que a inclusão não é apenas uma questão de políticas e práticas, mas também de mudanças culturais e atitudinais.

Por fim, é importante destacar que a implementação da educação inclusiva exige compromisso político e investimento contínuo. Sassaki (2019) ressalta que a inclusão não é um favor, mas um direito, e sua efetivação depende da mobilização de recursos financeiros, humanos e tecnológicos. Garantir o direito à aprendizagem para todos os estudantes é um imperativo ético e social que deve orientar as políticas públicas e as práticas educacionais.

## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: AVANÇOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

A educação inclusiva tem avançado significativamente no Brasil, refletindo políticas públicas voltadas à ampliação do acesso e da permanência de estudantes com deficiência em escolas regulares. De acordo com o Censo Escolar de 2023, o número de alunos matriculados na educação especial atingiu 1.771.430, representando 3,7% do total de matrículas no país. Esse crescimento demonstra o impacto das iniciativas de inclusão educacional e a necessidade de fortalecer práticas pedagógicas que atendam à diversidade dos estudantes.

**Gráfico 1 - Matrículas na Educação Especial no Brasil (2009-2023)**

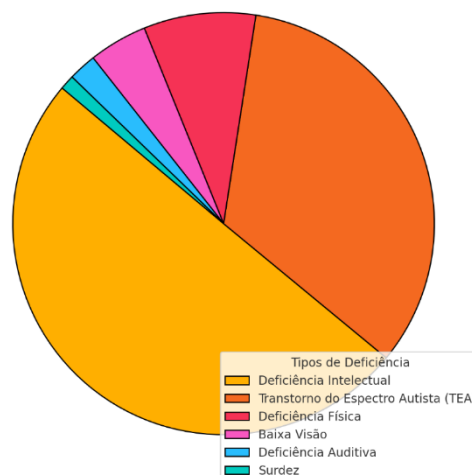


Fonte: Elaborado com base em Inep (2023).

Embora os números mostrem avanços, a distribuição das deficiências entre os alunos matriculados indica desafios específicos. Do total de estudantes com deficiência em escolas regulares, 53,7% possuem deficiência intelectual, 35,9% estão no espectro autista, 9,2% têm deficiência física, 4,8% apresentam baixa visão, 2,3% são deficientes auditivos e 1,2% são surdos. Esses dados evidenciam a complexidade do cenário e a necessidade de recursos educacionais adaptados a diferentes perfis de aprendizagem.

**Gráfico 2 - Tipos de deficiência na Educação Especial (2023)**

Distribuição dos Tipos de Deficiência na Educação Especial (2023)



Fonte: Elaborado em base em Inep (2023).

O Brasil também tem avançado na inclusão em classes comuns. Em 2024, 91,3% das matrículas da educação especial estavam em escolas regulares, indicando a crescente confiança das famílias nesse modelo educacional. No entanto, segundo Lopes e Santos (2021), a inclusão não se resume apenas à matrícula: é necessário garantir infraestrutura acessível, formação docente e suporte especializado para que a aprendizagem seja realmente efetiva.

Apesar das conquistas, ainda há desigualdades preocupantes. De acordo com dados do IBGE, apenas 25,6% das pessoas com deficiência concluíram o ensino médio, enquanto esse percentual entre pessoas sem deficiência chega a 57,3%. Além disso, o analfabetismo entre pessoas com deficiência atinge 19,5%, quatro vezes mais do que os 4,1% entre pessoas sem deficiência. Esses números reforçam a necessidade de intervenções urgentes para evitar a exclusão educacional e social desse grupo.

**Tabela 1** - Comparação dos Níveis de Escolarização: Pessoas com e sem Deficiência

| Nível de Escolarização        | Pessoas com Deficiência (%) | Pessoas sem Deficiência (%) |
|-------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Analfabetismo                 | 19,5%                       | 4,1%                        |
| Ensino Fundamental Incompleto | 42,8%                       | 26,3%                       |
| Ensino Médio Completo         | 25,6%                       | 57,3%                       |
| Ensino Superior Completo      | 6,7%                        | 19,2%                       |

Fonte: Elaborado com base em IBGE (2022).

A acessibilidade física ainda é um desafio nas escolas brasileiras. O Censo Escolar aponta que pouco mais de 50% das escolas possuem banheiros adaptados, e apenas 23% contam com salas de atendimento especial. Essa carência de infraestrutura compromete a participação plena dos alunos com deficiência no ambiente escolar e reforça a importância de investimentos para melhorar a acessibilidade.

A formação de professores também é um fator crucial para o sucesso da educação inclusiva. Oliveira e Prieto (2020) enfatizam que muitos docentes não se sentem preparados para lidar com a diversidade, devido à formação inicial insuficiente e à ausência de programas contínuos de capacitação. Sem esse preparo adequado, as práticas pedagógicas podem não ser eficazes na inclusão de todos os estudantes.

Em relação às políticas públicas, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça a importância de um ensino equitativo, prevendo estratégias para atender alunos com necessidades especiais. Além disso, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) estabelece diretrizes para a adaptação curricular e práticas

pedagógicas inclusivas. No entanto, especialistas como Mendes e Almeida (2018) argumentam que a implementação dessas diretrizes ainda enfrenta resistência e desafios estruturais, como a falta de recursos e a burocratização de processos.

Outro desafio significativo é a resistência cultural à inclusão. Lopes e Santos (2021) destacam que, além das dificuldades estruturais e pedagógicas, há preconceitos e estereótipos que dificultam a aceitação plena da diversidade nas escolas. Para mudar essa realidade, é essencial promover campanhas de conscientização e incentivar uma cultura escolar mais aberta e acolhedora.

A colaboração entre escola e família é um dos pilares da educação inclusiva. Segundo Viegas e Angelucci (2022), a participação ativa dos familiares no processo educacional fortalece a adaptação curricular e melhora o desenvolvimento dos estudantes. Quando há um diálogo constante entre escola e responsáveis, é possível criar estratégias mais eficazes para atender às necessidades individuais dos alunos.

Para garantir o avanço da educação inclusiva no Brasil, especialistas apontam caminhos essenciais, como o fortalecimento das políticas públicas, a ampliação da formação docente, o investimento em infraestrutura acessível e o combate ao preconceito no ambiente escolar. Somente por meio de esforços integrados será possível construir um sistema educacional que assegure o direito à aprendizagem para todos os estudantes.

## **PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Apesar dos avanços na legislação e nas práticas pedagógicas inclusivas, ainda há desafios estruturais, culturais e pedagógicos que dificultam a plena implementação da educação inclusiva no Brasil. Estes desafios podem ser agrupados em quatro eixos principais: infraestrutura e acessibilidade, formação docente, resistência cultural e limitações das políticas públicas.

### **INFRAESTRUTURA E ACESSIBILIDADE**

Um dos principais entraves à educação inclusiva é a falta de infraestrutura adequada nas escolas. De acordo com dados do Censo Escolar de 2023, muitas instituições de ensino ainda não possuem rampas de acesso, banheiros adaptados, mobiliário adequado e materiais didáticos acessíveis, o que compromete a permanência e o desenvolvimento dos estudantes com deficiência (INEP, 2023). Além disso, há escassez de salas de atendimento educacional

especializado (AEE) e recursos tecnológicos que possibilitem a aprendizagem de alunos com diferentes necessidades (Zerbato; Mendes, 2020).

Outro aspecto crítico é a acessibilidade comunicacional e atitudinal. O uso de Libras, legendas em vídeos educacionais, textos em braile e softwares de leitura são fundamentais para garantir a participação de estudantes com deficiência auditiva e visual. No entanto, muitas escolas ainda não contam com esses recursos, tornando o processo de ensino-aprendizagem desigual (Silva; Góes, 2021).

## **FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

A formação inicial e continuada dos professores é um fator determinante para o sucesso da educação inclusiva. Muitos docentes relatam dificuldades em trabalhar com estudantes com deficiência devido à falta de preparo durante sua graduação e à escassez de cursos de capacitação específicos (Oliveira & Prieto, 2020). Sem um suporte adequado, os professores enfrentam desafios para desenvolver práticas pedagógicas diversificadas, adaptar materiais didáticos e aplicar avaliações inclusivas (Glat; Pletsch, 2019).

A carga horária extensa e a sobrecarga de trabalho também dificultam a participação dos docentes em formações continuadas. Assim, é essencial que haja investimentos em políticas de capacitação acessíveis e contínuas, para que os educadores possam desenvolver estratégias pedagógicas que respeitem as singularidades dos estudantes (Mantoan, 2020).

## **RESISTÊNCIA CULTURAL E BARREIRAS ATITUDINAIS**

Além das dificuldades estruturais e pedagógicas, a resistência à inclusão ainda é um desafio significativo. Muitas escolas e educadores mantêm concepções tradicionais de ensino que priorizam métodos homogêneos e pouco flexíveis, dificultando a adaptação curricular e a personalização do ensino (Mendes; Almeida, 2018).

A cultura capacitista também se manifesta na exclusão sutil de estudantes com deficiência do processo educacional, seja pela falta de estímulo à sua participação nas atividades escolares, seja pela percepção de que sua presença na escola é um desafio adicional para os professores. Mudar essa mentalidade exige um esforço coletivo, com programas de sensibilização e formação que promovam a valorização da diversidade e a equidade nas escolas (Skliar, 2003; Sassaki, 2019).

## **LIMITAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E INVESTIMENTOS**

Apesar da existência de marcos normativos, como a Lei Brasileira de Inclusão (2015) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), a implementação dessas políticas enfrenta obstáculos devido à falta de financiamento adequado e à burocracia para sua execução (Carvalho, 2020). Muitas escolas não recebem os recursos necessários para garantir adaptações curriculares, infraestrutura acessível e apoio especializado.

A descentralização da gestão da educação também contribui para desigualdades regionais no acesso à educação inclusiva. Enquanto algumas cidades investem em programas sólidos de inclusão, outras enfrentam dificuldades para aplicar as diretrizes estabelecidas pelas políticas nacionais. Dessa forma, é fundamental que haja um fortalecimento do financiamento público e uma fiscalização mais efetiva para garantir que todas as escolas estejam preparadas para acolher a diversidade de estudantes (Lopes; Santos, 2021).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante da análise realizada, observa-se que a educação inclusiva no Brasil tem avançado significativamente, impulsionada por marcos legais e políticas públicas que buscam garantir o direito à aprendizagem para todos. No entanto, desafios estruturais, como a falta de recursos pedagógicos, a necessidade de formação continuada dos docentes e as barreiras atitudinais, ainda comprometem a efetivação dessa inclusão. Superar essas dificuldades exige um compromisso coletivo entre escolas, gestores, professores, famílias e sociedade civil, a fim de construir um ambiente escolar verdadeiramente equitativo.

Para que a educação inclusiva se torne uma realidade consolidada, é imprescindível o fortalecimento de políticas públicas que garantam infraestrutura acessível, investimentos em formação docente e estratégias pedagógicas inovadoras. Além disso, é fundamental promover uma mudança cultural nas instituições de ensino, fomentando práticas que valorizem a diversidade e rompam com o capacitismo. Somente por meio de ações articuladas e comprometidas será possível assegurar que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade e verdadeiramente inclusiva.

A inclusão educacional não deve ser encarada como um desafio isolado, mas como um compromisso coletivo que demanda esforços contínuos e coordenados. Cabe a todos os atores envolvidos – gestores, professores, famílias e sociedade – atuar de forma proativa para garantir que nenhuma criança ou jovem seja excluído do direito fundamental à educação.

Somente assim poderemos avançar em direção a um sistema educacional mais justo, acessível e equitativo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 26 fev. 2025.

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2020.

FERREIRA, W. B.; MENDES, E. G. **Educação especial e inclusiva: mudanças para a escola e para a sociedade**. São Paulo: EdUFSCar, 2019.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. **Educação inclusiva e educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 25, n. 2, p. 183-198, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/>. Acesso em: 17 fev. 2025.

LOPES, M. C.; SANTOS, L. F. **Políticas públicas de inclusão escolar: desafios e perspectivas**. Curitiba: Appris, 2021.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** 3. ed. São Paulo: Summus, 2020.

MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. **Educação especial inclusiva: legados históricos e perspectivas futuras**. São Paulo: EdUFSCar, 2018.

OLIVEIRA, A. A. S.; PRIETO, R. G. **A formação de professores para a educação inclusiva: desafios e possibilidades**. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 33, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>. Acesso em: 17 fev. 2025.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 10. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2019.

SILVA, M. O. E.; GÓES, M. C. R. **Educação inclusiva e práticas pedagógicas: reflexões a partir da BNCC**. São Paulo: Cortez, 2021.

SKLIAR, C. **A educação e a pergunta pelos “outros”: diferença, alteridade e diversidade**. Porto Alegre: Mediação, 2020.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: UNESCO, 2019. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/>. Acesso em: 18 fev. 2025.

VIEGAS, L. S.; ANGELUCCI, C. B. **Educação inclusiva e direitos humanos: desafios contemporâneos**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

ZERBATO, A. P.; MENDES, E. G. **Desafios da educação inclusiva no Brasil: entre o discurso e a prática**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 25, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/>. Acesso em: 17 fev. 2025.

# CAPÍTULO 6

## ESTRATÉGIAS PARA DEMOCRATIZAR O USO DAS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

Tamires Cristina Bonani Conti <sup>24</sup>

Doi: 10.48209/978-65-5417-447-6

### RESUMO

Este capítulo discute estratégias para ampliar o acesso e o uso equitativo das tecnologias educacionais, considerando seu potencial para reduzir desigualdades e promover inclusão digital no ambiente escolar. A proposta é refletir sobre como as ferramentas tecnológicas podem ser incorporadas à prática pedagógica de forma democrática, garantindo que todos os estudantes, independentemente de sua condição socioeconômica, tenham oportunidades de aprendizagem mediadas por recursos digitais. A metodologia adotada consiste em uma revisão de literatura e na análise de programas governamentais voltados à inovação tecnológica na educação, com destaque para o Programa de Inovação Educação Conectada (MEC, 2017). O referencial teórico baseia-se em autores como Pierre Lévy (1999), que discute a cibercultura e o papel das tecnologias na construção do conhecimento, e Neil Selwyn (2016), que problematiza a relação entre tecnologia e desigualdade educacional. Os resultados evidenciam que a democratização do uso das tecnologias enfrenta desafios significativos, como a carência de infraestrutura adequada nas escolas e a insuficiente formação docente para a utilização efetiva dessas ferramentas. A discussão aponta a necessidade de políticas públicas que assegurem não apenas o acesso à conectividade, mas também a integração pedagógica das tecnologias. Por fim, nota-se que a democratização digital na educação exige investimentos contínuos, formação docente qualificada e planejamento estratégico para garantir que as tecnologias não ampliem as desigualdades existentes, mas atuem como instrumentos de inclusão e inovação no processo de ensino-aprendizagem.

**Palavras-chave:** Tecnologia educacional. Inclusão digital. Equidade. Inovação pedagógica.

### INTRODUÇÃO

A democratização das tecnologias educacionais tornou-se um tema central na educação do século XXI. O advento das tecnologias digitais transformou o acesso à informação, as práticas pedagógicas e a relação entre estudantes e professores. Lévy (1999) aponta que a cibercultura criou um ambiente interconectado, exigindo novas abordagens para a inclusão digital. Nesse cenário, a escola enfrenta o desafio de integrar essas tecnologias de forma equitativa, garantindo acesso a todos os alunos.

---

<sup>24</sup> Doutora em Linguística. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). [tamy\\_bonani@hotmail.com](mailto:tamy_bonani@hotmail.com).

A relação entre tecnologia e educação não é linear, pois seu impacto depende de fatores sociais, econômicos e políticos. Selwyn (2016, p. 45) ressalta que "a tecnologia pode tanto reduzir quanto ampliar desigualdades, dependendo de como é implementada e de quem tem acesso a ela". Esse paradoxo evidencia a necessidade de políticas públicas que garantam um acesso equitativo às ferramentas digitais. A inclusão digital exige condições estruturais adequadas para um uso pedagógico efetivo, promovendo equidade e participação ativa no aprendizado.

O Programa de Inovação Educação Conectada (MEC, 2017) é um exemplo de iniciativa brasileira que busca enfrentar esses desafios ao promover a conectividade nas escolas públicas e a formação de professores para o uso pedagógico das tecnologias. Apesar de seus objetivos ambiciosos, o programa ainda enfrenta obstáculos significativos, como a falta de infraestrutura adequada, a precariedade na formação continuada dos docentes e as desigualdades regionais que limitam sua implementação efetiva. Para que esse tipo de iniciativa tenha sucesso, é essencial que haja investimentos consistentes e uma avaliação contínua das condições concretas das escolas, assegurando que as tecnologias sejam incorporadas de maneira significativa e não apenas como um apêndice do ensino tradicional.

A pandemia de COVID-19 evidenciou as disparidades no acesso à tecnologia educacional, expondo dificuldades estruturais enfrentadas por milhões de estudantes. Segundo a UNESCO (2021, p. 12), "a crise global de aprendizagem foi agravada pela falta de preparo dos sistemas educacionais para lidar com o ensino remoto". A adaptação forçada às dinâmicas digitais revelou a exclusão de estudantes sem acesso a dispositivos e conexão de qualidade, reforçando a necessidade de estratégias públicas para garantir condições mínimas de aprendizagem.

A inclusão digital tornou-se uma prioridade urgente, pois a falta de acesso à tecnologia compromete o desenvolvimento educacional. Almeida e Valente (2020, p. 78) destacam que "a integração das tecnologias no currículo escolar não pode ser vista como um fim em si mesma, mas como um meio para promover equidade e qualidade na educação". Isso exige que a escola reavalie suas práticas pedagógicas e utilize ferramentas digitais para potencializar o aprendizado de todos os alunos.

A formação docente é essencial para a democratização das tecnologias educacionais. Kenski (2020) ressalta que professores precisam ser capacitados não apenas para usar ferramentas digitais, mas para repensar suas práticas pedagógicas em um mundo conectado. Esse desafio envolve tanto a formação inicial quanto a continuada, garantindo que os

educadores acompanhem a evolução tecnológica e integrem essas inovações de forma significativa.

Além disso, a infraestrutura tecnológica é um desafio persistente, especialmente em países com grandes desigualdades regionais. Silva e Gomes (2022) apontam que a falta de acesso à internet e a equipamentos adequados nas escolas públicas brasileiras constitui um dos principais entraves para a inclusão digital. Essa realidade se reflete no desempenho dos estudantes e na capacidade das instituições de ensino de oferecer um aprendizado de qualidade, evidenciando a necessidade de investimentos robustos e de políticas públicas eficazes para superar essas barreiras.

A desigualdade no acesso à tecnologia reflete desigualdades sociais mais amplas, reforçando um ciclo de exclusão. Castells (2018) argumenta que a exclusão digital é um reflexo da exclusão social, e ambas se retroalimentam. Para enfrentar esse problema, é essencial que as políticas de inclusão digital estejam integradas a iniciativas mais amplas de combate à desigualdade, garantindo não apenas acesso à tecnologia, mas também formação para seu uso crítico e produtivo.

A democratização das tecnologias educacionais é um desafio que exige ações integradas. Selwyn (2016) ressalta que a tecnologia pode promover equidade, mas apenas se for utilizada de forma crítica e consciente. Isso reforça a importância do planejamento educacional e da gestão pública na construção de uma educação que democratize o acesso ao conhecimento e amplie oportunidades de aprendizagem.

## **O PAPEL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO**

A Inteligência Artificial (IA) é uma ferramenta promissora para personalizar o ensino e melhorar a aprendizagem. Com capacidade de processar grandes volumes de dados e identificar padrões, a IA cria ambientes de aprendizagem dinâmicos e adaptativos. Segundo Valente e Almeida (2021), sistemas adaptativos baseados em IA podem identificar necessidades individuais dos alunos e oferecer conteúdos e atividades personalizadas, permitindo que os estudantes progridam no próprio ritmo com suporte direcionado. Essa personalização aumenta o engajamento e a motivação, pois os conteúdos estão alinhados com os interesses e necessidades específicas de cada aluno.

Um dos principais benefícios da IA na educação é sua capacidade de analisar grandes volumes de dados em tempo real, proporcionando uma compreensão mais profunda dos processos de aprendizagem. Prensky (2020) ressalta que algoritmos podem identificar padrões

de aprendizagem e sugerir intervenções pedagógicas personalizadas, algo difícil de alcançar em salas de aula tradicionais.

**Quadro 1 - Ensino Tradicional x Ensino com IA**

| Aspecto                  | Ensino Tradicional                     | Ensino com IA                                       |
|--------------------------|----------------------------------------|-----------------------------------------------------|
| <b>Metodologia</b>       | Padronizada                            | Adaptativa e personalizada                          |
| <b>Currículo</b>         | Fixo e estruturado                     | Flexível, ajustável às necessidades                 |
| <b>Avaliação</b>         | Homogênea (provas)                     | Baseada em análise contínua de dados                |
| <b>Personalização</b>    | Baixa, ensino em ritmo único           | Alta, IA ajusta o ensino ao ritmo do aluno          |
| <b>Uso da Tecnologia</b> | Limitado, uso de tecnologia é auxiliar | Amplo, com suporte a múltiplas ferramentas digitais |

Fonte: Elaborado pela autora.

O uso da IA na educação apresenta desafios éticos importantes. Selwyn (2016) alerta que a automatização pode desumanizar o ensino, reduzindo o professor a um supervisor de algoritmos. A relação professor-aluno é essencial para o desenvolvimento socioemocional e a mediação de conflitos, e a dependência excessiva da IA pode tornar o ensino mecânico e impessoal. Além disso, algoritmos muito padronizados podem ignorar nuances culturais e contextuais na aprendizagem.

A privacidade dos dados dos estudantes também é uma preocupação. Segundo a UNESCO (2021), plataformas automatizadas exigem políticas claras para evitar o uso indevido de informações sensíveis. Como a IA coleta e analisa dados, há riscos de vazamento e comprometimento da segurança dos alunos. Regulamentações rigorosas e transparência são fundamentais para proteger a identidade digital e equilibrar riscos e benefícios da tecnologia.

Outro desafio é a desigualdade no acesso à IA. Castells (2018) argumenta que, se apenas escolas privilegiadas tiverem acesso a essas ferramentas, a disparidade educacional pode aumentar. Muitas escolas ainda enfrentam dificuldades básicas, como falta de internet e equipamentos adequados. A implementação da IA deve ser acompanhada de políticas públicas para garantir inclusão digital e equidade na aprendizagem.

A formação docente é crucial para um uso ético e eficaz da IA. Kenski (2020) destaca que os professores precisam compreender e questionar os algoritmos para integrar a tecnologia de forma crítica. Não basta disponibilizar ferramentas; é essencial capacitar os educadores tanto no uso técnico quanto na reflexão sobre impactos éticos e pedagógicos.

A IA pode transformar as salas de aula, liberando os professores de tarefas repetitivas e permitindo um ensino mais interativo. Nóvoa (2020) sugere que a tecnologia pode otimizar a correção de provas e a organização de conteúdos, dando mais tempo para projetos e

acompanhamento individualizado. No entanto, esse potencial só será aproveitado com um planejamento que preserve a interação humana.

A integração da IA no ensino exige investimentos em infraestrutura e formação. Costa e Peres (2021) apontam que a falta desses recursos, especialmente nas escolas públicas, é um grande obstáculo. Para que a IA cumpra seu papel, é necessário um esforço conjunto de governos, instituições e sociedade na criação de condições adequadas.

**Quadro 2 - Autores e suas principais contribuições**

| <b>Autor</b>                    | <b>Contribuição</b>                                    |
|---------------------------------|--------------------------------------------------------|
| <b>Valente e Almeida (2021)</b> | Sistemas adaptativos para personalização do ensino     |
| <b>Prensky (2020)</b>           | Algoritmos na identificação de padrões de aprendizagem |
| <b>Selwyn (2016)</b>            | Desafios éticos da IA na educação                      |
| <b>UNESCO (2021)</b>            | Preocupações com privacidade e proteção de dados       |
| <b>Castells (2018)</b>          | Desigualdade de acesso às tecnologias educacionais     |
| <b>Kenski (2020)</b>            | Importância da formação docente para uso crítico da IA |
| <b>Nóvoa (2020)</b>             | IA liberando professores de tarefas repetitivas        |

Fonte: Elaborado pela autora.

Além disso, Prensky (2020) ressalta que a IA pode criar jogos educativos adaptativos, ajustando-se ao nível e ritmo de cada estudante. A gamificação, ao combinar elementos lúdicos com aprendizado personalizado, torna o processo educativo mais envolvente, estimulando a curiosidade, a autonomia e ajudando a superar dificuldades acadêmicas de forma motivadora e interativa.

Diante do exposto nota-se que a IA tem o potencial de revolucionar a educação, mas seu uso deve ser guiado por princípios éticos e pedagógicos claros. A tecnologia não deve ser vista como uma solução isolada para os desafios educacionais, mas sim como uma ferramenta complementar que pode enriquecer as práticas de ensino.

## **INCLUSÃO DIGITAL E EDUCAÇÃO ESPECIAL**

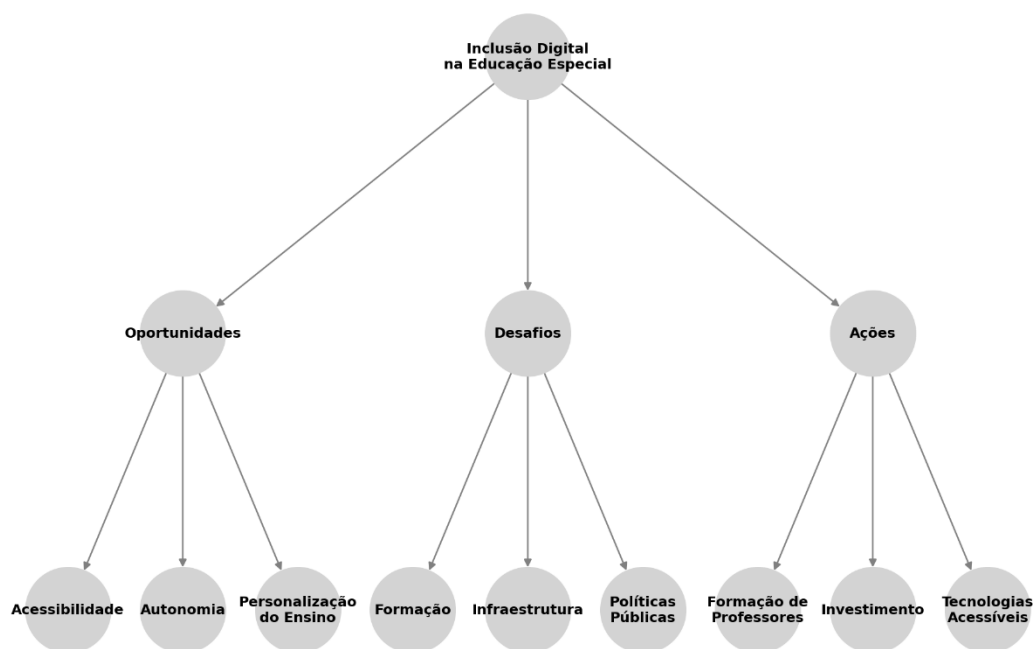
As tecnologias assistivas são fundamentais para a inclusão de estudantes com deficiência no ambiente educacional. Com o avanço tecnológico, diversas ferramentas proporcionam maior autonomia e acessibilidade, permitindo a participação ativa no aprendizado. Valente e Almeida (2021, p. 134) afirmam que "softwares de leitura de tela, teclados adaptados e aplicativos de comunicação alternativa" ajudam alunos com

necessidades especiais a superarem barreiras físicas e cognitivas, tornando a escola mais acessível.

A personalização é um dos principais benefícios dessas tecnologias. Cada estudante enfrenta desafios específicos, exigindo soluções adaptáveis. Prensky (2020) destaca que recursos como sintetizadores de voz, ampliadores de tela e softwares de transcrição automática podem ser ajustados às dificuldades individuais, promovendo maior independência e equidade no acesso ao conhecimento.

Apesar das vantagens, a implementação dessas ferramentas enfrenta desafios, sobretudo nas escolas públicas. Silva e Gomes (2022) apontam que a falta de formação docente e de recursos financeiros são obstáculos significativos. Muitas escolas não possuem infraestrutura adequada, e a capacitação dos professores para o uso dessas tecnologias ainda é limitada. Além disso, os custos elevados dificultam a adoção desses recursos em muitas redes de ensino.

**Figura 1 - Inclusão Digital na Educação Especial**



Fonte: Elaborado pela autora.

A acessibilidade digital é uma preocupação central na inclusão educacional. Segundo a UNESCO (2021), plataformas educacionais devem ser projetadas de forma inclusiva para atender a todos os estudantes. Muitos ambientes digitais ainda não são totalmente acessíveis, dificultando a aprendizagem de pessoas com deficiência. Para garantir a inclusão digital, as

tecnologias precisam ser desenvolvidas considerando critérios de acessibilidade desde a concepção.

Além da acessibilidade tecnológica, a colaboração entre setores é essencial para ampliar o acesso às tecnologias assistivas. Castells (2018) destaca que parcerias entre governos, empresas e organizações da sociedade civil são fundamentais para viabilizar esse acesso. Sem esse esforço conjunto, a inclusão digital pode permanecer restrita a contextos privilegiados, perpetuando desigualdades educacionais.

Um exemplo de sucesso é o projeto "Incluir", desenvolvido no Brasil, que utiliza tablets e aplicativos adaptados para estudantes com deficiência visual. Almeida e Valente (2020) apontam que iniciativas desse tipo demonstram o potencial das tecnologias na educação especial, proporcionando ferramentas que auxiliam na superação de desafios e na conquista de maior autonomia acadêmica e social.

A gamificação tem se mostrado uma estratégia eficaz para inclusão educacional. A aplicação de elementos dos jogos no ensino torna a aprendizagem mais acessível e envolvente. Prensky (2020) enfatiza que jogos educativos adaptados, com recursos multimodais como sons e comandos de voz, podem atender diferentes necessidades. Além disso, a gamificação estimula autonomia, resolução de problemas e trabalho em equipe.

Contudo, é fundamental garantir o uso ético e humanizado das tecnologias. Selwyn (2016) ressalta que a automatização do ensino não pode substituir o papel humano na educação especial. A mediação pedagógica exige empatia e compreensão, e a presença do professor é indispensável para orientar o uso das ferramentas, assegurando que a tecnologia seja um suporte pedagógico, e não um substituto das interações humanas.

A formação docente é crucial para o sucesso dessas iniciativas. Kenski (2020) afirma que professores precisam ser capacitados para utilizar tecnologias assistivas de forma eficaz. A formação deve abranger tanto o domínio técnico quanto a aplicação de práticas pedagógicas inclusivas, permitindo que os educadores integrem esses recursos ao planejamento de aulas.

Outra questão relevante é a mudança na cultura escolar. A inclusão digital não se resume à oferta de dispositivos e softwares, mas requer uma reestruturação das práticas educacionais. Escolas e professores devem adotar metodologias que incentivem a participação ativa dos estudantes com deficiência, estimulando sua autonomia e valorizando a diversidade.

As tecnologias assistivas representam uma oportunidade para promover a equidade na educação. No entanto, sua implementação exige investimentos, formação profissional e políticas públicas. Santaella (2019) destaca que a inclusão digital é essencial para garantir

uma educação de qualidade. O desafio não está apenas na disponibilidade da tecnologia, mas na construção de um sistema educacional verdadeiramente inclusivo.

## **EDUCAÇÃO E A CULTURA DIGITAL**

A era digital transformou a forma como os estudantes acessam e interagem com o conhecimento. A internet se consolidou como um espaço dinâmico e colaborativo, permitindo que a aprendizagem seja descentralizada. Diferente dos modelos tradicionais, em que o conhecimento era transmitido de forma hierárquica, hoje os estudantes exploram múltiplas fontes de informação, construindo saberes de maneira ativa e conectada a diferentes realidades.

Redes sociais e plataformas digitais desempenham um papel essencial nesse cenário. O acesso instantâneo a conteúdos e a possibilidade de compartilhar conhecimentos ampliam as fronteiras da aprendizagem e incentivam práticas colaborativas. No entanto, a grande quantidade de informações exige uma postura crítica, já que nem todo conteúdo disponível tem credibilidade ou embasamento científico.

Apesar dos benefícios das tecnologias digitais, há desafios. O acesso rápido à informação pode levar a um consumo superficial do conhecimento, se não houver mediação pedagógica para incentivar a análise crítica. O excesso de estímulos e a velocidade da comunicação podem dificultar a concentração e a retenção de conteúdos complexos. Para um uso eficaz dessas ferramentas, é essencial promover estratégias que estimulem reflexão e debate.

A gamificação tem se destacado como uma estratégia para tornar o ensino mais envolvente. Elementos de jogos digitais incentivam desafios, recompensas e o desenvolvimento de habilidades como resolução de problemas, trabalho em equipe e criatividade. Para as novas gerações, que cresceram imersas no digital, essa abordagem pode tornar a aprendizagem mais atrativa e significativa.

O aprendizado digital exige novas competências dos estudantes. Filtrar informações, avaliar fontes e produzir conteúdos de forma ética são habilidades essenciais num contexto em que qualquer pessoa pode publicar informações. A escola tem um papel central nesse processo, oferecendo ferramentas para que os estudantes naveguem no ambiente digital com segurança e autonomia.

Além de mudar os métodos de ensino, a cultura digital altera a percepção do conhecimento. Diferente das gerações anteriores, acostumadas a um modelo linear e

estruturado, os jovens atuais veem a aprendizagem como um processo dinâmico e interconectado. A internet possibilita abordagens interdisciplinares, promovendo a construção do saber de forma integrada e contextualizada.

Os currículos escolares precisam se adaptar a essa nova realidade. O ensino tradicional, baseado na exposição de conteúdos, já não atende às demandas de uma sociedade conectada. É necessário adotar metodologias inovadoras, incorporando recursos digitais e estimulando a participação ativa dos estudantes. Mais do que introduzir tecnologia, essa mudança exige novas formas de ensinar e aprender.

A colaboração é um elemento central na cultura digital. Ferramentas tecnológicas possibilitam projetos em grupo, independentemente da localização geográfica, promovendo a troca de experiências. A interação com diferentes culturas amplia perspectivas e valoriza a diversidade, tornando a educação mais democrática e conectada.

Contudo, a inclusão digital ainda é um desafio. Milhões de estudantes não têm acesso à internet ou a dispositivos tecnológicos, o que gera desigualdade no acesso ao conhecimento. A exclusão digital amplia a distância entre quem pode aproveitar as novas tecnologias e quem fica à margem. Políticas públicas devem garantir acessibilidade digital, promovendo uma educação mais equitativa e inclusiva.

A cultura digital traz inúmeras possibilidades para a educação, transformando a maneira como os estudantes aprendem. No entanto, é necessário refletir sobre seus impactos para que a tecnologia amplie oportunidades educacionais sem comprometer valores humanos e sociais. O desafio é equilibrar inovação e reflexão, garantindo um ensino que una pensamento crítico, ética e inclusão.

## **O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E INVESTIMENTOS**

A ampliação do acesso digital no campo educacional está diretamente relacionada à implementação de políticas públicas eficazes. A garantia de infraestrutura tecnológica, conectividade e formação adequada para os docentes depende, em grande parte, do compromisso governamental com a inclusão digital. Nesse sentido, a atuação do Estado é essencial para promover iniciativas que reduzam as desigualdades no acesso às tecnologias, permitindo que todos os estudantes possam se beneficiar dos avanços proporcionados pela era digital.

Dentre as estratégias adotadas no Brasil, programas como o Educação Conectada, lançado pelo Ministério da Educação em 2017, representam um esforço para democratizar o

uso da tecnologia nas escolas públicas e proporcionar melhores condições de ensino. No entanto, a eficácia dessas iniciativas muitas vezes é comprometida pela descontinuidade das políticas e pela falta de financiamento adequado. A ausência de um planejamento de longo prazo e de recursos suficientes dificulta a consolidação dessas ações, limitando seus impactos e tornando a inclusão digital um desafio ainda persistente.

Além do investimento estatal, o setor privado também desempenha um papel crucial na ampliação do acesso à tecnologia na educação. Parcerias entre empresas e o poder público podem contribuir para viabilizar projetos que garantam conectividade e disponibilização de equipamentos em escolas localizadas em regiões com menor infraestrutura. Essas colaborações são especialmente importantes em áreas onde os investimentos governamentais não são suficientes para suprir todas as necessidades, possibilitando que mais estudantes tenham acesso às ferramentas digitais essenciais para a aprendizagem contemporânea.

A participação da sociedade civil é outro fator fundamental para a formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas voltadas para a inclusão digital. Organizações não governamentais, movimentos sociais e associações educacionais têm a capacidade de pressionar por mudanças, garantindo que as políticas sejam construídas com base nas reais demandas das comunidades escolares. A mobilização social pode atuar como um mecanismo de fiscalização e aprimoramento das ações governamentais, assegurando que a inclusão digital não fique restrita ao discurso, mas se traduza em práticas efetivas e acessíveis a todos.

As universidades também exercem um papel determinante nesse processo. A pesquisa acadêmica fornece subsídios teóricos e empíricos que ajudam a orientar a elaboração de políticas públicas mais eficazes, com base em evidências concretas sobre os desafios e as melhores estratégias para a inclusão digital na educação. Além disso, as instituições de ensino superior são espaços de formação de professores e de desenvolvimento de tecnologias educacionais, contribuindo para o aprimoramento das práticas pedagógicas mediadas pelo digital.

Entre os principais obstáculos à expansão do acesso digital, a falta de infraestrutura tecnológica continua sendo um dos mais desafiadores. Em diversas regiões, especialmente nas áreas rurais e periféricas, a ausência de internet de qualidade e a carência de equipamentos adequados dificultam a implementação de práticas educacionais que dependem do uso de tecnologias digitais. Sem investimentos robustos em conectividade e na distribuição de dispositivos tecnológicos acessíveis, milhões de estudantes permanecem excluídos das oportunidades proporcionadas pelo ensino digital.

A capacitação docente é outro fator essencial para garantir que a tecnologia seja incorporada ao processo educacional de maneira crítica e pedagógica. O uso eficaz das ferramentas digitais exige que os professores sejam constantemente formados para adaptar suas práticas ao novo contexto da cultura digital. Sem uma formação adequada, a introdução da tecnologia nas salas de aula pode se tornar superficial, sem promover uma aprendizagem significativa e transformadora.

Além das ações em nível nacional, a colaboração internacional surge como um caminho promissor para acelerar o processo de inclusão digital. A troca de experiências, metodologias e recursos entre diferentes países pode fortalecer políticas educacionais e oferecer modelos bem-sucedidos que possam ser adaptados a diferentes realidades. O compartilhamento de boas práticas e o desenvolvimento de iniciativas conjuntas permitem que os desafios enfrentados na implementação das tecnologias sejam superados de maneira mais eficiente e equitativa.

No entanto, para que a inclusão digital seja de fato uma ferramenta de transformação social, é essencial que os investimentos em tecnologia sejam distribuídos de forma justa. Quando mal planejadas, as inovações tecnológicas podem ampliar ainda mais as desigualdades existentes, beneficiando apenas uma parcela da população e deixando grupos socialmente vulneráveis ainda mais distantes das oportunidades educacionais. A democratização do acesso digital precisa ser vista como um direito fundamental, garantindo que todos os estudantes, independentemente de sua condição socioeconômica, possam usufruir dos benefícios proporcionados pela era digital.

Diante desse cenário, a inclusão digital deve ser abordada de maneira integrada, envolvendo governos, setor privado, sociedade civil e instituições acadêmicas em um esforço coletivo para reduzir as desigualdades e ampliar o acesso às tecnologias educacionais. A tecnologia, quando utilizada de forma planejada e equitativa, tem o potencial de promover transformações significativas no ensino e na aprendizagem. No entanto, seu uso deve estar alinhado a valores sociais e humanos, garantindo que seu impacto seja positivo e acessível a todos, e não um fator de exclusão ou aprofundamento das desigualdades existentes.

## **OS DESAFIOS FUTUROS DA EDUCAÇÃO DIGITAL**

A pandemia de COVID-19 acelerou a transformação digital na educação, evidenciando tanto o potencial das tecnologias quanto desafios estruturais. A adaptação ao ensino remoto ocorreu de forma desigual, destacando a falta de infraestrutura, a necessidade

de formação docente e as disparidades no acesso à internet. Esse período mostrou que, embora essencial, a tecnologia exige políticas educacionais bem estruturadas para garantir equidade no ensino.

O ensino híbrido se consolidou como uma tendência, combinando atividades presenciais e remotas para ampliar oportunidades de aprendizagem. Esse modelo oferece flexibilidade, permitindo o acesso a múltiplos recursos e metodologias. No entanto, para ser eficaz, exige professores preparados para integrar as tecnologias de forma significativa, evitando seu uso apenas como solução emergencial.

A aprendizagem contínua tornou-se ainda mais essencial no mundo digital. O avanço tecnológico e as mudanças no mercado de trabalho exigem atualização constante. Cursos online e plataformas personalizadas ampliam o acesso ao conhecimento, tornando a educação um processo permanente, adaptado às transformações da sociedade.

Novas tecnologias como o metaverso e a realidade aumentada criam experiências imersivas que podem tornar o aprendizado mais dinâmico. Essas ferramentas estimulam a participação dos estudantes, mas precisam ser incorporadas com planejamento pedagógico para enriquecer a educação e não apenas servir como entretenimento.

Apesar do entusiasmo com a inovação, é fundamental refletir criticamente sobre o papel da tecnologia na educação. Ela deve ser um meio para promover equidade e qualidade no ensino, e não um fim em si mesma. Se mal planejadas, as inovações podem aprofundar desigualdades, beneficiando apenas quem tem acesso adequado a infraestrutura e formação.

A privacidade e a segurança dos dados são desafios centrais na digitalização do ensino. O uso de tecnologias emergentes exige políticas claras para proteger informações dos estudantes. Escolas e instituições devem adotar medidas que garantam ambientes virtuais seguros, prevenindo o uso indevido de dados.

A formação docente continuará sendo essencial para a educação digital. Professores precisam desenvolver competências técnicas e pedagógicas para integrar novas tecnologias ao ensino de forma significativa. Investir em capacitação contínua é indispensável para que os educadores acompanhem as transformações tecnológicas e adaptem suas metodologias.

A colaboração entre setores é fundamental para ampliar o acesso às tecnologias educacionais. Parcerias entre governos, empresas e instituições podem viabilizar investimentos em infraestrutura, conectividade e formação docente, especialmente em regiões menos favorecidas. A transformação digital só será inclusiva se garantir oportunidades a todos.

A equidade digital ainda representa um grande desafio. Milhões de estudantes enfrentam dificuldades no acesso à internet e a dispositivos adequados, o que amplia desigualdades educacionais e sociais. Políticas inclusivas são essenciais para que a digitalização não exclua ainda mais quem já enfrenta barreiras no aprendizado.

O futuro da educação digital é promissor, mas exige planejamento e compromisso com a inclusão. A incorporação de novas tecnologias deve ampliar oportunidades de aprendizagem e tornar o ensino mais acessível. A tecnologia pode transformar a educação, mas apenas se for utilizada para construir um futuro mais justo e equitativo.

## **CONCLUSÃO**

A democratização das tecnologias educacionais é um desafio complexo que exige esforços coordenados entre governos, educadores, pesquisadores e a sociedade. Embora as inovações tecnológicas ofereçam novas possibilidades para o ensino e a aprendizagem, seu impacto depende diretamente da equidade no acesso, da infraestrutura disponível e da formação docente. O uso crítico e planejado da tecnologia na educação deve ir além da mera digitalização de conteúdos, promovendo metodologias que ampliem a participação, a inclusão e o desenvolvimento de competências essenciais para o século XXI. Para que a tecnologia seja uma aliada efetiva na construção de uma educação mais justa, é fundamental garantir que seu uso seja orientado por princípios éticos e pedagógicos, evitando que se torne um fator de exclusão ou aprofundamento das desigualdades.

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, M. E. B.; VALENTE, J. A. **Tecnologias e currículo: trajetórias convergentes ou divergentes?** São Paulo: Paulus, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Programa de Inovação Educação Conectada**. 2017. Disponível em: <http://educacaoconectada.mec.gov.br/>. Acesso em: 22 fev. 2025.

CASTELLS, M. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

COSTA, F. A.; PERES, P. **Tecnologias digitais na educação: desafios e oportunidades no contexto pós-pandemia**. Educação & Sociedade, v. 42, p. 1-18, 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas: Papirus, 2020.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

NÓVOA, A. **Os professores e a pandemia: o futuro da educação pós-COVID-19**. Revista Educação e Pesquisa, v. 46, p. 1-12, 2020.

OECD. **The impact of COVID-19 on education: Insights from education at a glance 2020**. Paris: OECD Publishing, 2020.

PRENSKY, M. **Teaching Digital Natives: Partnering for Real Learning**. Corwin Press, 2020.

SANTAELLA, L. **A ecologia pluralista da comunicação: conectividade, mobilidade, ubiquidade**. São Paulo: Paulus, 2019.

SELWYN, N. **Is technology good for education?** Cambridge: Polity Press, 2016.

SILVA, M. R.; GOMES, C. A. **Desafios da inclusão digital na educação básica: uma análise a partir das políticas públicas brasileiras**. Revista Brasileira de Educação, v. 27, p. 1-20, 2022.

UNESCO. **Reimagining our futures together: A new social contract for education**. Paris: UNESCO, 2021.

VALENTE, J. A.; ALMEIDA, M. E. B. **Educação híbrida: personalização e tecnologia na educação**. Penso Editora, 2021.

# CAPÍTULO 7

## FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EQUIDADE E A INCLUSÃO

Francisco Jorge Gondim<sup>25</sup>

Virgínia da Paz Assunção<sup>26</sup>

Evangelinaldo Silva Saldanha<sup>27</sup>

Rebeca Garcia Noronha Gonçalves<sup>28</sup>

Doi: 10.48209/978-65-5417-447-7

### RESUMO

Este capítulo analisa a importância da formação docente na promoção da equidade e inclusão nas escolas, destacando as competências essenciais para práticas pedagógicas que atendam à diversidade dos estudantes. O objetivo é compreender de que maneira a formação inicial e continuada pode contribuir para a construção de uma escola mais justa e democrática, garantindo o direito à educação para todos. Para isso, a metodologia adotada baseia-se em revisão de literatura e análise documental, com foco na Resolução CNE/CP nº 2 (2015), que estabelece diretrizes para a formação de professores no Brasil. O referencial teórico articula autores como Perrenoud (2000), que discute as competências docentes necessárias para enfrentar os desafios da sala de aula contemporânea, e Nóvoa (2017), cuja abordagem enfatiza a importância da profissionalização reflexiva como elemento central para a construção da identidade docente. Os resultados evidenciam lacunas na formação de professores no que se refere ao trabalho com a diversidade, indicando a necessidade de uma abordagem mais crítica e integrada. A discussão aponta que os currículos formativos devem contemplar perspectivas teóricas e práticas que dialoguem com a realidade das escolas, promovendo um ensino inclusivo e contextualizado. Dessa forma, ressalta-se que uma formação docente consistente e contínua é essencial para garantir a equidade educacional, possibilitando que os professores desenvolvam práticas que respeitem e valorizem as diferenças, contribuindo para a transformação do cenário educacional.

**Palavras-chave:** Formação docente. Equidade. Inclusão. Práticas pedagógicas.

### INTRODUÇÃO

A educação brasileira, historicamente marcada por profundas desigualdades, enfrenta o desafio de formar professores capazes de atuar em contextos de diversidade sociocultural.

---

<sup>25</sup> Mestrando em Educação. Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO). franciscogondim@gmail.com.

<sup>26</sup> Bacharel em Administração de Empresas. Estácio. vigpaz@gmail.com.

<sup>27</sup> Doutorando em Administração. Universidade de Fortaleza (UNIFOR). evanginaldosaldanha@gmail.com.

<sup>28</sup> Bacharel em Letras Portugueses e Inglês. Universidade Braz Cubas. rebeca.noronha88@gmail.com.

Conforme aponta o INEP (2022), apenas 35% dos cursos de licenciatura no país incluem disciplinas específicas sobre equidade, revelando uma lacuna formativa que reflete a desconexão entre as políticas públicas e as demandas reais das escolas.

Mendes e Almeida (2020) ressaltam que a ausência de uma perspectiva crítica na formação inicial perpetua visões estereotipadas sobre alunos marginalizados, reforçando mecanismos de exclusão. Esse cenário evidencia a necessidade de revisão curricular nos cursos de licenciatura, garantindo que a diversidade e a equidade sejam abordadas de forma transversal e integrada à prática pedagógica.

A Resolução CNE/CP nº 2/2015 (Brasil, 2015), ao estabelecer diretrizes para a formação docente, enfatiza a necessidade de integrar temas como direitos humanos e diversidade. No entanto, estudos de Silva e Ferreira (2020) demonstram que a implementação dessas diretrizes é irregular. Enquanto universidades públicas avançam na incorporação de debates sobre gênero e raça, instituições privadas frequentemente negligenciam tais aspectos, priorizando uma formação técnica e descontextualizada. A dissonância entre teoria e prática na formação inicial também se evidencia na persistência de currículos que reproduzem modelos eurocêntricos e homogeneizadores.

Santos (2021, p. 156), em sua tese sobre competências docentes, aponta:

A formação inicial, em muitos casos, reduz a inclusão a módulos isolados, sem articulação com outras disciplinas. [...] Essa fragmentação impede que os futuros professores desenvolvam uma visão sistêmica da educação, essencial para lidar com realidades complexas e desiguais.

A infraestrutura escolar também é uma barreira à inclusão. O Censo Escolar 2022 (INEP, 2022) aponta que escolas periféricas possuem, em média, 70% menos recursos de acessibilidade do que instituições privadas. Oliveira e Mendes (2022) destacam que, além da falta de rampas, alunos com deficiência enfrentam invisibilidade pedagógica, já que muitos professores não recebem formação para adaptar currículos. Isso mostra que políticas de acessibilidade devem ir além de adaptações físicas, incluindo recursos didáticos e tecnológicos para garantir a aprendizagem efetiva desses estudantes.

Mesmo reconhecida como estratégia-chave, a formação continuada ainda esbarra em obstáculos estruturais. Conforme o MEC (2022), apenas 12% dos professores da educação básica participaram de cursos sobre inclusão nos últimos três anos, muitos deles sem remuneração ou reconhecimento institucional. Gomes e Silva (2021) argumentam que a formação continuada é tratada como um custo, não como um investimento, o que desmotiva a adesão docente.

Nesse contexto, a interseccionalidade também precisa ser considerada na formação dos educadores. Lopes e Dal'Igna (2021) destacam que professores negros, especialmente mulheres, enfrentam dupla marginalização, pois, além de lidarem com o racismo institucional, são frequentemente cobrados a mediar conflitos étnico-raciais em sala de aula sem qualquer preparo formal, o que sobrecarrega emocionalmente e limita sua capacidade de atuação pedagógica.

A pandemia de COVID-19 agravou ainda mais as desigualdades educacionais, tornando a inclusão um desafio ainda maior. Segundo o UNICEF (2023), 82% dos estudantes com deficiência não tiveram acesso a plataformas adaptadas durante o ensino remoto. Para Ferreira e Silva (2021), a pandemia escancarou a fragilidade das políticas de inclusão, que não previram estratégias emergenciais para garantir a equidade no acesso ao conhecimento. Esse contexto reforça a necessidade de investimentos em tecnologia assistiva, além da capacitação dos docentes para utilizá-la de forma eficaz.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018), apesar de mencionar a importância da valorização da diversidade, é criticada por sua vagueza. Mendes e Almeida (2020) apontam que a BNCC não explicita como as escolas devem integrar saberes tradicionais, práticas culturais ou abordagens antirracistas, deixando a cargo dos professores uma tarefa para a qual não foram formados. A construção de um currículo verdadeiramente inclusivo exige que essas questões sejam incorporadas de forma explícita e obrigatória nos documentos normativos, evitando que sua implementação dependa apenas do engajamento individual dos docentes.

Nesse sentido, a profissionalização reflexiva surge como um caminho para uma prática docente mais equitativa. Nóvoa (2017) defende que a formação docente deve priorizar a reflexão crítica sobre a prática pedagógica, pois a autorreflexão permite que o professor questione hierarquias de poder dentro da escola e reconheça seu papel na reprodução ou transformação das desigualdades. Sem essa dimensão ética, a formação técnica é insuficiente para promover justiça social.

O relatório do Todos Pela Educação (2023) revela que apenas 8% dos professores da educação básica possuem pós-graduação em áreas relacionadas à inclusão. Para Santos (2021), a falta de incentivo financeiro e a sobrecarga de trabalho desencorajam o aprimoramento profissional, perpetuando um ciclo de estagnação. Além da formação e da estrutura, a valorização do magistério deve ser central nas políticas educacionais, garantindo condições para que os professores se tornem agentes efetivos da inclusão e da transformação social.

O presente capítulo visa aprofundar essas questões, analisando como a formação inicial e continuada pode ser aprimorada para garantir que os professores desenvolvam competências essenciais para a equidade e a inclusão. A partir de uma abordagem crítica, busca-se identificar os desafios e as possibilidades na construção de um currículo formativo que efetivamente prepare os docentes para atuar em contextos diversos, promovendo uma educação mais justa e acessível a todos.

## REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura apresentada a seguir tem como objetivo destacar as principais contribuições teóricas e empíricas sobre formação docente para a inclusão e equidade educacional. Com base em autores como Amartya Sen, Mantoan, Perrenoud e Nóvoa, bem como em documentos normativos e dados estatísticos, busca-se evidenciar desafios e avanços na construção de uma educação mais inclusiva e justa. O quadro abaixo sintetiza essas discussões, agrupando os principais temas, autores e ideias que embasam o debate sobre a equidade no ensino.

**Quadro 1 - Revisão de Literatura**

| <b>Tema</b>                                    | <b>Autore(s)</b>  | <b>Ano</b> | <b>Principais ideias</b>                                                                                                                 |
|------------------------------------------------|-------------------|------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Equidade educacional</b>                    | Amartya Sen       | 2000       | Diferencia-se da igualdade formal ao considerar necessidades individuais para garantir oportunidades reais de aprendizagem.              |
| <b>Inclusão escolar</b>                        | Mantoan           | 2003       | A inclusão exige transformação da escola, rompendo com modelos homogeneizadores.                                                         |
| <b>Educação inclusiva e políticas públicas</b> | Brasil            | 2008       | A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva defende garantia de direitos para pessoas com deficiência. |
| <b>Formação docente e diversidade</b>          | CNE/CP nº 2/2015  | 2015       | Diretrizes para formação inicial e continuada enfatizam direitos humanos e diversidade.                                                  |
|                                                | Santos            | 2021       | A implementação dessas diretrizes é desigual entre universidades públicas e privadas.                                                    |
| <b>Competências docentes</b>                   | Perrenoud         | 2000       | Destaca a competência de gerir a heterogeneidade em sala de aula.                                                                        |
|                                                | Nóvoa             | 2017       | Defende a profissionalização reflexiva para combater mecanismos de exclusão.                                                             |
| <b>Educação inclusiva na formação docente</b>  | Oliveira e Mendes | 2022       | Apenas 30% dos cursos de licenciatura incluem disciplinas obrigatórias sobre educação inclusiva.                                         |

|                                           |                     |            |                                                                                                                   |
|-------------------------------------------|---------------------|------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                           | Santos              | 2021       | A inclusão é tratada de forma periférica na formação inicial.                                                     |
| <b>Interseccionalidade na docência</b>    | Lopes e Dal'Igna    | 2021       | Professores negros enfrentam dupla marginalização e são cobrados a mediar conflitos raciais sem preparo adequado. |
| <b>Infraestrutura e acessibilidade</b>    | Censo Escolar Inep  | 2022       | 65% das escolas públicas não possuem recursos básicos de acessibilidade.                                          |
|                                           | Todos Pela Educação | 2023       | A pandemia agravou desigualdades; 78% dos estudantes com deficiência tiveram acesso limitado ao ensino remoto.    |
| <b>Formação continuada</b>                | MEC                 | 2022       | Apenas 15% dos professores participaram de cursos sobre inclusão nos últimos cinco anos.                          |
|                                           | Gomes e Silva       | 2021       | Falta de remuneração e reconhecimento desestimula a adesão a capacitações.                                        |
| <b>BNCC e diversidade</b>                 | Brasil              | 2018       | BNCC apresenta abordagem superficial sobre diversidade.                                                           |
|                                           | Mendes e Almeida    | 2020       | Não há diretrizes claras para integrar saberes indígenas, africanos ou LGBTQIA+.                                  |
| <b>Exclusão digital</b>                   | Inep                | 2022       | Apenas 12% das escolas públicas possuem softwares de acessibilidade.                                              |
|                                           | Ferreira e Silva    | 2021       | A falta de recursos tecnológicos aprofunda desigualdades.                                                         |
| <b>Participação da comunidade escolar</b> | Todos Pela Educação | 2023       | Escolas com conselhos gestores ativos reduzem evasão escolar em 40%.                                              |
|                                           | Nóvoa e Mantoan     | 2017, 2003 | Gestão democrática e formação crítica são fundamentais para a inclusão.                                           |

Fonte: Elaborado pelos autores.

A equidade educacional, conforme Amartya Sen (2000), diferencia-se da igualdade formal ao considerar as necessidades específicas de cada indivíduo para garantir oportunidades reais de aprendizagem. No contexto brasileiro, Mantoan (2003) destaca que a inclusão escolar pressupõe a transformação radical da escola, rompendo com modelos homogeneizadores que marginalizam alunos em vulnerabilidade. Para a autora, "inclusão não é sobre adaptar o aluno à escola, mas sobre reconstruir a escola para acolher a diversidade" (Mantoan, 2003, p. 34). Essa perspectiva alinha-se à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), que defende a garantia de direitos para pessoas com deficiência.

A Resolução CNE/CP nº 2/2015 (Brasil, 2015) estabelece diretrizes para a formação inicial e continuada de professores, enfatizando a integração de temas como direitos humanos e diversidade. No entanto, Santos (2021) demonstra que a implementação dessas diretrizes é desigual: enquanto universidades públicas avançam na incorporação de discussões sobre gênero e raça, instituições privadas priorizam uma formação técnica, desvinculada de reflexões críticas. Conforme a autora, "a formação docente ainda está ancorada em paradigmas que naturalizam as desigualdades" (Santos, 2021, p. 89).

Perrenoud (2000) elenca dez competências essenciais para o ensino, entre elas a capacidade de "gerir a heterogeneidade em sala de aula" (Perrenoud, 2000, p. 72). Essa competência é ampliada por Nóvoa (2017), que defende a profissionalização reflexiva, na qual o professor analisa criticamente sua prática para combater mecanismos de exclusão. Para o autor, "a reflexão é a alavanca para transformar a escola em um espaço de justiça social" (Nóvoa, 2017, p. 45). Estudos de Oliveira e Mendes (2022) revelam que apenas 30% dos cursos de licenciatura no Brasil incluem disciplinas obrigatórias sobre educação inclusiva. Os currículos, muitas vezes fragmentados, tratam a inclusão como um tema periférico, conforme critica Santos (2021), ao afirmar que "a formação inicial reduz a inclusão a módulos isolados, sem diálogo com outras áreas do conhecimento. Isso resulta em professores despreparados para lidar com realidades complexas" (Santos, 2021, p. 112).

A discussão sobre equidade não pode dissociar-se de marcadores como raça, gênero e classe. Lopes e Dal'Igna (2021) destacam que professores negros enfrentam dupla marginalização: além do racismo estrutural, são cobrados a mediar conflitos étnico-raciais sem preparo adequado. Para as autoras, "a escola reproduz hierarquias sociais quando ignora a interseccionalidade nas políticas de formação docente" (Lopes; Dal'Igna, 2021, p. 56). Essa questão evidencia a necessidade de um currículo mais abrangente, que contemple diferentes experiências e conhecimentos historicamente marginalizados. A interseccionalidade, portanto, deve ser considerada um eixo estruturante da formação docente, garantindo que os educadores estejam preparados para lidar com as múltiplas formas de opressão que atravessam o ambiente escolar.

Dados do Censo Escolar 2022 (Inep, 2022) mostram que 65% das escolas públicas não possuem recursos básicos de acessibilidade, como rampas ou materiais em braille. Essa carência, segundo o relatório do Todos Pela Educação (2023), reflete "a negligência histórica com a educação inclusiva, que perpetua ciclos de exclusão" (Todos Pela Educação, 2023, p. 22). A pandemia de covid-19 agravou esse cenário: 78% dos estudantes com deficiência tiveram acesso limitado ao ensino remoto (Unicef, 2023). A exclusão digital aprofundou as

desigualdades educacionais, evidenciando a falta de políticas eficazes para garantir a inclusão de todos os estudantes no ambiente digital. Sem medidas estruturais que assegurem acesso a equipamentos e internet de qualidade, a democratização da aprendizagem permanece comprometida.

Apesar de reconhecida como estratégia prioritária, a formação continuada enfrenta obstáculos estruturais. Conforme o MEC (2022), apenas 15% dos professores participaram de cursos sobre inclusão nos últimos cinco anos. Gomes e Silva (2021) argumentam que "a falta de remuneração e reconhecimento desestimula a adesão a programas de capacitação" (Gomes; Silva, 2021, p. 34). Para romper esse ciclo, Nóvoa (2017) defende que a formação continuada seja vinculada a planos de carreira e políticas de valorização salarial. Além disso, é essencial que esses cursos ofereçam uma abordagem prática e reflexiva, que dialogue com os desafios enfrentados pelos professores em sala de aula. Apenas por meio de políticas estruturadas e de longo prazo será possível garantir um corpo docente preparado para promover uma educação equitativa e inclusiva.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) é criticada por sua abordagem superficial da diversidade. Mendes e Almeida (2020, p.78) apontam que "a BNCC não orienta como integrar saberes indígenas, africanos ou LGBTQIA+ aos currículos, deixando essa tarefa a cargo de professores despreparados". Essa lacuna reforça a necessidade de uma justiça curricular. A ausência de diretrizes claras sobre como incorporar essas temáticas na prática pedagógica contribui para a manutenção de um ensino padronizado e pouco representativo da diversidade cultural e social do Brasil.

A falta de acesso a tecnologias adaptadas é outro entrave. Conforme o Inep (2022), apenas 12% das escolas públicas possuem softwares de acessibilidade. A adoção de recursos como leitores de tela, audiodescrição e legendagem em tempo real pode garantir maior autonomia para esses estudantes, permitindo uma participação mais ativa no processo de aprendizagem.

A participação da comunidade na gestão escolar é um pilar para a equidade. Para Nóvoa (2017) e Mantoan (2003), quando famílias, educadores e estudantes participam ativamente das decisões escolares, há maior compromisso com a qualidade do ensino e com a promoção de práticas inclusivas.

## **METODOLOGIA**

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, baseada em revisão bibliográfica e análise documental. A abordagem qualitativa foi escolhida por permitir uma compreensão aprofundada dos fenômenos sociais relacionados à formação docente para a equidade e a inclusão, considerando a complexidade e a subjetividade desses processos (Minayo, 2014).

A revisão bibliográfica foi realizada a partir de fontes secundárias, incluindo artigos científicos, livros, teses e dissertações disponíveis em plataformas como SciELO, CAPES Periódicos e Google Scholar. Foram selecionados estudos publicados entre 2000 e 2023, com ênfase em produções brasileiras, a fim de contextualizar as discussões no cenário nacional. Além disso, foram analisados documentos normativos, como a Resolução CNE/CP nº 2/2015 (Brasil, 2015), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008).

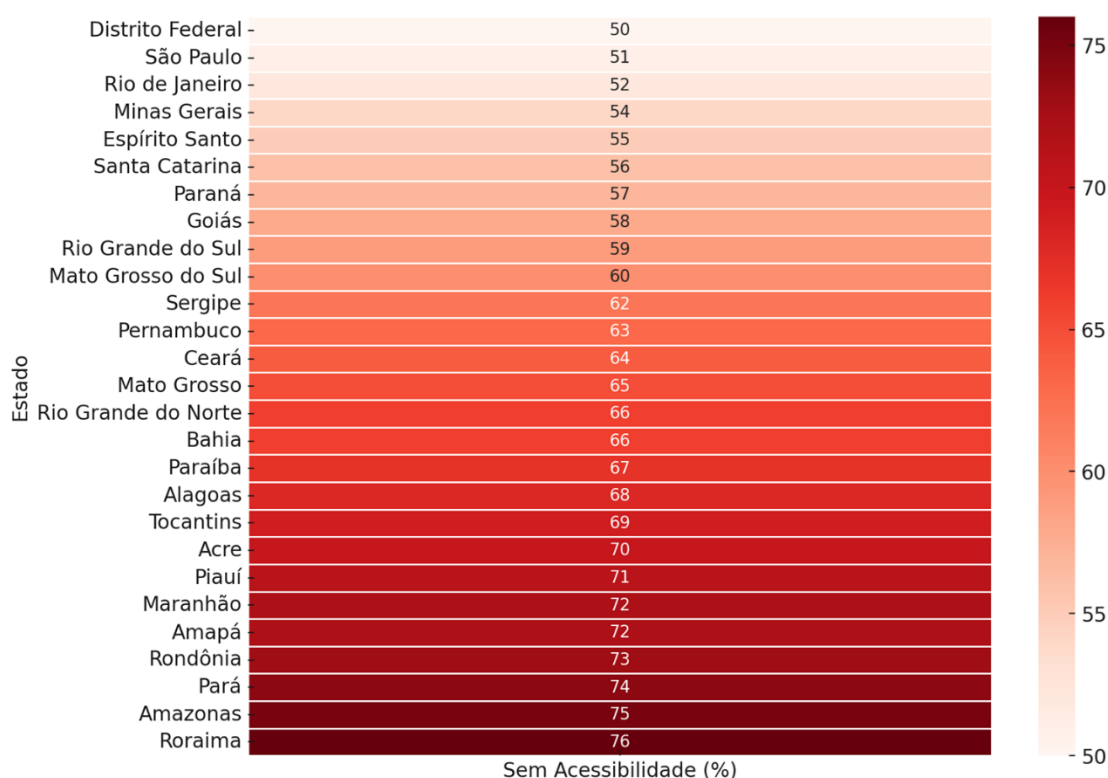
A análise documental incluiu também relatórios de organizações nacionais e internacionais, como o Censo Escolar 2022 (INEP, 2022), o Relatório de Monitoramento Global da Educação (UNESCO, 2022) e estudos do Todos Pela Educação (2023). Esses documentos forneceram dados quantitativos e qualitativos sobre a formação docente, a infraestrutura escolar e as políticas públicas relacionadas à inclusão.

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO**

A análise dos dados revela que a formação docente para a equidade e a inclusão enfrenta desafios estruturais, que vão desde a fragmentação dos currículos até a falta de investimento em infraestrutura e políticas públicas. Conforme a Resolução CNE/CP nº 2/2015 (Brasil, 2015), a formação inicial de professores deve integrar temas como direitos humanos e diversidade. No entanto, estudos de Santos (2021) demonstram que apenas 30% dos cursos de licenciatura incluem disciplinas específicas sobre inclusão, evidenciando uma lacuna entre as normativas e a prática.

Dados do Censo Escolar 2022 (Inep, 2022) mostram que 65% das escolas públicas não possuem recursos básicos de acessibilidade, como rampas ou materiais em braile. Essa carência reflete-se diretamente na exclusão de alunos com deficiência. O gráfico abaixo retrata essa situação.

**Gráfico 1 - Acessibilidade nas escolas públicas**



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Inep (2022).

Conforme destacam Oliveira e Mendes (2022, p. 14):

A falta de acessibilidade não apenas limita o acesso físico, mas também simbólico, reforçando a ideia de que a escola não é um espaço para todos. [...] Professores, mesmo bem-intencionados, não conseguem superar barreiras estruturais sem apoio institucional.

A formação continuada, embora reconhecida como estratégia prioritária, enfrenta desafios relacionados à desvalorização profissional. Conforme o MEC (2022), apenas 12% dos professores da educação básica participaram de cursos sobre inclusão nos últimos três anos. Gomes e Silva (2021) argumentam que "a formação continuada é tratada como um custo, não como um investimento, o que desmotiva a adesão docente" (Gomes; Silva, 2021, p. 45). Para Nóvoa (2017), a solução passa pela vinculação da formação continuada a planos de carreira e políticas de valorização salarial.

A interseccionalidade também emerge como um eixo central na discussão sobre equidade. Lopes e Dal'Igna (2021) destacam que professores negros, especialmente mulheres, enfrentam dupla marginalização: além do racismo estrutural, são cobrados a mediar conflitos étnico-raciais sem preparo adequado. Para as autoras, "a escola reproduz hierarquias sociais

quando ignora a interseccionalidade nas políticas de formação docente" (Lopes; Dal'Igna, 2021, p. 56).

A pandemia de covid-19 exacerbou as desigualdades educacionais. Segundo o Unicef (2023), 82% dos estudantes com deficiência não tiveram acesso a plataformas adaptadas durante o ensino remoto. Para Ferreira e Silva (2021), "a pandemia escancarou a fragilidade das políticas de inclusão, que não previram estratégias emergenciais para garantir a equidade no acesso ao conhecimento" (Ferreira; Silva, 2021, p. 32).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018), embora mencione a necessidade de valorizar a diversidade, é criticada por sua abordagem superficial. Mendes e Almeida (2020) apontam que "a BNCC não orienta como integrar saberes indígenas, africanos ou LGBTQIA+ aos currículos, deixando essa tarefa a cargo de professores despreparados" (Mendes; Almeida, 2020, p. 78). Essa lacuna reforça a necessidade de uma justiça curricular, conceito que pressupõe a valorização de conhecimentos marginalizados (Young, 2000).

A gestão democrática e a participação comunitária são pilares para a construção de uma escola inclusiva. O relatório do Todos Pela Educação (2023) destaca que "escolas com conselhos gestores ativos reduzem em 40% as taxas de evasão" (Todos Pela Educação, 2023, p. 45). Essa gestão participativa, aliada à formação docente crítica, pode transformar a escola em um espaço verdadeiramente inclusivo, conforme defendem Nóvoa (2017) e Mantoan (2003).

A formação docente para a educação indígena é outro aspecto negligenciado. Conforme o MEC (2022), apenas 2% das licenciaturas oferecem disciplinas sobre educação intercultural. Mendes e Almeida (2020) argumentam que "a desconsideração dos saberes indígenas nos currículos formais nega o direito à diferença e reforça colonialismos pedagógicos" (Mendes; Almeida, 2020, p. 134). Essa lacuna reflete a necessidade de políticas que valorizem a diversidade cultural e promovam a interculturalidade na formação docente.

A medicalização da diferença na escola é um fenômeno preocupante. Lopes e Dal'Igna (2021) criticam a "tendência de encaminhar alunos com dificuldades de aprendizagem a diagnósticos médicos, em vez de adaptar as práticas pedagógicas às suas necessidades" (Lopes; Dal'Igna, 2021, p. 89). Essa prática, além de estigmatizar os estudantes, desresponsabiliza a escola pela construção de estratégias pedagógicas inclusivas.

A formação docente no contexto rural também demanda atenção. Conforme Santos (2021, p. 201), "professores rurais raramente recebem formação para trabalhar com multisseriação ou pedagogias da terra, essenciais nesses contextos". A falta de políticas

específicas para a educação rural reforça as desigualdades regionais e limita o acesso à educação de qualidade.

Por fim, a intersetorialidade é fundamental para a equidade educacional. Conforme o Ipea (2023, p. 15), "estudantes em situação de pobreza multidimensional têm desempenho 30% inferior à média, evidenciando que a escola sozinha não resolve desigualdades estruturais". A articulação entre educação, saúde e assistência social é essencial para garantir o pleno desenvolvimento dos estudantes.

Diante do exposto, a análise revela que a formação docente para a equidade e a inclusão exige ações multiníveis: revisão curricular, investimento em infraestrutura, valorização profissional e participação comunitária.

## RESULTADOS

Os resultados evidenciam os desafios estruturais e formativos que ainda persistem na educação inclusiva no Brasil. A análise dos dados revela fragilidades na formação inicial e continuada dos docentes, insuficiências na infraestrutura escolar e dificuldades na implementação de políticas educacionais voltadas à equidade. Além disso, aspectos como interseccionalidade, impacto da pandemia e medicalização da diferença emergem como fatores críticos na construção de um ensino verdadeiramente inclusivo. Os aspectos e suas descrições estão presentes no Quadro 2, a seguir,

**Quadro 2 – Desafios na educação inclusiva brasileira**

| <b>Desafios</b>                          | <b>Descrição</b>                                                                   |
|------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Fragilidades na formação inicial</b>  | Formação fragmentada, ausência de disciplinas específicas, despreparo docente      |
| <b>Infraestrutura escolar inadequada</b> | Falta de acessibilidade, desigualdade regional, exclusão de alunos com deficiência |
| <b>Formação continuada insuficiente</b>  | Baixa adesão, falta de incentivo, ausência de reconhecimento institucional         |
| <b>Desafios da interseccionalidade</b>   | Raça, gênero, classe social, racismo estrutural, marginalização                    |
| <b>Impacto da pandemia de COVID-19</b>   | Desigualdade digital, ensino remoto excludente, adaptação precária                 |
| <b>Lacunas na BNCC</b>                   | Abordagem superficial, diversidade invisibilizada, ausência de diretrizes claras   |
| <b>Gestão democrática e participação</b> | Conselhos gestores, redução da evasão, melhoria do                                 |

| <b>comunitária</b>                               | <b>desempenho</b>                                                         |
|--------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|
| <b>Formação docente para a educação indígena</b> | Baixa oferta, desconsideração de saberes tradicionais, exclusão cultural  |
| <b>Medicalização da diferença</b>                | Encaminhamento excessivo, patologização, falta de estratégias pedagógicas |
| <b>Desafios da educação rural</b>                | Falta de formação específica, pedagogias da terra, multisseriação         |
| <b>Intersetorialidade e equidade</b>             | Educação, saúde, assistência social, pobreza multidimensional             |
| <b>Necessidade de políticas sistêmicas</b>       | Articulação de ações, compromisso ético, projeto coletivo                 |

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dados analisados revelam que a formação inicial de professores ainda está distante de atender às demandas da educação inclusiva. Conforme Santos (2021), apenas 30% dos cursos de licenciatura no Brasil incluem disciplinas específicas sobre inclusão, e essas disciplinas frequentemente são tratadas como módulos isolados, sem articulação com outras áreas do conhecimento.

Essa fragmentação resulta em professores despreparados para lidar com a diversidade em sala de aula, pois a falta de transversalidade na abordagem da inclusão impede que os futuros docentes desenvolvam uma compreensão holística sobre o tema. Além disso, muitos cursos ainda adotam uma perspectiva meramente teórica, sem oferecer experiências práticas que permitam a aplicação dos conhecimentos adquiridos em contextos reais. Isso reforça a necessidade de reformulação curricular, para que a inclusão seja abordada de forma integrada e interdisciplinar ao longo de toda a formação docente.

O Censo Escolar 2022 (INEP, 2022) aponta que 65% das escolas públicas não possuem recursos básicos de acessibilidade, como rampas, banheiros adaptados ou materiais em braile. Essa carência é ainda mais grave em regiões periféricas, onde apenas 20% das escolas têm infraestrutura adequada para receber alunos com deficiência. A ausência de um ambiente escolar acessível compromete significativamente o direito à educação de milhares de estudantes, tornando o processo de ensino-aprendizagem excludente.

Além da acessibilidade física, há uma escassez de recursos tecnológicos e pedagógicos adaptados, como softwares de leitura de tela, libras e materiais didáticos inclusivos. A falta desses elementos impacta diretamente a permanência e o desempenho dos estudantes com deficiência, aumentando os índices de evasão e dificultando sua progressão escolar.

A formação continuada, embora reconhecida como estratégia prioritária para atualização e qualificação dos docentes, enfrenta obstáculos estruturais que limitam sua

eficácia. Conforme o MEC (2022), apenas 12% dos professores da educação básica participaram de cursos sobre inclusão nos últimos três anos. Além disso, muitos desses cursos são oferecidos sem remuneração ou reconhecimento institucional, o que desmotiva a adesão docente. A ausência de incentivos financeiros e institucionais faz com que os professores precisem arcar com os custos de sua própria formação, tornando o acesso desigual.

Adicionalmente, os cursos disponíveis frequentemente apresentam abordagens superficiais e desconectadas da realidade das salas de aula, sem suporte técnico ou acompanhamento para a implementação das práticas inclusivas. Essa lacuna evidencia a necessidade de investimentos em programas contínuos e estruturados, que garantam capacitação efetiva e condições para a aplicação dos conhecimentos adquiridos.

A interseccionalidade, que considera marcadores como raça, gênero e classe, é pouco abordada na formação docente, resultando na perpetuação de desigualdades dentro da escola. Lopes e Dal'Igna (2021) destacam que professores negros, especialmente mulheres, enfrentam dupla marginalização: além do racismo estrutural, são cobrados a mediar conflitos étnico-raciais sem preparo adequado. Esse fenômeno demonstra a falta de suporte institucional para que educadores possam lidar com situações de discriminação e preconceito no ambiente escolar.

A ausência de uma abordagem interseccional na formação docente também impacta diretamente o currículo e a prática pedagógica, dificultando a implementação de políticas educacionais que promovam a equidade. Para reverter esse quadro, é essencial que as políticas de formação inicial e continuada incorporem a interseccionalidade como eixo central, capacitando os professores para trabalhar de forma crítica e reflexiva sobre essas questões.

A pandemia intensificou as desigualdades educacionais, expondo fragilidades estruturais que dificultam a inclusão. Segundo o UNICEF (2023), 82% dos estudantes com deficiência não tiveram acesso a plataformas adaptadas, e 60% dos professores enfrentaram dificuldades para adaptar atividades. A crise revelou o despreparo das redes de ensino para a diversidade no ensino remoto, agravado pela falta de formação em tecnologias assistivas. Os impactos persistirão, tornando urgente a implementação de políticas de suporte tecnológico, formação docente e estratégias pedagógicas inclusivas no pós-pandemia.

A BNCC (BRASIL, 2018), embora mencione a necessidade de valorizar a diversidade, é criticada por sua abordagem superficial. Mendes e Almeida (2020) apontam que "a BNCC não orienta como integrar saberes indígenas, africanos ou LGBTQIA+ aos currículos, deixando essa tarefa a cargo de professores despreparados" (Mendes; Almeida, 2020, p. 78).

Esse vazio normativo faz com que a implementação da diversidade nas escolas dependa unicamente da iniciativa individual dos docentes, sem respaldo institucional.

Como resultado, muitas escolas continuam reproduzindo currículos homogêneos e eurocêntricos, que não contemplam as especificidades e necessidades de diferentes grupos sociais. Para superar essa lacuna, é fundamental que a BNCC seja revisada, garantindo diretrizes mais claras e mecanismos efetivos de acompanhamento da implementação de práticas inclusivas nas escolas.

Escolas com conselhos gestores ativos apresentam resultados significativamente melhores, pois promovem maior participação da comunidade escolar na tomada de decisões. Conforme o Todos Pela Educação (2023), "escolas com gestão democrática reduzem em 40% as taxas de evasão e aumentam em 25% o desempenho dos alunos" (Todos pela Educação, 2023, p. 45). A participação de pais, alunos e professores na gestão escolar fortalece a implementação de práticas inclusivas, tornando o ambiente mais acolhedor e respeitoso. Além disso, a gestão democrática possibilita a construção de políticas educacionais mais alinhadas às necessidades da comunidade, reduzindo desigualdades e promovendo maior equidade no acesso ao ensino de qualidade.

Os resultados indicam que a superação das desigualdades educacionais exige políticas sistêmicas, que articulem formação docente, infraestrutura escolar e participação comunitária. Como sintetiza o Todos Pela Educação (2023, p.48), "equidade não é um projeto individual, mas coletivo, que exige compromisso ético de toda a sociedade". A construção de uma educação mais inclusiva demanda esforços coordenados entre diferentes esferas governamentais e a sociedade civil, garantindo investimentos em formação contínua, acessibilidade e práticas pedagógicas inovadoras. Sem um compromisso sistêmico, as desigualdades educacionais continuarão sendo reproduzidas, impedindo que a educação cumpra seu papel de promoção da justiça social e da cidadania plena para todos os estudantes.

## **CONCLUSÃO**

A formação docente para a equidade e a inclusão é um desafio complexo e multifacetado, que exige ações coordenadas em diferentes níveis. A análise evidenciou que, embora existam avanços nas normativas e nas políticas públicas, como a Resolução CNE/CP nº 2/2015 e a BNCC, a implementação dessas diretrizes ainda é insuficiente. Fragilidades na formação inicial, infraestrutura escolar inadequada e a falta de investimento em formação

continuada são obstáculos que precisam ser superados para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva.

Além disso, a interseccionalidade, a gestão democrática e a participação comunitária emergem como eixos fundamentais para a construção de uma escola equitativa. A pandemia de COVID-19 escancarou as desigualdades existentes, reforçando a urgência de políticas sistêmicas que articulem educação, saúde e assistência social. A superação desses desafios depende não apenas de mudanças estruturais, mas também de um compromisso coletivo com a valorização da diversidade e a garantia de direitos para todos os estudantes.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Formação Continuada de Professores para a Educação Inclusiva: orientações e práticas**. Brasília: MEC, 2022. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 24 fev. 2025.

FERREIRA, Juliene da Silva; SILVA, Kelly Cristina Brandão da. **Práticas inclusivas na formação inicial de professores: um estudo em cursos de licenciatura**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 16, n. 3, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana>. Acesso em: 24 fev. 2025.

GOMES, Candido Alberto; SILVA, Roberta Fernanda da. **Formação docente para a diversidade: desafios e perspectivas na educação básica**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 42, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/>. Acesso em: 25 fev. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Formação de professores no Brasil: cenários e perspectivas**. Brasília: INEP, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em: 25 fev. 2025.

LOPES, Maura Corcini; DAL'IGNA, Maria Cláudia. **Equidade na formação docente: reflexões a partir de experiências formativas**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 26, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/>. Acesso em: 25 fev. 2025.

MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia. **Formação de professores para a inclusão: desafios e perspectivas**. São Paulo: EdUFSCar, 2020.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Práticas pedagógicas inclusivas na formação inicial de professores: uma revisão sistemática**. Revista Brasileira de Educação Especial, Bauru, v. 28, p. 1-18, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/>. Acesso em: 27 fev. 2025.

SANTOS, Maria Aparecida dos. **Competências docentes para a inclusão escolar: um estudo com professores da educação básica**. 2021. 250 f. Tese (Doutorado em Educação) –

Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br>. Acesso em: 27 fev. 2025.

SILVA, Kelly Cristina Brandão da; FERREIRA, Juliene da Silva. **Formação docente para a educação inclusiva: desafios e perspectivas**. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 33, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>. Acesso em: 28 fev. 2025.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Formação de Professores no Brasil: desafios para a equidade**. São Paulo: Todos Pela Educação, 2023. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br>. Acesso em: 28 fev. 2025.

## **INFORMAÇÕES SOBRE AS/OS ORGANIZADORAS/ES DA OBRA**

### **Camila da Costa Lacerda Tolio Richardt**

Mestra em Educação  
Universidade Federal do Pampa (Unipampa)  
Alegrete, Rio Grande do Sul  
<http://lattes.cnpq.br/2291877677383408>  
[camilalacerdatolio@gmail.com](mailto:camilalacerdatolio@gmail.com)

### **Carlos Daniel Chaves Paiva**

Licenciado em Matemática  
Instituto Federal do Ceará (IFCE)  
Crateús, Ceará, Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/7786024451364957>  
[chavespaivacarlosdaniel@gmail.com](mailto:chavespaivacarlosdaniel@gmail.com)

### **Francisco Jorge Gondim**

Mestrando em Educação  
Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO)  
Fortaleza, Ceará, Brasil  
<https://lattes.cnpq.br/8232275403684802>  
[franciscogondim@gmail.com](mailto:franciscogondim@gmail.com)

### **Luciana Barbosa Corrêa**

Mestra em Química Analítica  
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)  
São Luís, Maranhão, Brasil  
<https://lattes.cnpq.br/4064834237515527>  
[luciana.bc@ufma.br](mailto:luciana.bc@ufma.br)

### **Maurício Aires Vieira**

Doutor em Educação  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)  
Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/2009052579244052>  
[mauriciovieira@unipampa.edu.br](mailto:mauriciovieira@unipampa.edu.br)

### **Tamires Cristina Bonani Conti**

Doutora em Linguística  
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)  
Ribeirão Bonito, São Paulo, Brasil  
<https://lattes.cnpq.br/3442362906177938>  
[tamy\\_bonani@hotmail.com](mailto:tamy_bonani@hotmail.com)

### **Tyciana Vasconcelos Batalha**

Mestra em Educação  
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)  
São Luís, Maranhão, Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/1376630555831292>  
[pedagogatyci@gmail.com](mailto:pedagogatyci@gmail.com)

**Yuri de Lima Ribeiro**

Doutorando em Políticas Públicas e Formação Humana.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Campina Grande, Paraíba, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/3712938252708438>

[yurilr@gmail.com](mailto:yurilr@gmail.com)

## **SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES**

### **Camila França dos Santos**

Graduada em Matemática

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)

<https://lattes.cnpq.br/9495040952034378>

[camila.santos3@prof.ce.gov.br](mailto:camila.santos3@prof.ce.gov.br)

### **Carlos Alberto da Silva Santos**

Graduando do Curso de Letras Português - Linguística, Letras e Artes

Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

<http://lattes.cnpq.br/8778352026935263>

[carlosalbertosantos.aluno@unipampa.edu.br](mailto:carlosalbertosantos.aluno@unipampa.edu.br)

### **Claudiana Maria da Costa**

Mestra em Filosofia

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

<http://lattes.cnpq.br/6405238504155015>

[claudinha.neuri30@gmail.com](mailto:claudinha.neuri30@gmail.com)

### **Elenivaldo Antonio da Silva**

Licenciando em Pedagogia

Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

<http://lattes.cnpq.br/0472445322396807>

[elenivaldosilva90@gmail.com](mailto:elenivaldosilva90@gmail.com)

### **Evanaldo Gonçalves da Silva**

Especialista em Educação Especial e Inclusiva

Instituto Federal do Piauí (IFPI)

<https://lattes.cnpq.br/0017063164429179>

[evanaldogsilva@gmail.com](mailto:evanaldogsilva@gmail.com)

### **Evangelinaldo Silva Saldanha**

Doutorando em Administração

Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

<http://lattes.cnpq.br/4336614978635111>

[evangelinaldosaldanha@gmail.com](mailto:evangelinaldosaldanha@gmail.com)

### **Francisco Jorge Gondim**

Mestrando em Educação

Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO)

<https://lattes.cnpq.br/8232275403684802>

[franciscogondim@gmail.com](mailto:franciscogondim@gmail.com)

### **Giovanna Leite Gomes**

Graduanda em Psicologia

Centro Universitário Paraíso (UNIFAP)

<https://lattes.cnpq.br/3507822187752881>

[giovannaleitegomes@gmail.com](mailto:giovannaleitegomes@gmail.com)

**José Roberto dos Santos**

Pós-graduado em Docência em Educação Inclusiva  
Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG)  
<http://lattes.cnpq.br/5907667743107305>  
[jrobsantos.ufc@gmail.com](mailto:jrobsantos.ufc@gmail.com)

**Juliana Amâncio Pinheiro Távora**

Especialista em Gestão Escolar  
Universidade Federal do Ceará (UFC)  
<https://lattes.cnpq.br/5327458054329896>  
[julianaamanciotavora@gmail.com](mailto:julianaamanciotavora@gmail.com)

**Juliana Costa Silva**

Acadêmica do 10º período do curso de Letras - Português  
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)  
<https://lattes.cnpq.br/0140500691462332>  
[julianaowf@gmail.com](mailto:julianaowf@gmail.com)

**Luciana Barbosa Corrêa**

Mestra em Química Analítica  
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)  
<https://lattes.cnpq.br/4064834237515527>  
[luciana.bc@ufma.br](mailto:luciana.bc@ufma.br)

**Maurício Aires Vieira**

Doutor em Educação  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)  
<http://lattes.cnpq.br/2009052579244052>  
[mauriciovieira@unipampa.edu.br](mailto:mauriciovieira@unipampa.edu.br)

**Mickelle Sousa Santos**

Mestra em Psicologia Educacional  
Centro Universitário Fieo (UNIFIEO)  
<http://lattes.cnpq.br/0399763325718760>  
[mickellesantos@hotmail.com](mailto:mickellesantos@hotmail.com)

**Rebeca Garcia Noronha Gonçalves**

Bacharela em Letras Português e Inglês  
Universidade Braz Cubas  
<https://lattes.cnpq.br/2996355643356000>  
[rebeca.noronha88@gmail.com](mailto:rebeca.noronha88@gmail.com)

**Tamires Almeida Bezerra**

Especialista em Serviço Social  
Universidade Anhanguera  
<https://lattes.cnpq.br/7611739887594881>  
[tamialmeida10@gmail.com](mailto:tamialmeida10@gmail.com)

**Tamires Cristina Bonani Conti**

Doutora em Linguística  
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)  
<https://lattes.cnpq.br/3442362906177938>  
[tamy\\_bonani@hotmail.com](mailto:tamy_bonani@hotmail.com)

**Virgínia da Paz Assunção**

Bacharel em Administração de Empresas  
Estácio de Sá - São Luís – MA  
<https://lattes.cnpq.br/0222657225890901>  
[vigpaz@gmail.com](mailto:vigpaz@gmail.com)

**Yuri de Lima Ribeiro**

Doutorando em Políticas Públicas e Formação Humana  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)  
<http://lattes.cnpq.br/3712938252708438>  
[yurilr@gmail.com](mailto:yurilr@gmail.com)

**Wanderson Santana do Carmo**

Especialista em Segurança Pública  
Instituto de Ensino de Segurança Pública do Pará (IESP)  
<http://lattes.cnpq.br/5336931462647182>  
[w.carmo1993@gmail.com](mailto:w.carmo1993@gmail.com)

# EDUCAÇÃO E DESIGUALDADE

REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO E EQUIDADE



[www.arcoeditores.com](http://www.arcoeditores.com)  
[contato@arcoeditores.com](mailto:contato@arcoeditores.com)  
(55)99723-4952

**ARCO**  
EDITORES ● ● ●